

2019|2021



Relatório de Gestão

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria-Geral do Trabalho

SUMÁRIO

Atuação do MPT em números	5
Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho	8
Gabinete da Vice-Procuradora-Geral do Trabalho	11

SECRETARIAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS

Secretaria de Pesquisa e Análise de Informações	16
Secretaria de Relações Institucionais	17
Secretaria de Segurança Institucional	20
Secretaria de Comunicação Social	22
Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica	34
Secretaria de Gestão Socioambiental	42
Secretaria de Cooperação Internacional Trabalhista	45

ÓRGÃOS SUPERIORES

Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho	48
Corregedoria	49
Câmara de Coordenação e Revisão	54
Coordenadoria de Recursos Judiciais	56
Ouvidoria	59

COORDENADORIAS TEMÁTICAS NACIONAIS

COORDINFÂNCIA	62
COORDIGUALDADE	65
CONAETE	69
CONAP	80

CODEMAT	84
CONAFRET	87
CONALIS	90
CONATPA	92

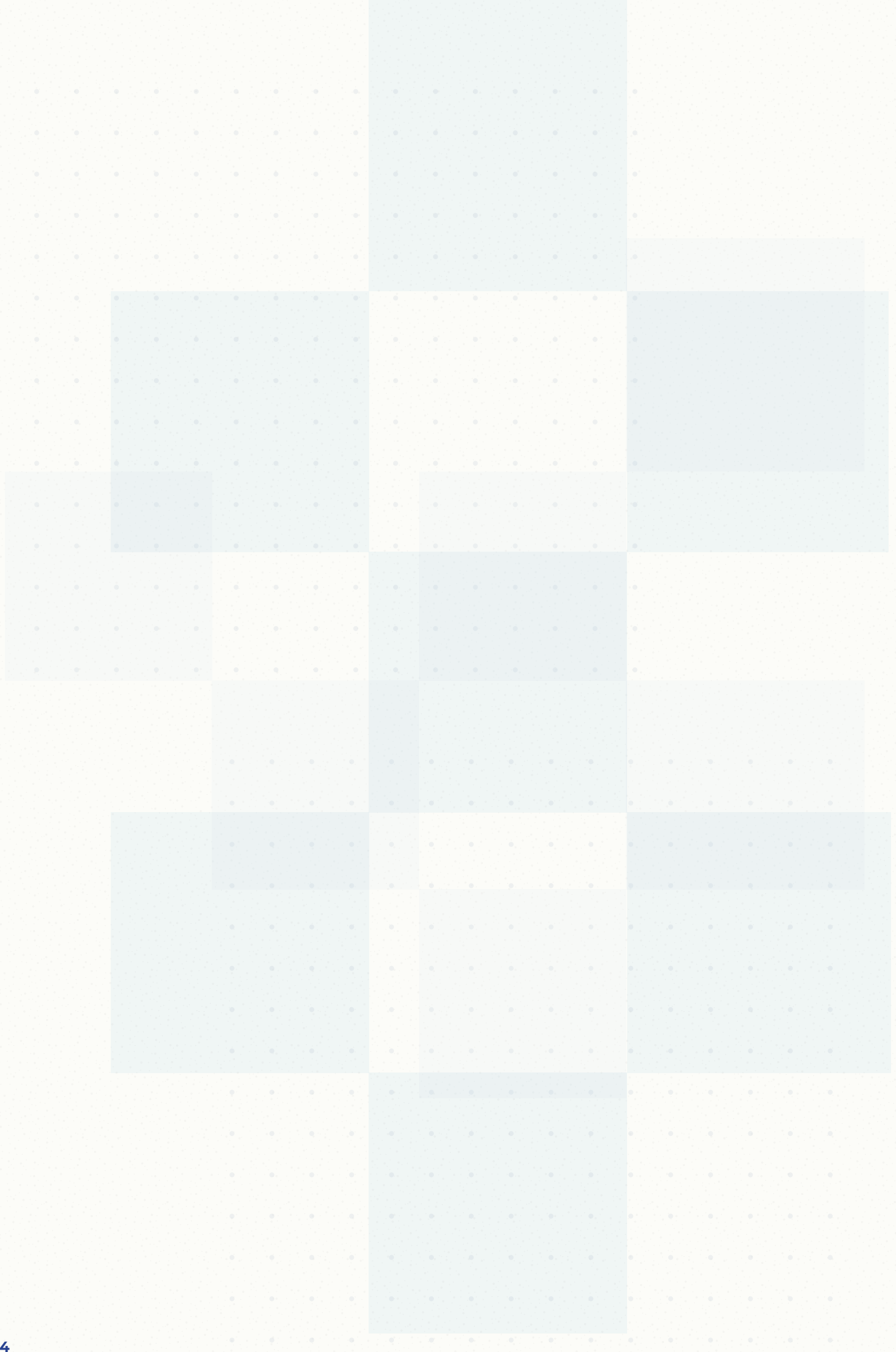
GESTÃO ADMINISTRATIVA

Diretoria Geral	96
Diretoria de Administração	97
Diretoria de Gestão de Pessoas	99
Diretoria de Tecnologia da Informação	101
Diretoria de Arquitetura e Engenharia	103
Diretoria de Assistência Integral à Saúde	105

COMBATE À COVID	107
------------------------	------------

PREMIAÇÕES

Prêmio CNMP	111
-------------	-----

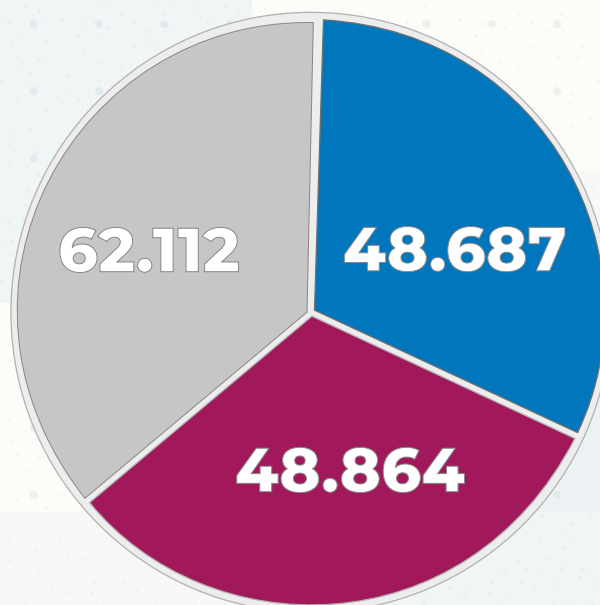


ATUAÇÃO DO MPT EM NÚMEROS

Nesta seção são apresentados alguns números de destaque da Atuação Extrajudicial e da Atuação Judicial do Ministério Público do Trabalho no biênio de 08/2019 a 08/2021.

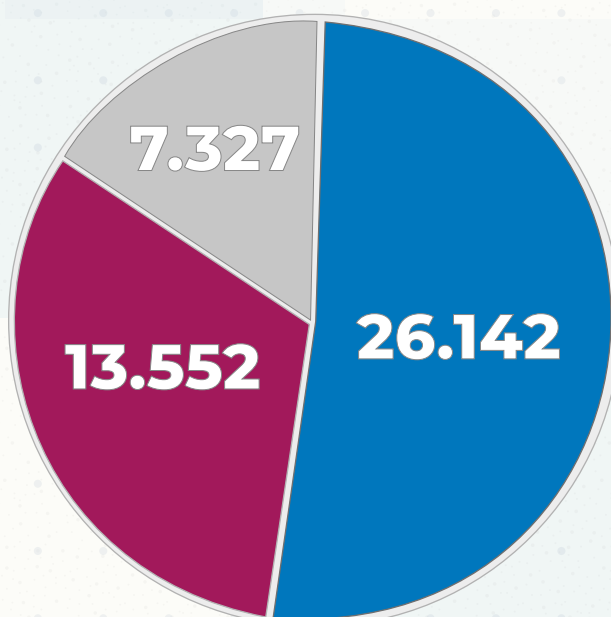
1 - ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

1.1 | Inquérito Civil



■ Instaurados ■ Em andamento ■ Finalizados

1.2 | Procedimento Preparatório



■ Instaurados ■ Finalizados ■ Em andamento

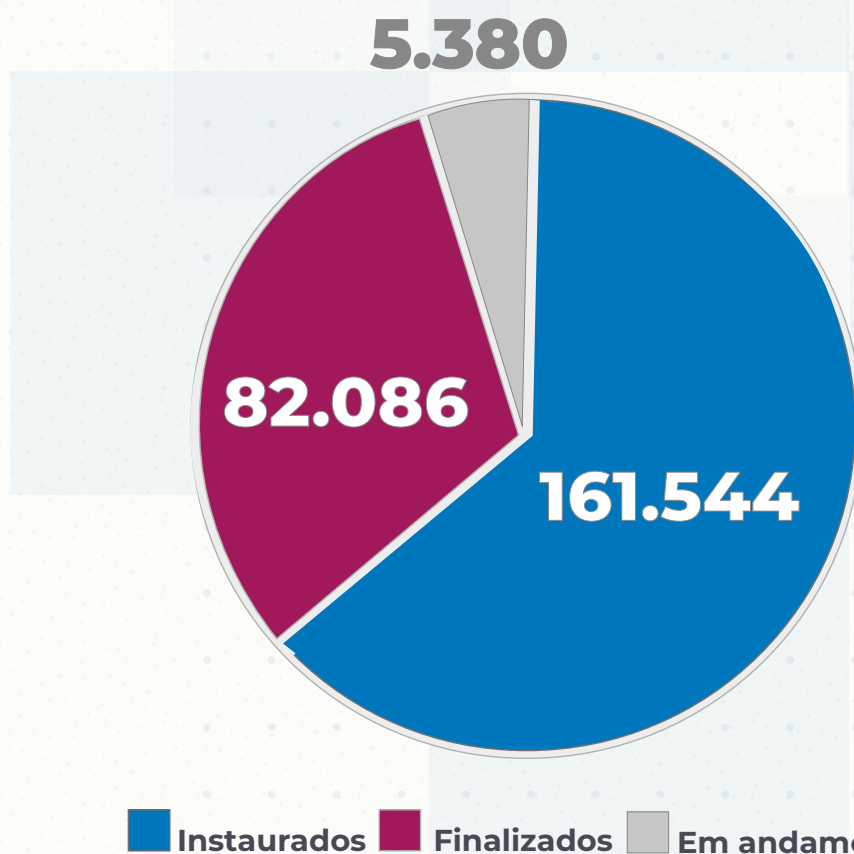
1.3 | Termos de Ajustamento de Conduta e Recomendações

Em decorrência da atuação por IC e PP, foram firmados 9301 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e expedidas 3621 Recomendações, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Inquérito Civil	PP
TAC	8.260	1.041
Recomendação	2.780	841

1.4 | Notícias de Fato

Foram apuradas 249010 Notícias de Fato (NF) instauradas, finalizadas ou em andamento no período. Dessas, 6207 ações foram ajuizadas.

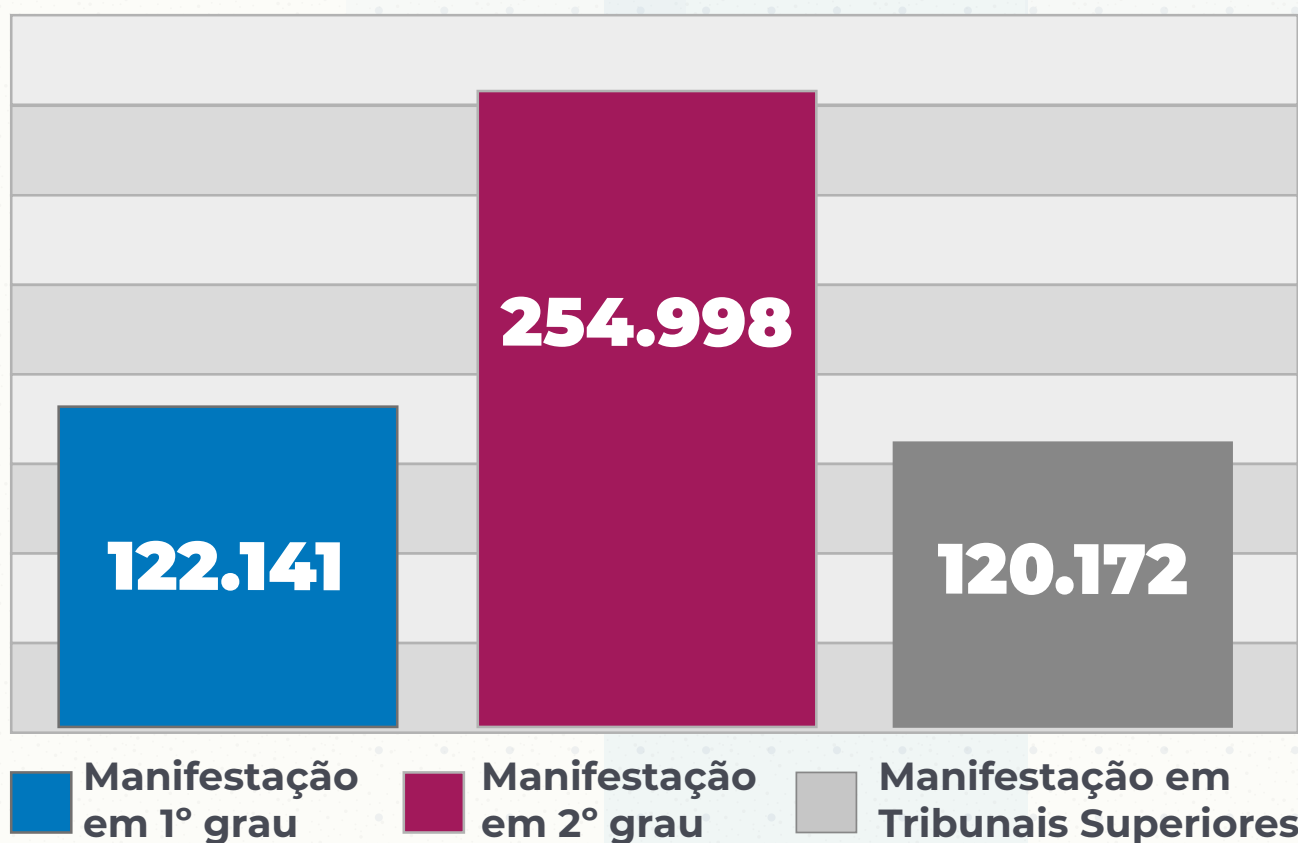


1.5 | Grupos Temáticos de destaque

Abaixo estão apresentados os três temas de maior recorrência por tipo de instrumento (ICs, PPs, TACs, NFs e Recomendações):

Grupos Temáticos	Meio ambiente do trabalho	Igualdade de oportunidades	Aprendizagem	Trabalho na administração
IC e IP	28.666	6.502	5.298	-
TAC	4.343	1.106	1.661	-
Recomendação	1.981	358	-	348
NFs	50.154	-	15.384	16.849

No que refere à atuação Judicial do MPT, houve o recebimento de 697.373 processos. No período, foram exaradas 489.311 manifestações, conforme disposto na sequência.



GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO

ATUAÇÃO DO PGT

Com vistas ao desenvolvimento da política de gestão de pessoas, consolidada no objetivo estratégico número 11, o GAB PGT coordenou iniciativa para criação de novos cargos de Procurador(a) do Trabalho(a) e Procurador(a) Regional do Trabalho.

ARTICULAÇÃO COM PGR E DEMAIS PODERES PARA CRIAÇÃO DE CARGOS DE PROCURADOR REGIONAL DO TRABALHO E PROCURADOR DO TRABALHO

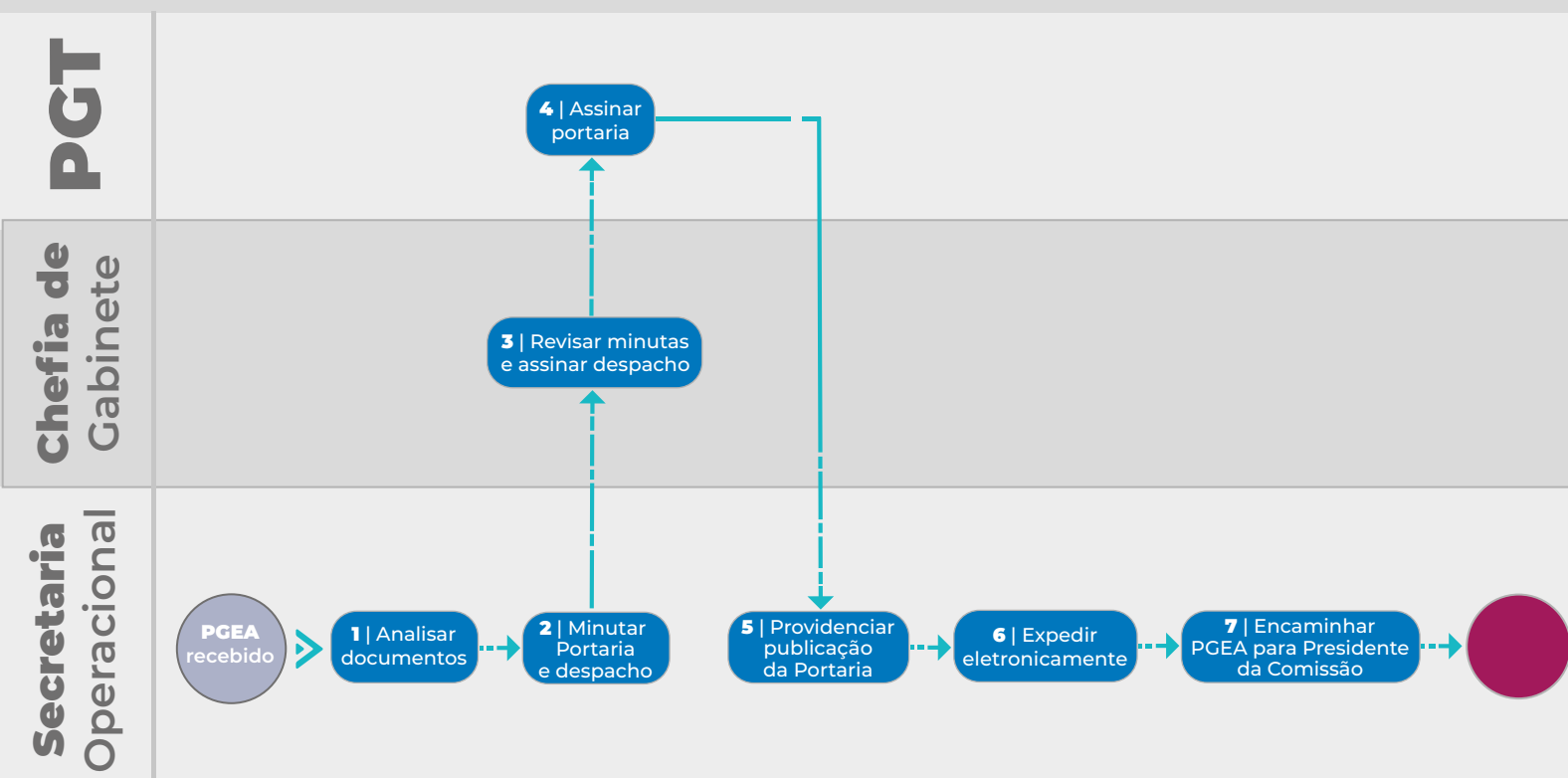
Em março de 2020, a pedido do Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da República encaminhou ao Congresso Nacional anteprojeto de lei para criação de 6 (seis) novos cargos de Procurador Regional do Trabalho. Referida proposta tramita sob o número PL 998/2020 na Câmara de Deputados. Além disso, em junho/2021, por meio do Ofício n.º 3163.2021 - GAB/PGT, o Procurador-Geral do Trabalho encaminhou à consideração do Procurador-Geral da República nova minuta de anteprojeto de lei para transformação de 18 (dezoito) cargos de Analista do Ministério Público da União em 6 (seis) cargos de Procurador Regional do Trabalho.

Cita-se, ainda, outras ações desenvolvidas no período que contribuíram com o aprimoramento dos trabalhos no Órgão:

Mapeamento de processos de trabalho

Em atenção aos princípios da eficiência e impessoalidade na Administração Pública, foi feito o mapeamento dos processos de trabalho da Secretaria Operacional da Chefia de Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho e da Seção de Apoio Administrativo às Coordenadorias Temáticas Nacionais, de modo a garantir a adequada execução das rotinas administrativas independentemente dos servidores que compõem os referidos segmentos.

Os fluxos encontram-se disponíveis na página da Gestão Estratégica na internet (<<https://mpt.mp.br/planejamento-gestao-estrategica/gestao-estrategica/gestao-processos>>) e na intranet da Instituição e já foram utilizados por novos servidores lotados na Secretaria Operacional da Chefia de Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho a partir do ano de 2021, o que facilita a compreensão das dinâmicas e rotinas de trabalho. A seguir, um exemplo de fluxo elaborado.



Sistema de gestão de documentos

Houve o aprimoramento da gestão de documentos produzidos no âmbito do Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho, sendo desenvolvido novo fluxo de elaboração de atos normativos dentro do sistema MPT Digital Administrativo, com vistas a facilitar a guarda, o controle e a recuperação dos referidos documentos. Nesse contexto, foram criadas espécies dos documentos Portaria e Edital, tendo como base a rotina do Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho. Paralelo a isso, houve a disponibilização de novos filtros no MPT Busca, facilitando a localização e a consulta dos atos. Além disso, criou-se funcionalidades que permitirão, por exemplo, o lançamento dos prazos de vigência dos atos e de informações quanto a alterações e revogações de atos anteriores, o que facilita, sobremaneira, o controle dos documentos. Esses avanços e melhorias passaram a ser aplicados aos atos editados a partir de 17/08/2020.

Revisão da Resolução CSMPT nº 166/2019

Em setembro de 2019 foi realizada a 236ª Sessão Ordinária do CSMPT, na qual decidiu-se por constituir Comissão para revisão da Resolução nº 166/2019, que trata da atuação finalística do MPT. A Comissão, cuja coordenação ficou a cargo da Vice-Procuradoria-Geral do Trabalho, examinou os 128 artigos da Resolução nº 166/2019, bem como analisou todas as sugestões recebidas de membros(as) do MPT, conforme se extrai dos documentação e das atas de 30 reuniões realizadas

pela Comissão, além de 17 reuniões e subgrupos (atuação estratégica e finalística originária), somando mais de 110 horas de atividades.

Ao final, consolidou-se a proposta normativa com 123 artigos discutidos, avaliados e aprovados, inclusive sob a luz de eventuais impactos práticos e de soluções do sistema operacional, conforme disposto no Relatório de Trabalho encaminhado pela Comissão, para análise e deliberação do Conselho Superior em 24.11.2020 (PGEA 20.02.0001.0010120/2019-21).

Revisão referente à Resolução nº 90, do trabalho remoto e das promoções simultâneas

A Vice-Procuradora-Geral coordena as Comissões designadas para elaboração de proposta de normativo para regulamentar as temáticas referidas, assim, registram-se como resultados:

- ◆ A Comissão constituída pela Portaria nº 1522/2019 ficou responsável por estudar a viabilidade de regulamentação do trabalho remoto para membros. O trabalho da comissão foi concluído com a entrega de relatório de trabalho, contendo proposta de regulamentação, encaminhado ao CSMPT para análise, debate e normatização.

Também está em andamento, pela TI, a análise de sistemas e ferramentas que possibilitem o trabalho remoto dos Procuradores e Procuradoras. A avaliação objetiva verificar a capacidade de uso, possíveis limitações e necessidades de melhorias.

- ◆ Comissão constituída pela Portaria nº 623/2020, para elaborar estudo sobre a possibilidade de promoções simultâneas na carreira do MPT. Foi elaborada minuta de resolução a ser enviada ao CSMPT, para posterior debate e aprimoramento. A minuta encontra-se no Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho (Secretaria Jurídica) para análise preliminar.

GABINETE DA VICE-PROCURADORA-GERAL

O Gabinete da Vice Procuradora-Geral do Trabalho definiu como desdobramento do planejamento estratégico institucional 9 iniciativas ligadas aos objetivos estratégicos 4, 6, 7 e 11. Algumas dessas iniciativas alcançaram plenamente os resultados esperados, como a coordenação das comissões de revisão da resolução CSMPT nº 166/2019 e da resolução CSMPT nº 90/2009. A seguir, consta em bom nível de detalhamento demais resultados gerados no período.

CRIAÇÃO DA CARTA DE SERVIÇOS DO MPT

Foi elaborada a Carta de Serviços do MPT, que tem por objetivo fornecer orientação acerca dos serviços disponibilizados pelo Ministério Público do Trabalho e de como eles podem ser utilizados. Ela contém informações sobre: como fazer denúncias; como elaborar petições e enviar documentos nos procedimentos que tramitam no MPT, bem como acompanhar o andamento desses procedimentos; como fazer pedidos de mediação; como consultar Termos de Ajustamento de Conduta (TACs); fazer reclamações, sugestões, críticas e elogios aos serviços prestados pelo MPT; concursos para a carreira do Ministério Público do Trabalho, dentre outras. A carta, que é também um instrumento de transparência e compromisso do MPT com a eficiência no serviço público, pode ser acessada em https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/outros/carta-de-servicos-do-mpt/@@display-file/arquivo_pdf.

Com vistas a fomentar a atuação dos NUPIAS, foram realizados:

Diagnóstico nacional, com produção de relatório, para verificar a atuação dos núcleos de mediação;

2 capacitações;

Curso de Comunicação não Violenta específico para o NUPIA;

Inserção de proposta de regulamentação da autocomposição na revisão da Resolução CSMPT nº 166.2019.

FOMENTO À ATUAÇÃO DOS NUPIAS MEDIANTE REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO NACIONAL, PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO E ESTABELECIMENTO DE REQUISITOS PARA A QUALIFICAÇÃO

Também está em fase de elaboração um manual prático de autocomposição, o qual será encaminhado para membras, membros, servidoras e servidores do MPT bem como publicado no portal.

PROMOÇÃO DA INTERLOCUÇÃO COM ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES DE INTERESSE DO MPT

Ação coordenada pelo Gabinete da Vice-Procuradora-Geral do Trabalho que inclui buscar parcerias com Universidades, Conselhos de Direito, Conselhos de Classes, Movimentos Sociais, Instituições Públicas (a exemplo do CNMP e TCU) e demais instituições em temas da atuação do MPT, tendo sido realizados diversos contatos e reuniões em que se discutiram assuntos de interesse.

Vale registrar que foi aprovado pelo CONFEA em decisão plenária (PL nº 279/2021), Termo de Cooperação visando ao aperfeiçoamento da atividade de profissionais da engenharia, membros(as) e servidores(as) do Ministério Público do Trabalho – MPT e a execução de ações complementares de interesse comum, com o objetivo de garantir a implementação das exigências de acessibilidade previstas na legislação brasileira. O Convênio foi assinado pelo Procurador-Geral do Trabalho e publicado em 12.07.2021. Também aprovado pela Universidade de Brasília – UnB, em sua 201ª Reunião da Câmara de Assuntos Comunitários - CAC, a proposta de Termo de Cooperação apresentado pelo MPT visando parceria com vistas à inclusão da comunidade universitária com deficiência. Encaminhado, pedido à NOVACAP, para tornar acessível o entorno do setor de autarquias norte, onde se localiza a PGT, o que se encontra em análise naquele órgão.

Gabinete da Vice Procuradora-Geral do Trabalho

UNB - Inclusão da comunidade universitária com deficiência

CREA, CFESS e CFP, para atendimento e apoio à atuação finalística

Terracap, Novacap e Administração de Brasília para busca de soluções de acessibilidade nas imediações da Procuradoria Geral do Trabalho

PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE NAS COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES DO MPT A PARTIR DO ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS PELOS DIVERSOS SEGMENTOS DA INSTITUIÇÃO

A fim de promover a acessibilidade nas comunicações e informações institucionais, foi instituída Comissão de Acessibilidade do MPT e realizada jornada sobre o tema com a participação dos integrantes da Comissão, da equipe multiprofissional, da saúde e psicossocial, peritos médicos e engenheiros.



Também foram realizados evento nacional de grande porte para promoção da inclusão e acessibilidade, com envolvimento de diversos segmentos sociais ligados à temática; e edição nacional do Reconecta com envolvimento de diversas unidades da Instituição e parceria/diálogo com inúmeros atores sociais ligados à questão da acessibilidade.

FOMENTO À MÁXIMA INTEGRAÇÃO ENTRE OS INTEGRANTES DAS PRTs E À ATUAÇÃO COLABORATIVA DE FORMA A GARANTIR EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

No intuito de fomentar a cultura de direitos humanos no âmbito interno das regionais bem como estimular a promoção de direitos fundamentais, foram realizados diversos eventos e palestras interativas em 6 das 24 Regionais, com a temática “Perspectivas de Gênero, Raça e Diversidade e suas Interseccionalidades - Diálogo e Conscientização”, que posteriormente foi suspensa em razão da pandemia.

Foram realizados ainda eventos com o tema “Diálogos sobre perspectivas de gênero e o direito das mulheres”, e espaços de discussões coletivas, concedendo os devidos encaminhamentos, nos temas da Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual e da Discriminação, da Organização do Trabalho, e da Política Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade.

Como produto desses eventos, foram confeccionadas as Cartas de Promoção de equidade de gênero, raça e diversidade de cada Estado. No documento consta um infográfico criado a partir de censo prévio feito na unidade, conceitos, normativos, informações sobre a temática e os aprendizados e requerimentos feitos durante os Espaços de Discussão Coletiva.

**INCLUSÃO DO TEMA EQUIDADE NAS QUALIFICAÇÕES E NOS PROGRAMAS
DE DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTO, ATITUDES E HABILIDADES
REALIZADOS PELO MPT**

Para implementação desta iniciativa, constam, no Eixo 1 do plano de ação do Comitê de Equidade, 16 iniciativas, as quais foram implementadas e concluídas, aptas a fomentar uma cultura com valores humanistas, fraternos e inclusivos, respeitando as individualidades e o direito das minorias, que devem ser consideradas em suas peculiaridades e devidamente representadas em igualdade e proporcionalidade.

**REALIZAÇÃO DE ESPAÇOS DE DISCUSSÕES COLETIVAS, CONCEDENDO OS
DEVIDOS ENCAMINHAMENTOS, NOS TEMAS DA POLÍTICA NACIONAL DE
PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL E DA
DISCRIMINAÇÃO, DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, E DA POLÍTICA NACIONAL
DE EQUIDADE DE GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE**

Foram realizados 6 eventos em 6 unidades regionais do MPT para tratar da implementação efetiva das políticas internas de gestão de pessoas, de equidade de gênero, raça e diversidades e da política de enfrentamento ao assédio e combate à discriminação. Além das palestras sobre as 3 políticas internas referidas, que são tratadas de forma transversal, e um espaço específico de sensibilização a partir de depoimentos pessoais de mulheres negra, com deficiência, lésbica, indígena e trans (suas próprias e peculiares perspectivas), o evento conta com um Espaço de Discussão Coletiva (EDC) dando concretude à política de enfrentamento ao assédio e combate à discriminação eis que consta expressamente de referida política.

A partir desse espaço de escuta ativa e democrática, foram formulados requerimentos e sugestões (normalmente ligadas a uma melhoria na gestão de pessoas, condições de trabalho, aprimoramento de mecanismos de equidade e de enfrentamento ao assédio, integração, qualificação entre outros). Todas as demandas foram consolidadas em cartas de promoção de equidade de gênero, raça e diversidade de cada unidade onde ocorreu o evento numa parte específica sobre “Aprendizados e encaminhamentos decorrentes dos Espaços de Discussão Coletiva”.

Como resultado, o Gabinete da Vice Procuradora-Geral do Trabalho deu os encaminhamentos necessários aos requerimentos e sugestões (Para DG, DA, DGP, DTI, Comitê de equidade, dentre outros setores) de forma a garantir a efetivação dos pleitos ocorridos. Todos os encaminhamentos constam de PGEA específico e foram encaminhados para cada setor para as providências possíveis.

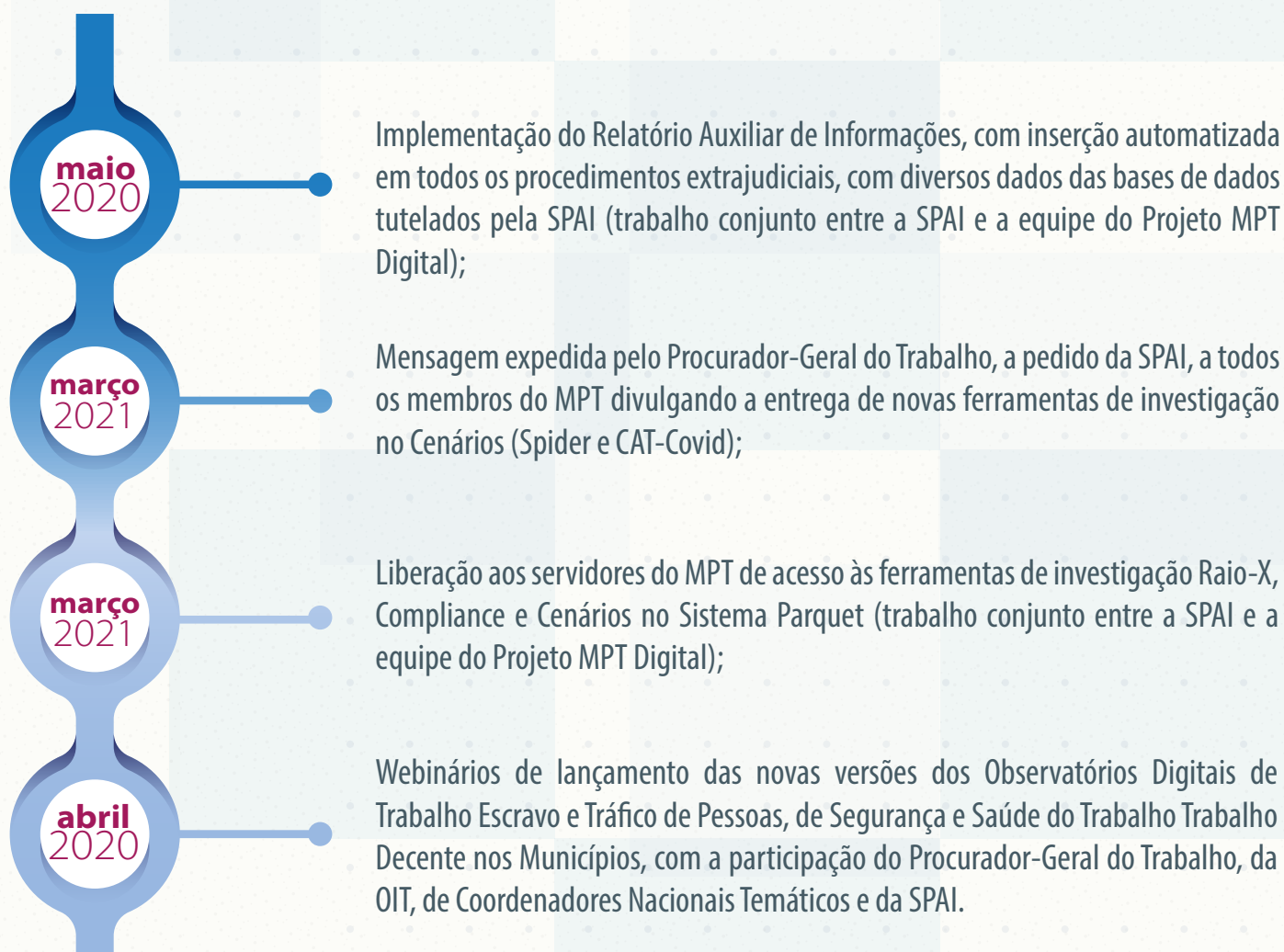
**SECRETARIAS
ADMINISTRATIVAS
E
OPERACIONAIS**

Secretaria de Pesquisa e Análise de Informações

Contribuindo com o objetivo estratégico nº 5, que preceitua a garantia das informações necessárias para a atuação baseada em evidências, a Secretaria de Pesquisa e Análise de Informações coordenou iniciativa voltada a este importante viés da atuação institucional.

MELHORIA DA PUBLICIDADE DOS BANCOS DE DADOS OBTIDOS E GERENCIADOS PELA SPAI, ASSIM COMO DAS FERRAMENTAS E DAS SOLUÇÕES DE TI DISPONIBILIZADAS PARA A EXTRAÇÃO DE RELATÓRIOS

Medidas voltadas à otimização e melhorias no gerenciamento dos repositórios de dados de interesse estratégico do *parquet* laboral foram intentadas durante toda a gestão, destacando-se:



Secretaria de Relações Institucionais

Coube à Secretaria de Relações Institucionais a coordenação de 6 iniciativas voltadas ao estabelecimento e fortalecimento de parcerias estratégicas (Objetivo Estratégico nº 6), além da condução de uma iniciativa alinhada ao Desenvolvimento da Política de Gestão de Pessoas (Objetivo Estratégico nº 11), contribuindo, assim, com a atuação estratégica do parquet laboral.

AUMENTO DA COOPERAÇÃO ENTRE O MPT E OS MPES

A interação entre o MPT e demais ramos do MP Nacional foi um dos pontos abordados no biênio, regimentalmente, coordenado pela Secretaria de Relações Institucionais. Embora a pandemia tenha obstaculizado as reuniões físicas, sobretudo em 2020, isso em nada impediu aproximação institucional com os demais MPs, nas modalidades remotas, por meio de atividades conjuntas na ponta, no CNMP, como principalmente pela ênfase dada, nos 2 últimos anos, ao Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG) seja pela SRI e pelo PGT. Esse espaço importantíssimo junto ao CNPG contribui para o fortalecimento institucional, unidade de atuação e ações em defesa da sociedade.



Reunião do CNPG

INSERÇÃO DE MEMBROS EM COMISSÕES DE ELABORAÇÃO DE NORMAS DE OUTROS PODERES

No biênio 2019-2021, tanto a participação de membros do MPT na confecção de normas do MPU (Secretaria Jurídica) como do CNMP (PL de Processo Coletivo)

foram realizadas com sucesso, tendo o MPT ocupado devidamente esses espaços importantes de normatização. Além disso, também a nível legislativo houve uma positiva interferência do MPT, com a apresentação de mais de 200 emendas relacionadas às MPs 905, 927, 936 e 1045.

PROMOÇÃO DE VISITAS AOS GOVERNADORES DE TODAS AS UNIDADES FEDERATIVAS COM A PRESENÇA DO RESPECTIVO PROCURADOR-CHEFE

As visitas aos governadores foram realizadas entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2020, sempre com a presença do PGT ou do então Secretário de Relações Institucionais.

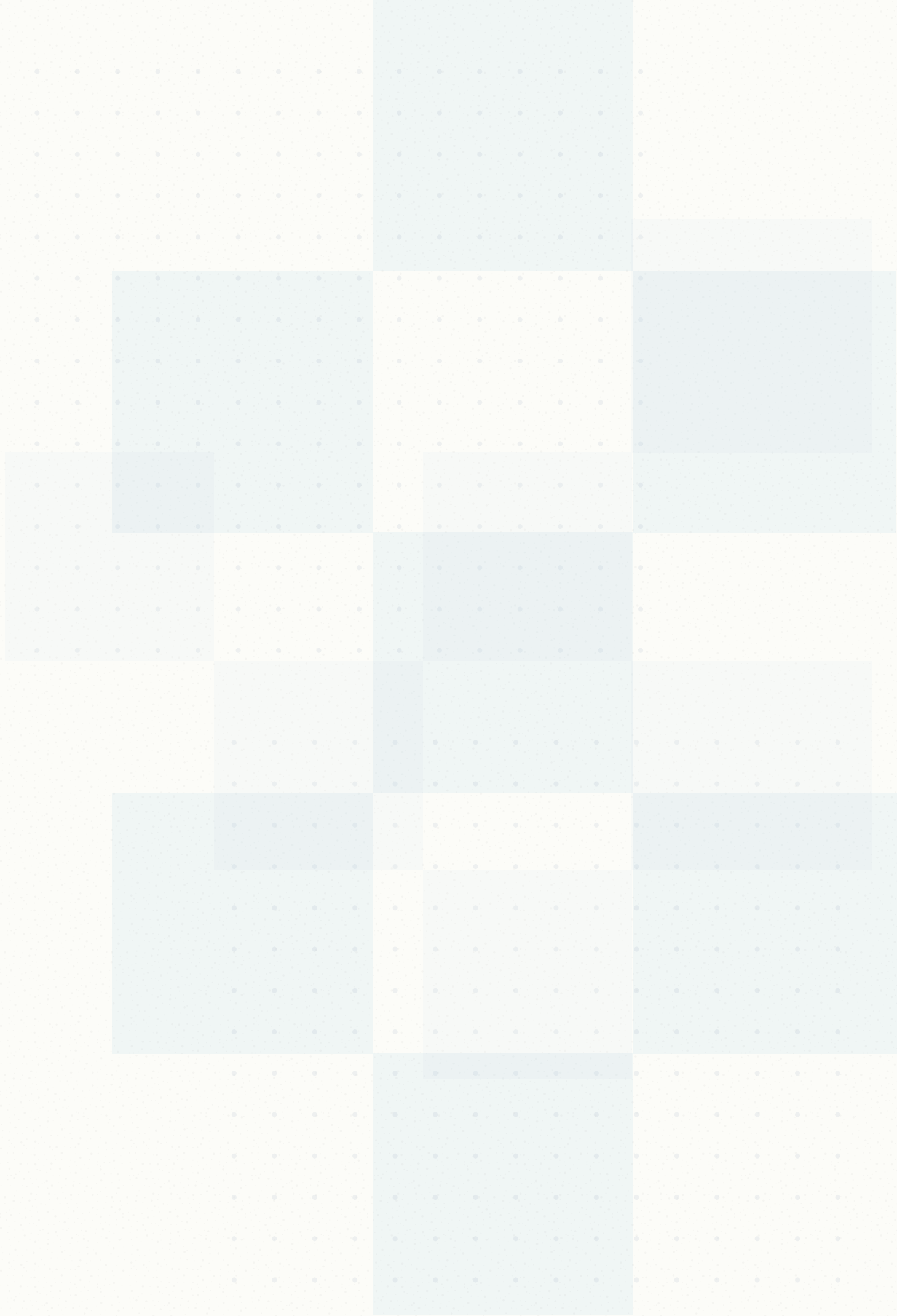
ACOMPANHAMENTO E MANIFESTAÇÃO NO CNMP DAS MATÉRIAS DE INTERESSE DO MPT

Todas as sessões do CNMP foram acompanhadas, presencial ou virtualmente, pelo Secretário de Relações Institucionais titular e adjunto, assim como a realização de dezenas de despachos, manifestações e sustentação oral.

CAPACITAÇÃO DE PROCURADORES-CHEFES E COORDENADORES NACIONAIS QUANTO AO RELACIONAMENTO COM O EXECUTIVO LOCAL E O CONGRESSO NACIONAL

Foram realizados cursos de processo legislativo, tendo como público alvo os membros da SRI, Comissão Legislativa e Procuradores e Procuradoras-Chefes (as).





Secretaria de Segurança Institucional

Coube à Secretaria de Segurança Institucional a coordenação de 7 iniciativas, alinhadas aos objetivos estratégicos OE5 - Garantir as informações necessárias para a atuação baseada em evidências-, OE6- Estabelecer e fortalecer parcerias estratégicas-, OE7- Fortalecer a comunicação, a transparência institucional e o diálogo com a sociedade e OE11 – Desenvolver a Política de Gestão de Pessoas.

IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE INTELIGÊNCIA E CONTRAINTELIGÊNCIA

Está em processo de aquisição uma ferramenta automatizada para pesquisa, coleta e análise de vínculo de dados em fontes abertas que será utilizada para a produção de informação para as atividades de segurança institucional, principalmente para as operações das coordenadorias temáticas.

Tal solução permitirá uma melhor eficiência para as atividades de inteligência e contrainteligência realizando a pesquisa e vínculos de dados, contribuindo, desse modo, com a segurança e fortalecimento do parquet laboral.

ELABORAÇÃO DE PLANO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (EM CONJUNTO COM A SPAI/DTI)

O planejamento proposto considera uma ação para avaliação dos riscos do acervo de arquivos físicos nas unidades do MPT, revisão da norma de classificação da informação (Portaria 438/2014) e campanha com o público interno sobre segurança de pessoas. Com relação à interação com a área de tecnologia da informação, há articulação da Seção de Segurança Institucional da Informação com a Equipe de Resposta de Incidentes em TI.

PROMOÇÃO DE PARCERIAS DE SEGURANÇA COM INSTITUIÇÕES DE INTERESSE

Será realizado um diagnóstico das necessidades de parcerias de interesse para a segurança institucional. Após esse diagnóstico, será montado um plano de parcerias. O diagnóstico foi iniciado com consulta aos Procuradores-Chefes sobre as parcerias até então estabelecidas.

ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BOLETINS DA SSI

A Secretaria de Segurança Institucional, com vistas ao fortalecimento da comunicação e da transparência institucional, tem publicado Boletins Eletrônicos para divulgação das atividades e informações para o público interno atinentes à temática do segmento. Os Boletins Eletrônicos são de periodicidade mensal e sua publicação foi iniciada em março de 2021.



IMPLANTAR A SEGURANÇA ORGÂNICA NAS SEDES DAS UNIDADES DO MPT COM CRITÉRIOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS

Em conformidade à Política Nacional de Segurança Institucional do MPT, que estabelece que as Procuradorias Regionais do Trabalho elaborem seus Planos Regionais de Segurança Orgânica, foi estabelecida essa ação estratégica com o intuito de assegurar a efetiva implementação e execução de tal política. Nesse sentido, será realizado levantamento dos Planos de Segurança Orgânica existentes e efetuadas medidas de adequação e regularização, quando cabíveis, para a efetividade da iniciativa.

Secretaria de Comunicação Social

A Secretaria de Comunicação Social do Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho (SECOM) foi criada em 29 de janeiro de 2021 pela Portaria PGT nº 151.2021, que conferiu novas denominação e estrutura a então Assessoria de Comunicação Social (ASCOM).

Compõem a SECOM, nos cargos de Secretário de Comunicação e Secretário de Comunicação Adjunto, o Procurador do Trabalho Philippe Jardim e o Procurador Regional do Trabalho Ronaldo Lira, respectivamente.

O jornalista Jocimar Nastari exerceu, até janeiro de 2021, o cargo de Assessor-Chefe da ASCOM. Com a criação da SECOM passou a ocupar o cargo de Secretário Operacional.

A SECOM está organizada em quatro núcleos. O Núcleo de Imprensa tem como chefe Isabel Braga, e é composto também por Fabíula de Souza, Juliana Chalita, Priscila da Costa e Silva e Rogério Brandão (até fevereiro de 2021, contou com a colaboração da analista do MPU Carolina Barbosa Villaça, atualmente cedida à PGR). No Núcleo de Publicidade e Design estão Álvaro Faria, Cyrano Vital, Guilherme Peixoto e Sâmela Lemos. Do Núcleo de Relações Públicas fazem parte Ana Carolina Ramos e Ana Paula Fayão. E Kelma Cordeiro integra o Núcleo Administrativo. A SECOM ainda conta com os(as) trabalhadores(as) terceirizados(as) Flávia Araújo, Paulo Viana e Suelen Correia e os(as) estagiários(as) Adryel Oliveira, Gustavo Choairy e Gabriela Soares.

1 - NÚCLEO DE IMPRENSA

Produção de conteúdo – Diariamente a SECOM produz matérias de imprensa sobre a atuação institucional do MPT que são publicadas nos espaços Notícias e Imprensa, no portal mpt.mp.br para acesso do público externo, e também na intranet, para o público interno. As matérias também são distribuídas por mailing para os diversos veículos da imprensa como jornais impressos e portais eletrônicos, a fim de que também publiquem matérias próprias a partir das pautas apresentadas pelo MPT. As matérias são produzidas a partir de informações contidas em diversos tipos de documentos produzidos pelo MPT, tais como ações judiciais, TACs e recomendações, notas técnicas, notas públicas, convênios e dados dos sistemas MPT Digital e Gaia e Observatório SmartLab, bem como entrevistas e conversas com membras e membros. Entre 22 de agosto de 2019 e 31 de julho de 2021, a SECOM publicou no portal nacional do MPT 1994 matérias. Desse total, 308 foram produzidas pela SECOM e 1.689 pelas ASCOMs das Procuradorias Regionais do Trabalho.

Atendimento à imprensa - No mesmo período, o Núcleo de Imprensa atendeu 1.025 demandas de jornalistas encaminhadas à SECOM, sendo 113 entre agosto e dezembro de 2019; 549 em 2020 e 356 entre janeiro e julho de 2021. O atendimento consiste na apresentação de informações aos jornalistas envolvendo a atuação do MPT que vão servir de base para matérias publicadas em diversos veículos de comunicação. É também a partir do atendimento à imprensa que membras e membros concedem entrevistas ao vivo e gravadas para televisões, rádios, jornais, revistas e sites.

MPT na Imprensa – Com o formato atual desde junho de 2016, o MPT na Imprensa é um clipping diário de notícias publicadas nos diversos jornais e demais veículos de comunicação como sites, emissoras e jornais com temas de interesse do MPT. É produzido pelo Núcleo de Imprensa a partir de seleção de notícias fornecida por uma empresa terceirizada. O boletim é encaminhado diariamente para a lista de e-mail das Procuradoras e Procuradores, servidoras e servidores.

Presença do PGT Alberto Balazeiro na imprensa – O Procurador-Geral do Trabalho Alberto Balazeiro teve presença constante em veículos de comunicação representando o MPT. Concedeu várias entrevistas exclusivas para jornais e sites, sendo quatro para o Estado de S. Paulo, duas para a Folha de S. Paulo, duas para o portal JOTA, uma para O Globo, uma para o Valor Econômico, uma para o Correio Braziliense e uma para o Blog do Sakamoto (UOL). Para a televisão, ocorreu uma entrevista para o Jornal Nacional da Rede Globo, uma entrevista gravada de uma hora ao programa Poder 360 do SBT e uma entrevista gravada de 30min para o programa Debate do Canal Futura. Para rádios foram seis entrevistas ao vivo ao Jornal da CBN e uma entrevista ao vivo à Rádio Jovem Pan, ambas em rede nacional, e uma entrevista gravada à Rádio Gaúcha. O PGT publicou três artigos na seção de opinião da Folha de S. Paulo, um artigo na editoria de opinião do Valor Econômico e um artigo no portal JOTA. E também participou de lives promovidas pelo Valor Econômico, portal JOTA e do programa Mundo Corporativo, veiculado pelo canal da Rádio CBN no YouTube, que foi ao ar pela Rádio CBN no sábado seguinte.



2 - NÚCLEO DE PUBLICIDADE E DESIGN

Atendendo às demandas de diversas áreas da PGT, principalmente das Coordenadorias Nacionais Temáticas e das Secretarias que integram a gestão, bem como das Procuradorias Regionais do Trabalho, o Núcleo de Publicidade e Design produziu materiais gráficos que deram visibilidade às variadas ações de comunicação do MPT. O núcleo foi responsável pela criação e produção de cards para as redes sociais nacionais do MPT e de conteúdo de design como templates, banners, placas, artes e assemelhados para o portal externo do MPT e comunicação interna da PGT no próprio site, e-mail e demais formas de divulgação. O núcleo também fez a diagramação de boletins e informativos e de outros materiais impressos e digitais como livros, manuais, cartilhas, relatórios, folders e campanhas, incluindo a Revista Labor. A edição de vídeos e de programas de podcast igualmente foi realizada pelo Núcleo de Publicidade e Design.



MPT na imprensa



COVID-19

Pesquisadores criam teste barato para unidades de saúde

MPT



#MPTnaIMPRESA:

Agências internacionais de notícias repercutem ação judicial do MPT contra a JBS por omissão em medidas contra Covid-19

MPT
Ministério Público do Trabalho
MPT.MP.BR



MPT na imprensa

MPT abre inquéritos e realiza audiência com a Ford para coletar dados sobre saída da empresa do Brasil

MPT
Ministério Público do Trabalho
MPT.MP.BR

PANDEMIA



MPT

• MPT traz para São Paulo em conjunto com UFPel e UNICAMP o **EPICOVID-19**, maior estudo brasileiro sobre a pandemia

MPT na imprensa



PETROBRAS COVID-19:

Justiça define como acidente de trabalho contágio em plataformas

MPT



MPT emite diretrizes para cumprimento da **ordem de prioridade** em vacinação contra Covid-19

MPT
Ministério Público do Trabalho
MPT.MP.BR

3 - NÚCLEO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

O Núcleo de Relações Públicas atendeu às demandas de planejamento, organização e acompanhamento dos eventos e de cerimonial da Procuradoria-Geral e do PGT Alberto Balazeiro, especialmente no período anterior à pandemia da Covid-19. Com o trabalho remoto, houve o incremento da realização de eventos exclusivamente virtuais e híbridos (virtuais e presenciais). A tabela abaixo fornece um panorama do trabalho do Núcleo:

2019 agosto a dezembro	2020 janeiro a dezembro	2021 janeiro a dezembro
29 Eventos Presenciais	89 Eventos Virtuais	46 Eventos Virtuais e Híbridos
Posse Procurador-Geral do Trabalho	Reconecta 2020 - Conferência e Exposição Nacional de Inclusão e Acessibilidade das Pessoas com Deficiência	Reunião CNPG - evento híbrido
Posse dos Coordenadores Nacionais		Inauguração PTM de Palmas - PRT 10 - evento híbrido
Posse dos Conselheiros do CSMPT	30.12 - Posse dos Procuradores do Trabalho	Cerimônia da Entrega da última Etapa da Obra da Sede da PRT 10ª - evento híbrido
Posse dos Procuradores-Chefes	Webinários, lives, palestras, oficinas	Prêmio MPT Diversidade - virtual
Posse Corregedor e Ouvidor		Webinários, lives, palestras, oficinas
Simpósio internacional indígena, negro, quilombola, religioso de matriz africana. Preconceito, racismo e discriminação nas relações de trabalho, produção e consumo		
Prêmio MPT na Escola		
Reuniões, encontros, seminários		

4 – GESTÃO DE REDES SOCIAIS

Conteúdo - A SECOM foi responsável pela gestão dos perfis oficiais do MPT nas redes sociais Instagram (@mptrabalho), Twitter (@mpt_pgt) e Facebook (facebook.com/mpt.br), em que foram publicados mais de 1.500 conteúdos produzidos pelos Núcleos de Imprensa e de Publicidade e Design e por empresas terceiradas. Também foram publicados conteúdos produzidos pelas ASCOMs da Procuradorias Regionais e de entidades parceiras, como a Organização Internacional do Trabalho.

Seguidores - Entre agosto de 2019 e agosto de 2021, o número de seguidores dos perfis do MPT cresceu significativamente, especialmente no Instagram, passando de 80 mil para 217 mil.

Os dados completos dos seguidores estão na tabela a seguir:

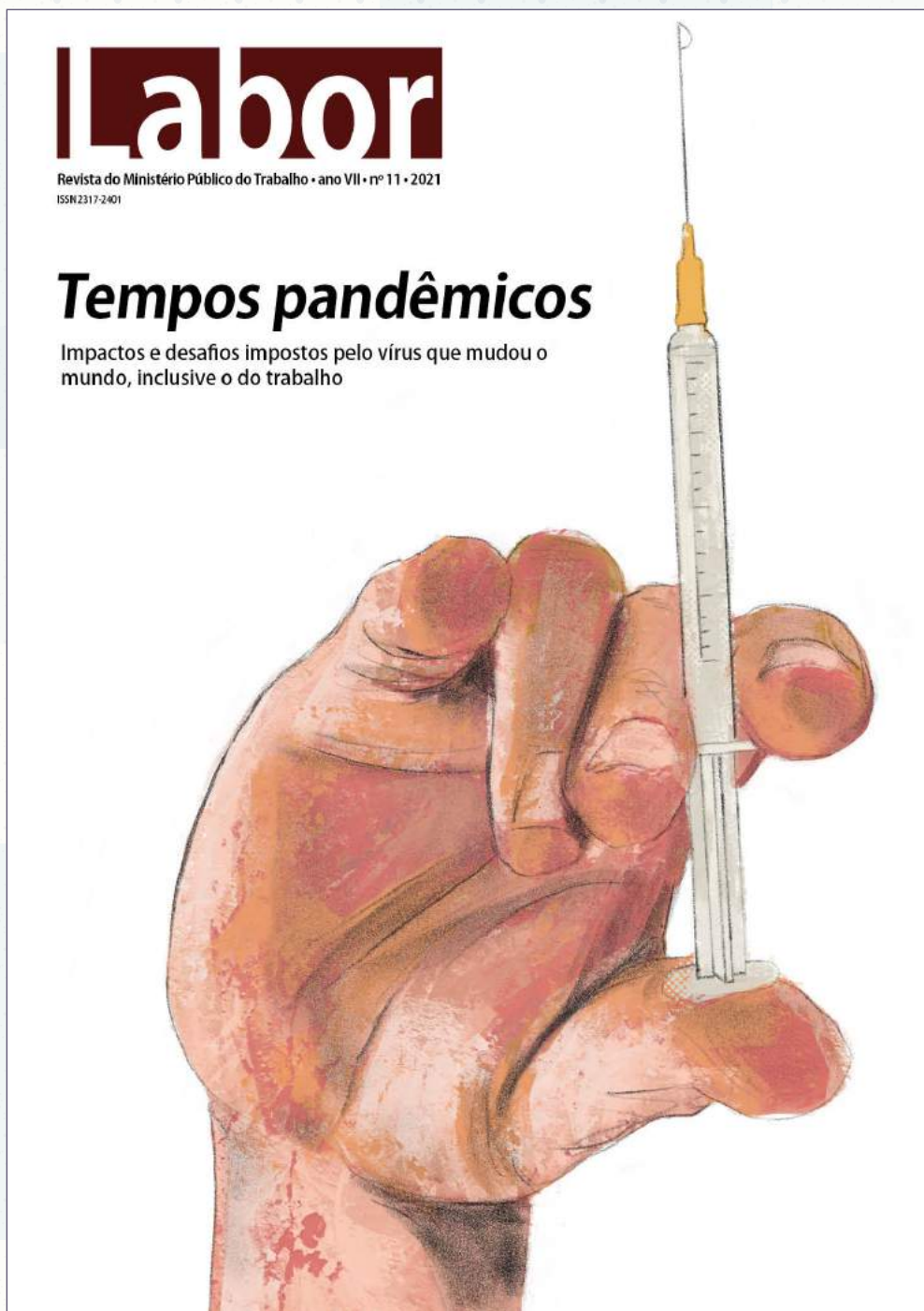
Total de seguidores os perfis do MPT em redes sociais		
	Agosto 2019	Agosto 2021
INSTAGRAM	80 MIL	217 MIL
FACEBOOK	515 MIL	537 MIL
TWITTER	15,9 MIL	18,7 MIL

Selo de autenticidade - Em maio de 2020, o perfil oficial do MPT no Instagram recebeu o selo azul de autenticidade. O processo de verificação da conta passa por diversas etapas e pela validação do próprio Instagram, com a análise de fatores como influência e relevância das publicações, credibilidade e autenticidade.

5 – PRODUTOS DE COMUNICAÇÃO

Programa Trabalho Legal – Com mais de 15 anos de existência, o programa Trabalho Legal foi exibido na TV Justiça até março de 2020, tendo sido produzidos 7 programas mensais com duração média de 25 minutos por intermédio da empresa contratada. A partir de abril de 2020, o programa avançou para ser transmitido pelas redes sociais do MPT e as matérias jornalísticas passaram a ser publicadas separadamente. Entre abril de 2019 e agosto de 2020, foram publicadas 71 matérias jornalísticas em vídeo nos perfis do MPT.

Revista Labor - Em março de 2021, foi iniciado o processo de elaboração de uma nova edição da Revista Labor, que tem como temática o enfrentamento ao Covid-19. A revista ficou pronta em setembro. Também foi disponibilizada na versão eletrônica. A última edição da revista fora lançada em junho de 2019. A Revista Labor é impressa e entregue a todas as Procuradoras e Procuradores e outros parceiros institucionais e integrantes do sistema de justiça, além da versão eletrônica estar disponível no portal do MPT.



Revista Labor nº 11

Rádio MPT - Criada em 2014, a Rádio MPT conta com entrevistas e boletins informativos, que são matérias de rádio distribuídas para mais de 2.500 mil emissoras parceiras, sendo rádios comerciais AM e FM, educativas e comunitárias afiliadas em 1.670 municípios. Em média, de 900 a 1000 emissoras por mês levaram

ao ar os conteúdos da Rádio MPT.

Podcast Prosa de Trabalho - Com início em fevereiro de 2019, o podcast Prosa de Trabalho é produzido semanalmente, sendo hospedado em agregadores de podcast, como o Spotify, na página www.radiompt.com.br e também nas redes sociais do MPT. Entre agosto de 2019 e julho de 2021, a empresa terceirizada Agência Radioweb produziu 99 episódios semanais do podcast.

Podcast MPT Vidas & Histórias (novo produto) – Em 2021 a SECOM planejou o oferecimento de um novo Podcast do MPT, com um formato e dinâmica diferentes. A primeira temporada conta com episódios semanais, apresentados pela Procuradora Carolina Hirata e pelo Procurador João Berthier, que recebem colegas para uma conversa descontraída e informal sobre histórias de atuação, experiências pessoais e casos interessantes, engraçados e emocionantes da vida de Procuradoras e Procuradores.

Para a escolha do nome do novo podcast, foi feita uma enquete de forma virtual para participação de membros e membras, servidores e servidoras do MPT. Com 45,98% dos votos, o nome escolhido foi MPT Vidas & Histórias.

O lançamento do podcast MPT Vidas & Histórias ocorreu em outubro e os episódios no Spotify.



Radar MPT (novo produto) - Outro produto inédito lançado pela SECOM em 2021 foi o RADAR MPT, uma curadoria semanal das principais notícias relevantes publicadas nos portais das Procuradorias Regionais do Trabalho. O informativo é enviado, desde 21 de maio de 2021, todas as sextas-feiras no final da tarde para o e-mail institucional dos membros e membras, além de também ser enviado gratuitamente por mailing para mais de 300 interessados do público externo ao MPT mediante solicitação.

6 - ENCONTRO DA ASCOM PGT COM AS ASCOMS REGIONAIS

Em 16 e 17 de dezembro, na sede da PGT em Brasília, foi realizado o encontro presencial dos servidores da ASCOM/PGT com as ASCOMs das PRTs. O PGT Aberto Balazeiro participou da abertura e do encerramento do evento. Na reunião foram apresentadas as prioridades da gestão da PGT na área de comunicação para o biênio 2017/2021, bem como foram debatidos e analisados os pleitos das ASCOMs, tais como a atualização da agenda anual de datas de publicações das Coordenadorias Temáticas Nacionais, definição das rotinas de trabalho entre a então ASCOM/PGT e as ASCOMs das PRTs, nova sistemática de elaboração dos orçamentos de investimento e de tramitação das demandas de liberação de recursos e melhoria salarial dos servidores das ASCOMs das PRTs, com o estabelecimento do piso mínimo de remuneração de CC2.



7- MAPEAMENTO DE PROCESSOS

A SECOM, com a execução e o apoio técnicos da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica - SGE, por intermédio do Escritório de Processos (EPO), finalizou, em maio de 2021, o mapeamento dos fluxos de processos de comunicação institucional.

Neste primeiro momento foram mapeados os principais fluxos de trabalho da SECOM, tais como:

- Produzir conteúdos de comunicação;
- Planejar, criar e produzir campanhas de comunicação;
- Elaborar release, notícia e nota;
- Divulgar nota pública;
- Produzir imagem e vídeo;

- Produzir cards para redes sociais;
- Publicar nas redes sociais;
- Divulgar campanha fisicamente;
- Aferir resultados de comunicação;
- Produzir e distribuir programas;

O modelo de mapeamento é fundamental para aperfeiçoar e otimizar os processos de trabalho, evitando a repetição desnecessária de funções e permitindo maior efetividade na organização das rotinas de trabalho.

Os fluxos de trabalho podem ser acessados no link abaixo, no item “Processos de Trabalhos Gerenciais”: <https://mpt.mp.br/planejamento-gestao-estrategica/gestao-estrategica/gestao-processos>

8 – INVENTÁRIO DE IMPRESSOS

Para atendimento das regras de controle da Auditoria Interna do MPU – AUDIN, foi realizado o inventário de material impresso – livros, cartilhas, manuais, revistas, HQs, entre outros – que estava condicionado em um depósito na garagem do prédio sede da PGT. O inventário contabilizou mais de 74 mil unidades datadas desde 2013.

Com o inventário individualizado de cada obra contendo informações dos autores, data de lançamento e quantidade, foi realizado o processo de destinação adequada do material para Procuradorias Regionais, Centrais Sindicais e demais órgãos parceiros, bem como mantendo-se estoque de reserva regular para a SECOM.

9 – COMUNICAÇÃO INCLUSIVA

A SECOM trabalhou para implementar gradativamente a acessibilidade universal aos diversos meios e produtos de comunicação sob sua responsabilidade. A produção do material pela própria equipe da SECOM e também por intermédio de fornecedores mediante contratos vem com linguagem acessível, buscando a inclusão de pessoas com deficiência em suas ações de comunicação.

A revista eletrônica Trabalho Legal conta com legendas e tradução em libras em todas as matérias. O Podcast Prosa de Trabalho é publicado com o recurso de legenda automática na maior parte do seu conteúdo falado, embora o recurso ainda esteja em processo de aperfeiçoamento. Quanto aos conteúdos produzidos

para as redes sociais administradas nacionalmente pela SECOM, têm-se utilizado a descrição das imagens nos campos de texto alternativo no Twitter, Instagram e Facebook. Essas descrições podem ser ouvidas com a ativação de leitores de tela em computadores e nos aparelhos celulares Android e iOS. Para a área de eventos, a SECOM igualmente dispõe de serviço de intérpretes de libras prestado por duas empresas contratadas e que é utilizado em eventos presenciais e telepresenciais. Uma dessas empresas também faz a legenda e a tradução em libras de vídeos que são produzidos externamente. Atualmente, todos os eventos promovidos pelo MPT – a maioria deles neste momento da pandemia na modalidade telepresencial – contam com tradução em libras em tempo real. Esses eventos também têm legendagem automática e em tempo real graças a dispositivo disponibilizado pela TI do MPT.

10 - COMITÊ ESTRATÉGICO DE COMUNICAÇÃO (CECOM)

O Comitê Estratégico de Comunicação (CECOM), integrante do Sistema Integrado de Governança da Gestão Estratégica do MPT (SIGGE), é “instância consultiva e propositiva concernente ao estabelecimento de diretrizes alinhadas ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI), para aprimoramento da comunicação interna e externa” (Portaria PGT 739/16, art. 13). Em agosto de 2021, o CECOM tinha a seguinte composição: Procurador do Trabalho Gustavo Accioly, na qualidade de presidente do Comitê; Secretário de Comunicação Philippe Jardim; Secretário de Comunicação Adjunto Ronaldo Lira; Procuradora Regional do Trabalho Ludmila Brito Lopes; Secretário Operacional da SECOM Jocimar Nastari (Secretário do CECOM) e os(a) Assessores(a) Regionais de Comunicação Nayara Xavier (que substituiu em março de 2021 Lívia Vasconcelos de Carvalho), Rafael Almeida e Rogério Paiva. O CECOM reuniu-se duas vezes no biênio: presencialmente em fevereiro de 2020 e, virtualmente, em abril de 2021.

11 - MAPEAMENTO DAS ASSESSORAS E ASSESSORES REGIONAIS DE COMUNICAÇÃO

Em razão de constatação da necessidade de realizar o mapeamento completo do perfil de todas Assessoras e Assessores Regionais de Comunicação lotados nas Procuradorias Regionais, foi elaborada planilha de preenchimento com informações relativas à formação acadêmica e qualificação profissional e principais experiências profissionais anteriores e competências, entre outras informações. O mapeamento das informações foi entregue à Administração da PGT e aos Procuradores-Chefe e às Procuradoras-Chefe, além dos próprios Assessores e Assessoras de Comunicação.

12 - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO PELAS PROCURADORAS E PROCURADORES

A SECOM elaborou questionário de avaliação que foi respondido de forma on-line pelas Procuradoras e pelos Procuradores do Trabalho a respeito dos produtos de comunicação, tais como Instagram do MPT, Revista Labor, Programa Trabalho Legal, Podcast Prosa de Trabalho, Rádio MPT e MPT na Imprensa. O questionário teve por objetivo avaliar e aprimorar a qualidade dos produtos da SECOM. O questionário conteve 42 perguntas e não houve necessidade de identificação para resposta. O relatório consolidado das respostas foi apresentado ao Comitê Estratégico de Comunicação (CECOM) no dia 18 de maio de 2021.

13 - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO PELAS ASSESSORAS E ASSESSORES REGIONAIS DE COMUNICAÇÃO

Também foi elaborado questionário de avaliação para as Assessoras e Assessores de Comunicação das Procuradorias Regionais dos produtos de comunicação da SECOM. Trata-se de questionário diferente do formulado às membras e aos membros, contendo perguntas de natureza técnica e específicas considerando os formatos de apresentação dos produtos. O questionário conteve 44 perguntas e não houve necessidade de identificação para resposta. O relatório consolidado das respostas foi apresentado ao Comitê Estratégico de Comunicação (CECOM) no dia 18 de maio de 2021.

14 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DA SECOM

Após a apresentação de demandas variadas de cursos de capacitação e de qualificação para integrantes da equipe da SECOM - como forma de aprimoramento contínuo e regular da equipe e garantindo ainda mais qualidade das atividades de comunicação do MPT -, todas as demandas foram condensadas em um único documento de requerimento que instruiu PGEA específico em tramitação na Diretoria-Geral e Diretoria de Gestão de Pessoas.

Foram aprovadas as seguintes ações de capacitação: Produção e edição de vídeos; Otimização de linguagem de acessibilidade em conteúdos destinados a canais de redes sociais; Planejamento de campanhas para redes sociais; Produção Editorial EaD; e Social Media Training: Comunicação para Executivos e Colaboradores nas redes sociais.

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica

Nesta seção, a Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE) demonstra alguns destaques do período relativos aos principais segmentos utilizados para o desenvolvimento da estratégia: Governança; Planejamento e Monitoramento; Processos; e Projetos. A Secretaria tem contribuído diretamente para a concretização de cinco Objetivos Estratégicos, os quais estão voltados para a Atuação Resolutiva (OE4), Parcerias Estratégicas (OE6), Comunicação (OE7), Gestão para Resultados (OE8) e Inovação (OE10). Para isso, a execução envolve as seguintes iniciativas abaixo, constantes do Plano de Gestão Nacional.

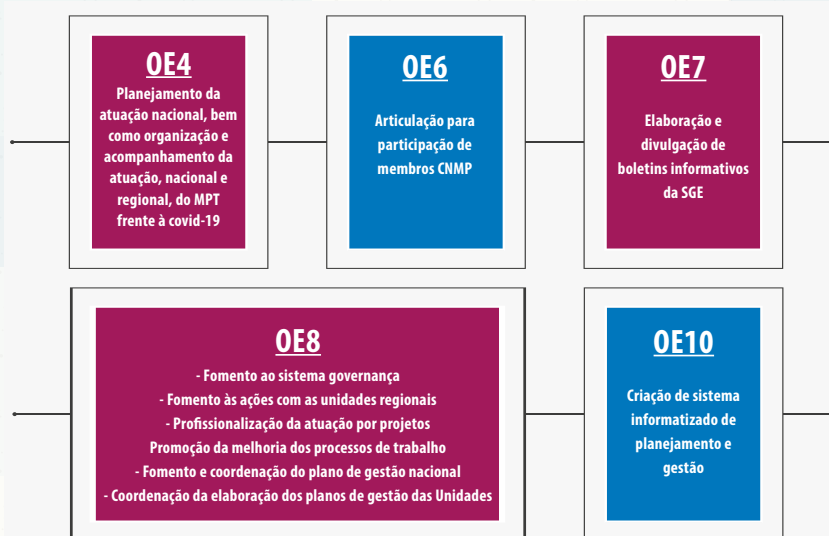
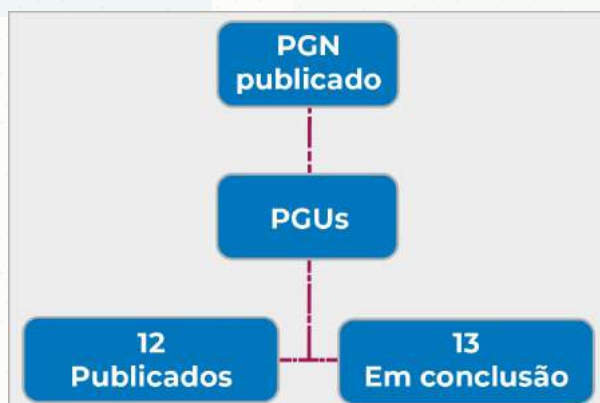


Figura: Iniciativas de responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica.

FOMENTO E COORDENAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO NACIONAL (PGN) E COORDENAÇÃO DA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO DAS UNIDADES (PGUS) - CRIAR METODOLOGIA PARA DESENVOLVER OS PGUS

Outras duas iniciativas que se alinham, neste biênio, ao Objetivo Estratégico n.º 8 - Gestão para Resultados – são aquelas voltadas para o Desdobramento do Planejamento Estratégico. Como resultado, foi elaborado o Plano de Gestão Nacional (PGN). Este documento concentra o planejamento das iniciativas que visam contribuir para os objetivos estratégicos, bem como a forma de



acompanhamento do andamento dos trabalhos, por meio de indicadores. Além disso, já foram publicados 12 Planos de Gestão das Unidades e estão previstas as publicações de mais 13 planos.

O PGN e os PGUs contribuem diretamente para a atuação voltada a resultados ao fomentar o planejamento, a priorização e o acompanhamento, permitindo assim correções de rumo de forma tempestiva. Os planos já publicados podem ser acessados por meio do link <https://mpt.mp.br/planejamento-gestao-estrategica/gestao-estrategica/planejamento-e-monitoramento>



Figura: Elementos do Plano de Gestão do MPT (PGN), conforme Portaria PGT n.º 1423/2020

CRIAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SISTEMA FRIDAYS)

Alinhado ao Objetivo Estratégico n.º 10, garantir a inovação e a eficiência dos produtos e serviços de tecnologia da informação, em uma parceria entre SGE e DTI, está sendo desenvolvido o sistema Fridays para planejamento e gestão institucional. A primeira etapa, que está em fase de homologação, permite gerenciar projetos, GTs e GEs, bem como fazer gestão interna de segmentos e ofícios. Além disso, o sistema abrangerá funcionalidades para facilitar o controle de processos, o acompanhamento das reuniões da governança, o planejamento e controle de iniciativas e o monitoramento de indicadores. Os interessados podem experimentar o sistema no ambiente de teste, por meio do link <https://fridays-homologacao.mpt.mp.br>.

COORDENADORIA NACIONAL DE COMBATE À EXPLORAÇÃO DO TRAB. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - COORDINFÂNCIA

Recentes

Últimos registros

Próximos compromissos (Ver calendário)

Ação/Iniciativa

Filtre por instrumento

Proposição/Planejamento X Em execução X

	TÍTULO	INSTRUMENTO	ABRANGÊNCIA	SITUAÇÃO	EQUIPE	PRAZO	CUSTO
>	CE26 Aprendizagem Profissional Inclusiva	GE	Nacional	Em execução		12/04/2021 - 31/12/2022	
>	GT55 Atletas Adolescentes	GT	Nacional	Em execução		29/04/2021 - 31/12/2021	
>	CE26 Atualização do Plano Operacional de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes do MPT - Plano ESCCA	GE	Regional	Em execução		02/06/2021 - 15/08/2021	
>	GT53 Cadeia Produtiva do Tabaco	GT	Nacional	Em execução		04/09/2020 - 31/08/2021	R\$ 51.172,60
>	GT54 Cadeias Produtivas do Cacau/Chocolate	GT	Nacional	Em execução		29/04/2021 - 31/08/2022	R\$ 23.016,00
>	GE24 Cursos e Material de Apoio Coordinfância	GE	Nacional	Em execução		22/03/2021 - 15/08/2021	
>	GT56 Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes - ESCCA	GT	Nacional	Em execução		06/05/2021 - 31/08/2021	

Figura: Gestão de Projetos, GTs e GEs no Fridays

PROMOÇÃO DA MELHORIA DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO MPT

A gestão de processos tem por objetivo fomentar a transformação organizacional por meio do aperfeiçoamento dos processos de trabalho, convergindo para uma mudança que assegure maior cooperação e integração entre os diversos segmentos do MPT. Além disso, busca contribuir com a otimização das atividades, a economia de recursos e, por conseguinte, a melhoria dos processos de trabalho e a prestação de resultados mais efetivos à sociedade.

Nessa gestão, destaca-se a publicação da Portaria 822.2021, que busca simplificar os principais elementos norteadores do trabalho desenvolvido na área de gestão de processo de trabalho. Outra publicação de alta relevância é a Portaria 823.2021, que institui a Cadeia de Valor do MPT. Esse instrumento gerencial possibilita a visualização sistêmica e integrada do funcionamento do conjunto de processos existentes na instituição, além da identificação e estabelecimento da priorização dos processos a serem otimizados, de forma mais aderente à estratégia institucional.



Cadeia de Valor do MPT (Portaria PGT n.º 823/2021).

ASGE conduziu o mapeamento de processos de trabalho em seis segmentos organizacionais. O que resultou na geração de fluxos e manuais, contribuiu com a manutenção do conhecimento institucional, com a ampliação da transparência e compreensão das atividades desenvolvidas pelas áreas, além da simplificação e melhoria dos processos de trabalho. Na sequência o quantitativo de processos mapeados e as áreas correspondentes:

Os processos se encontram documentados e disponibilizados no seguinte endereço <https://mpt.mp.br/planejamento-gestao-estrategica/gestao-estrategica/gestao-processos>.



PROFISSIONALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO POR PROJETOS COM A SIMPLIFICAÇÃO DE METODOLOGIA, MENTORIA COM OS GERENTES DE PROJETOS, REVISÃO DE NORMAS

Ainda no tema da Gestão por Resultados, neste biênio, o MPT avançou na profissionalização da atuação por projetos. No portal do MPT, <https://mpt.mp.br/planejamento-gestao-estrategica/gestao-estrategica/gestao-projetos>, foi disponibilizado, para os públicos externo e interno, o portfólio de projetos estratégicos. No âmbito das Coordenadorias Temáticas Nacionais, foram acompanhados 20 projetos alinhados aos objetivos finalísticos do MPT. Além dos projetos, a atuação temática no período se deu mediante grupos de trabalho (27) e de estudo (12) que de forma sistemática permitiram organizar os esforços da instituição na direção de resultados voltados ao trabalho digno. A tabela a seguir destaca os projetos com iniciativas realizadas no período compreendido pelo relatório.

FOMENTO AO FUNCIONAMENTO DO SIGGE

No tema da Cultura da Gestão Estratégica Orientada para Resultados (OE8), o MPT realizou, no exercício de 2020, 27 reuniões colegiadas dos Comitês Estratégicos e no exercício de 2021, até julho, foram 11 reuniões com deliberações colegiadas. Os Comitês em suas áreas temáticas (gestão estratégica, pessoas, tecnologia da

Coordenadoria	Projeto	Objetivo Estratégico
CODEMAT	Adequação das Condições de Trabalho nos Frigoríficos	OE2 – Garantir a saúde e a segurança no ambiente de trabalho
	Banimento do Amianto no Brasil	OE2 – Garantir a saúde e a segurança no ambiente de trabalho
	Câncer ocupacional	OE2 – Garantir a saúde e a segurança no ambiente de trabalho
CONAETE	Capacitação da rede de assistência e acolhimento dos trabalhadores resgatados	OE1 - Promover a inclusão e a igualdade no trabalho, bem como combater o trabalho escravo e o trabalho infantil
	Liberdade no Ar	OE1 - Promover a inclusão e a igualdade no trabalho, bem como combater o trabalho escravo e o trabalho infantil
	Reação em Cadeia	OE1 - Promover a inclusão e a igualdade no trabalho, bem como combater o trabalho escravo e o trabalho infantil
CONAFRET	Individualização do FGTS	OE03 - Promover o diálogo e a proteção social no trabalho, bem como a valorização de direitos trabalhistas
	Plataformas Digitais	OE03 - Promover o diálogo e a proteção social no trabalho, bem como a valorização de direitos trabalhistas
CONALIS	O MPT no combate aos atos antissindiais	OE3 - Promover o diálogo e a proteção social no trabalho, bem como a valorização de direitos trabalhistas
	MPT mediador dos conflitos coletivos	OE3 - Promover o diálogo e a proteção social no trabalho, bem como a valorização dos direitos trabalhistas.
	Sindicalismo e Diversidade	OE3 - Promover o diálogo e a proteção social no trabalho, bem como a valorização dos direitos trabalhistas.
CONAP	Saúde na saúde (2020-2021)	OE2 – Garantir a saúde e a segurança no ambiente de trabalho
	Adequação das condições de trabalho no Sistema Prisional	OE 2 – Garantir a saúde e a segurança no ambiente de trabalho; OE 3 – Promover o diálogo e a proteção social no trabalho, bem como a valorização dos direitos trabalhistas.
CONATPA	Ouro negro	OE2 - Garantir a saúde e a segurança no ambiente de trabalho
	Mar a Mar	OE2 - Garantir a saúde e a segurança no ambiente de trabalho
	Portos Seguros	OE2 - Garantir a saúde e a segurança no ambiente de trabalho
COORDINFÂNCIA	Resgate à Infância	OE01 - Promover a inclusão e a igualdade no trabalho, bem como combater trabalho escravo e infantil
COORDIGUALDADE	Inclusão Social de Jovens Negras e Negros no Mercado de Trabalho	OE01 - Promover a inclusão e a igualdade no trabalho, bem como combater trabalho escravo e infantil
	Acessibilidade e inclusão no trabalho de pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados.	OE01 - Promover a inclusão e a igualdade no trabalho, bem como combater trabalho escravo e infantil
	Empregabilidade LGBTQI+	OE01 - Promover a inclusão e a igualdade no trabalho, bem como combater trabalho escravo e infantil

informação, segurança, comunicação, resultados institucionais) representam instâncias colegiadas como espaços participativos e legítimos dos quais emerge uma nova cultura de resultados configurada na prática do diálogo, de contestação, de pactuação que pode subsidiar o processo de tomada de decisão.

As agendas, pautas, atas e outras informações afetas às reuniões da governança podem ser conferidas pelo link <https://mpt.mp.br/planejamento-gestao-estrategica/gestao-estrategica/governanca-sigge>.

SIGGE

2020

27 Reuniões

2021

11 Reuniões

FOMENTO ÀS AÇÕES INTEGRADAS COM AS UNIDADES REGIONAIS

No Biênio ocorreram remotamente 2 Encontros Nacionais com as equipes da Gestão Estratégica de todo o Brasil. Na primeira reunião foi proposta metodologia de construção dos Planos de Gestão e pactuado cronograma com as respectivas etapas. Na 2ª Reunião Nacional, foram monitoradas as etapas já executadas e apresentadas as experiências locais do processo de planejamento. Além das Reuniões Nacionais, foram realizados, ao longo de 2021, 72 encontros remotos entre a Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica da PGT com representantes das Unidades de Planejamento e Gestão em cada uma das 24 Procuradorias Regionais do Trabalho. Nesses encontros o objetivo foi personalizar e considerar cada uma das particularidades locais que podem impactar no processo de planejamento estratégico.

2 Encontros Nacionais

72 Encontros entre SGE e representantes das 24 PRTs

PLANEJAMENTO DA ATUAÇÃO NACIONAL, BEM COMO ORGANIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA ATUAÇÃO, NACIONAL E REGIONAL, DO MPT FRENTE À COVID-19

No campo da Atuação Resolutiva e Uniforme (OE4), em março de 2020, o MPT instituiu o Grupo de Trabalho Covid-19 com o objetivo de promover e proteger a saúde do trabalhador, bem como reduzir os impactos negativos trabalhistas decorrentes da pandemia de infecções por COVID-19. Foi elaborado um plano nacional com quatro eixos de atuação: Eixo 1 - Articulação Interinstitucional e Políticas Públicas, Eixo 2 – Atuação Estratégica e Promoção, Eixo 3 – Divulgação de Notas Técnicas, Recomendações, e de informações para ampla conscientização, e Eixo 4 - Medidas Administrativas de apoio à atuação do MPT. A partir dessas quatro diretrizes nacionais, 24 planos regionais foram elaborados, tendo por objetivo o enfrentamento dos impactos negativos trabalhistas da pandemia. Abaixo, estão disponíveis o quantitativo de providências realizadas pelas Unidades do MPT em todo o Brasil e distribuição delas por eixo.



ARTICULAÇÃO PARA INSERÇÃO DE MEMBROS EM TODAS AS COMISSÕES DO CNMP

No que se refere ao Objetivo Estratégico de Parcerias Estratégicas (OE6), a Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica – SGE do MPT encontra-se incluída no rol de Representantes da Administração Superior do Fórum Nacional de Gestão do Conselho Nacional do Ministério Público.

ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BOLETINS INFORMATIVOS DA SGE

Quanto à Comunicação e Transparência (OE7), as atividades da gestão estratégica do MPT foram mensalmente divulgadas, ao longo do biênio, por

meio dos boletins informativos. Na página da gestão estratégica no portal do MPT (<https://mpt.mp.br/planejamento-gestao-estrategica/gestao-estrategica>) , no item Normas, políticas e publicações, encontram-se disponíveis para consulta, os 17 relatórios de atividades. Neles, há informações atualizadas acerca do planejamento institucional, das reuniões de governança, dos projetos estratégicos e processos de trabalho do MPT.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA



Alinhado ao Objetivo Estratégico n.º 7, Fortalecer a comunicação, a transparência institucional e o diálogo com a sociedade, a SGE iniciou em março de 2021 o monitoramento da transparência do MPT, com o objetivo de manter a adequação do Portal da Transparência ao Manual da Transparência do Ministério Público. Essa medida inclui garantir o bom posicionamento no Transparentômetro do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

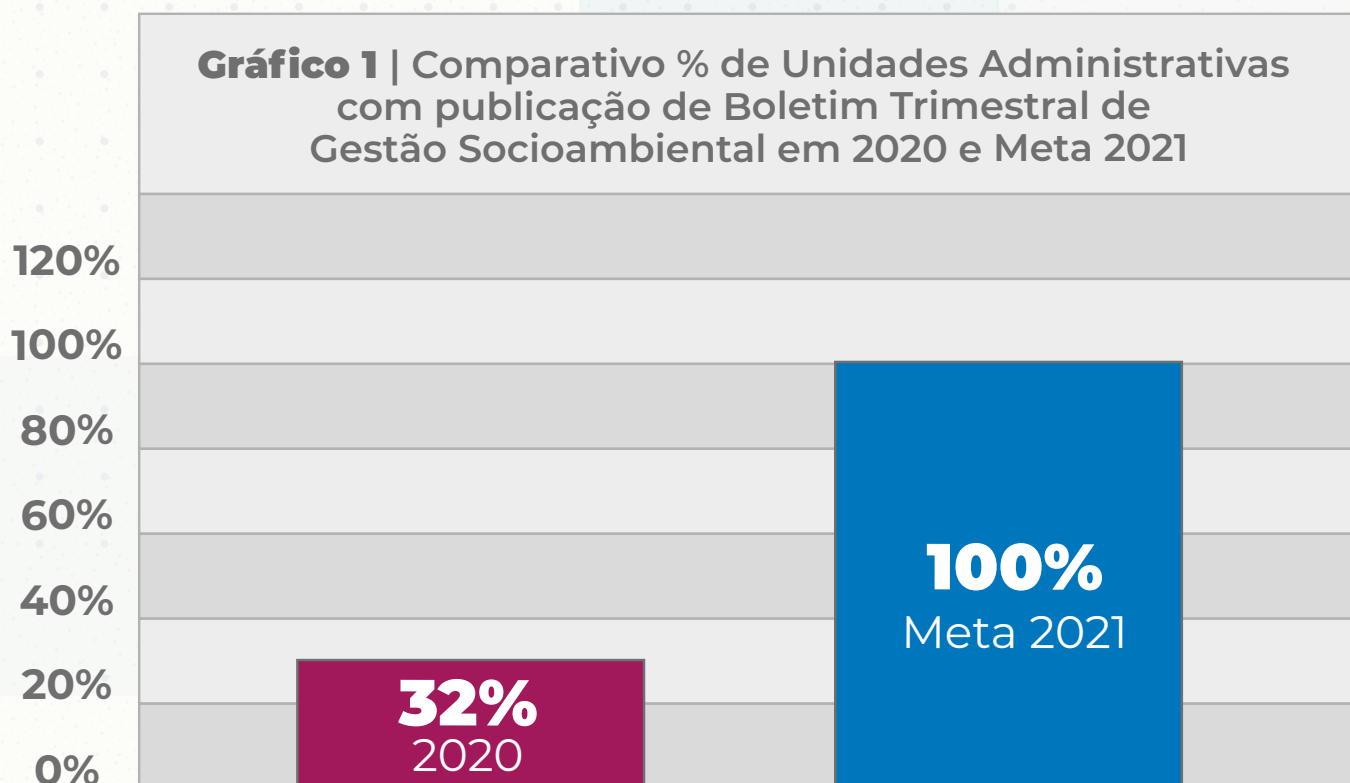
Uma das medidas adotadas o estabelecimento das diretrizes gerais para a Gestão do Portal da Transparência do MPT por meio da publicação da Portaria n.º 1027.2021. Aliado ao normativo, foi realizada a identificação e o mapeamento do processo de trabalho Gerir o Portal da Transparência.

No atual estágio, encontra-se em desenvolvimento a criação de espaço na intranet para divulgação das normas sobre a Transparência, dos responsáveis pelas informações, das notas atribuídas aos segmentos e das unidades em avaliação interna, e do ranking interno dos segmentos e unidades do MPT.

Secretaria de Gestão Socioambiental

A Secretaria de Gestão Socioambiental consolidou, no PGN, duas iniciativas, ligadas aos objetivos estratégicos 7 e 9, conforme detalhadas abaixo.

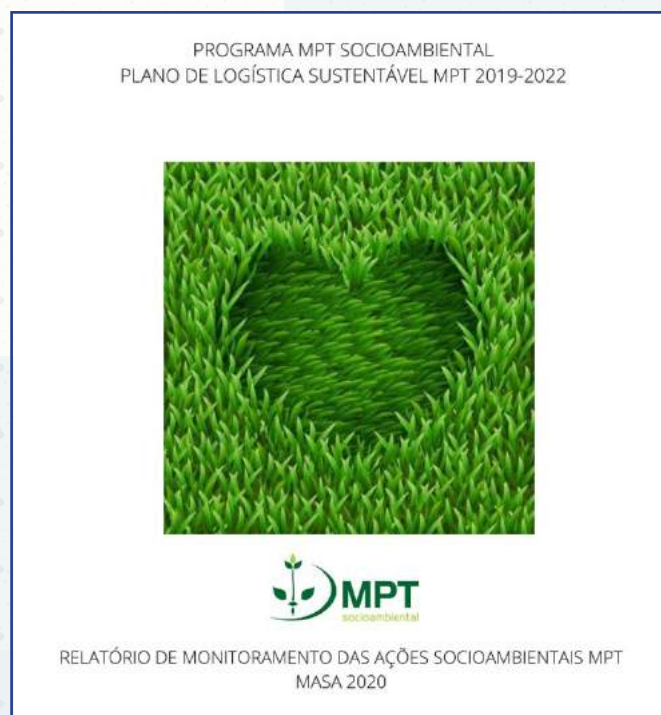
ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BOLETINS SOCIOAMBIENTAIS



Sobre esse tema, ressalta-se que, em 2020, 32% das Unidades publicaram boletins trimestrais. Em 2021, até o mês de junho, 8% das unidades já haviam publicado seus boletins.

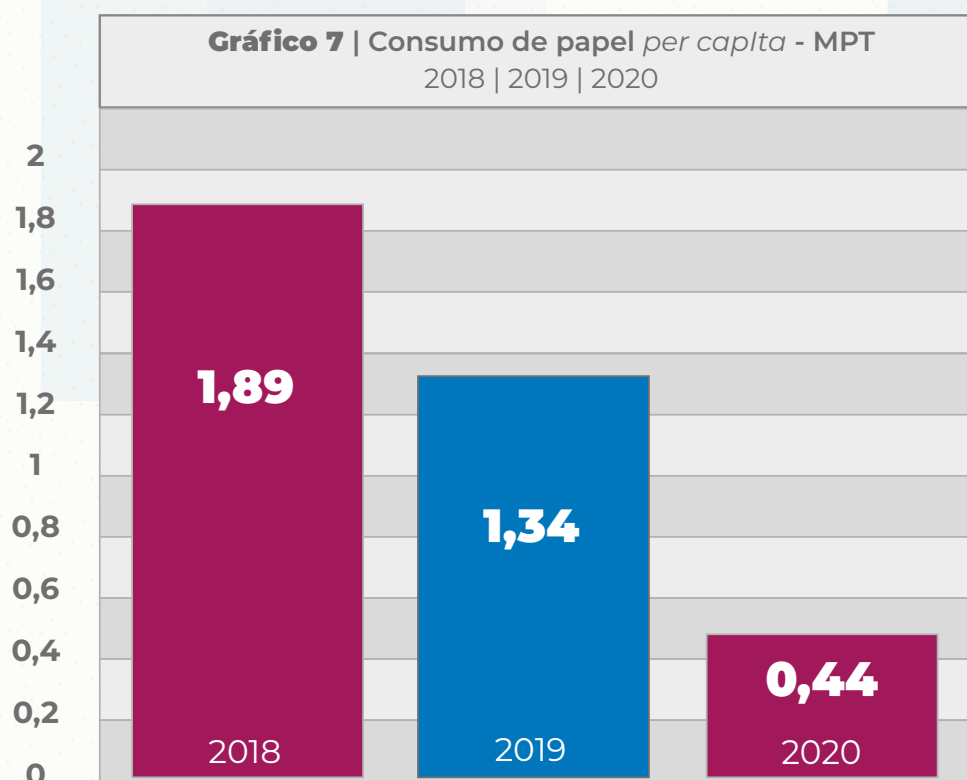
CUMPRIMENTO DAS AÇÕES CONSTANTES NO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL MPT

O Monitoramento das Ações Socioambientais MPT - 2019 e 2020 foi realizado por meio de Pesquisa Anual em todas as Unidades do MPT. As informações foram compiladas e analisadas com elaboração dos Relatórios Anuais de Monitoramento das Ações Socioambientais - MASA 2019 e MASA 2020, os quais estão publicados na página da Gestão Socioambiental na intranet. Os resultados podem ser visualizados por meio de gráficos e tabelas, de acordo com as metas estabelecidas no [Plano de Logística Sustentável - PLS MPT](#). Devido ao sistema de trabalho durante a pandemia, houve uma intensa redução do consumo de bens naturais e materiais, como demonstra o [Relatório Anual MASA 2020](#).



Capa do Relatório MASA 2020

“O Gráfico 7, apresentado a seguir, demonstra o consumo de papel per capita em 2018, 2019 e 2020. Observou-se que, em 2019, houve retração desse consumo em cerca de 29% (vinte e nove por cento) quando comparado a 2018, tendo havido, igualmente, uma retração expressiva, em 2020, da ordem de 67% (sessenta e sete por cento) comparado ao ano de 2019. Verifica-se, portanto, que esse resultado foi possível devido à redução do trabalho presencial durante a pandemia, conforme demonstra o Gráfico 7 seguinte”.



Outras iniciativas da Gestão Socioambiental e os principais resultados do cumprimento das ações constantes do Plano de Logística Sustentável MPT 2019/2022 – relativos ao Objetivo Estratégico 09 – OE 09, podem ser acessados no [Relatório de Gestão 2019-2021](#) da Secretaria de Gestão Socioambiental PGT/MPT.



Capa do Relatório de Gestão 2019-2021 da Secretaria de Gestão Socioambiental PGT/MPT

Secretaria de Cooperação Internacional Trabalhista

Sob a responsabilidade da Secretaria de Cooperação Internacional, no Plano de Gestão Nacional, constam 4 iniciativas relativas aos objetivos estratégicos 4 – Atuar de forma proativa, resolutiva e uniforme -, 6 – Estabelecer e fortalecer parcerias estratégicas-, 7 - Fortalecer a comunicação, a transparência institucional e o diálogo com a sociedade- e 11 - Desenvolver a Política de Gestão de Pessoas.

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PERMANENTE DOS LITÍGIOS ESTRATÉGICOS NO ÂMBITO DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

O MPT fez diversas participações de litígios estratégicos no âmbito do sistema interamericano durante a gestão. A exemplo disso, entre as iniciativas mais relevantes, estão a petição e sustentação oral no caso da explosão da fábrica de fogos de Santo Antônio de Jesus perante a Corte interamericana; a apresentação de parecer em opinião consultiva de liberdade sindical com perspectiva de gênero na Comissão Interamericana de Direitos Humanos; e a denúncia do caso Telepar após o esgotamento das instâncias internas em nosso país.

IDENTIFICAÇÃO DE INICIATIVAS DE GOVERNO, ORGANISMOS INTERNACIONAIS, EMPRESAS MULTINACIONAIS À PAUTA DO TRABALHO DECENTE E INTERLOCUÇÃO

Ações desenvolvidas com organismos internacionais e governo:

- Reuniões e revisão de acordos de cooperação técnica com OIT, UNOPS e UNICEF, fatores que foram relevantes para o debate da nova Resolução nº 179 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho;
- Contatos diretos e pedidos obtidos com sucesso por meio de uma cooperação jurídica internacional ativa, a exemplo de reunião com a Ministra da Criança no Paraguai, com membros do Ministério Público local, e com a solicitação de informações, devidamente atendida, pelo Ministério da Justiça brasileiro, autoridade central;
- Adesão do MPT à Aliança 8.7. da OIT, iniciativa que une todos os atores interessados em lutar pelo cumprimento da meta de erradicar o trabalho forçado, a escravidão moderna, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil do mundo até 2030, estabelecida pela Agenda 2030 da ONU;

- Celebração de acordo de cooperação para eficiência energética com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), Agência Alemã de Cooperação Internacional focada em projetos de desenvolvimento sustentável.

CAPACITAÇÃO DE PROCURADORES(AS) E SERVIDORES(AS) SOBRE TEMAS RELATIVOS À COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL E SISTEMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Foram realizadas duas capacitações, cada uma delas com mais de 100 (cem) inscritos e transmitida on line e ao vivo pelo Youtube, uma em julho-2020 e outra em agosto-2021, tendo a última atingido o pico de 442 reproduções ao vivo.

ÓRGÃOS SUPERIORES

Conselho Superior

O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT) é um órgão colegiado com atribuições normativas e deliberativas previstas na Lei Orgânica do MPU e no seu Regimento Interno, sendo presidido pelo Procurador-Geral do Trabalho e composto por mais nove Subprocuradores-Gerais.

O CSMPT no biênio 2019/2021, sob a presidência do Dr. Alberto Bastos Balazeiro, iniciou as atividades a partir de 29/8/2019, com a realização 20 (vinte) sessões ordinárias (6 presenciais e 14 telepresenciais), 7 (sete) sessões extraordinárias (3 presenciais e 4 telepresenciais). Julgou 323 procedimentos, dentre os quais destacam-se 11 procedimentos administrativos disciplinares; 31 aprovações de estágios probatórios; 6 consultas; 16 promoções; 50 afastamentos de membros(as) para aprimoramento e estudos e 7 comissões de estudo instaladas, cujos resultados já foram julgados ou aguardam julgamento.

Alinhados à atuação estratégica coordenada e colaborativa da gestão, na perspectiva do Planejamento Estratégico Institucional vigente, o CSMPT tem contribuído com duas importantes iniciativas, vinculadas aos eixos estratégicos OE4 (Revisão e publicação da resolução CSMPT nº 166/2019) e OE11 (Revisão da resolução CSMPT nº 90/2009), que encontram-se em fase de tramitação e pendem de julgamento.

Além dessas, o CSMPT aprimorou as normativas com a edição de 18 novas resoluções: Resolução nº 170, de 26/09/2019, 171, de 04/10/2019, 172, de 24/10/2019, 173, de 20/02/2020, 174, de 26/03/2020, 175, de 01/06/2020, 176, de 176, de 01/06/2020, 177, de 24/09/2020, 178, de 29/10/2020, 179, de 26/11/2020, 180, de 25/03/2021, 181, de 25/03/2021, 182, de 25/03/2021, 183, de 29/04/2021, 184, de 27/05/2021, 185, de 21/06/2021, 186, de 22/06/2021 e 187, de 24/06/2021.

Corregedoria

A Corregedoria do Ministério Público do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização das atividades e da conduta dos membros da instituição, atuou em diferentes frentes estratégicas durante essa gestão. Norteados pelos objetivos estratégicos institucionais, identificados como: OE4 - Atuar de forma proativa, resolutiva e uniforme; OE6- Estabelecer e fortalecer parcerias estratégicas; OE7 - Fortalecer a comunicação, a transparência institucional e o diálogo com a sociedade, OE8 – Desenvolver a cultura da gestão estratégica orientada para resultados; OE10 – Garantir a inovação e a eficiência dos produtos e serviços de tecnologia da informação e OE11 – Desenvolver a política de gestão de pessoas, o Órgão coordenou diversas ações estratégicas que contribuíram com resultados importantes e agregadores para a instituição.

**ELABORAÇÃO NOVAS DIRETRIZES AVALIATIVAS PARA AS CORREIÇÕES,
ADOTANDO-SE PARÂMETROS QUE ULTRAPASSEM O CONTROLE MERAMENTE
FORMAL, QUANTITATIVO COM A FINALIDADE DE PRIORIZAR A ATUAÇÃO
PROATIVA E PLANEJADA**

Sob o viés da resolutividade e do fomento a atuações proativas, a Corregedoria do Ministério Público do Trabalho tem elaborado novas diretrizes avaliativas para as correções a serem realizadas, adotando métricas que ultrapassam o controle meramente formal, quantitativo e temporal nas causas que atua o MPT, sendo objeto da análise a atuação proativa e planejada. Alguns dos aspectos abordados, dentro dessa perspectiva, foram: 1. Plano de atuação alinhado ao planejamento estratégico do MPT; 2. Atuação estratégica voltada para o fomento de políticas públicas; 3. Atuação estratégica, de abrangência local, ou alguma atuação prioritária no Ofício; 4. Atuação conjunta com outros ramos do Ministério Público ou com outro órgão público ou entidade da sociedade civil organizada e 5. Atuação em casos complexos ou de repercussão social.

**AS NOVAS DIRETRIZES AVALIATIVAS
FORAM APLICADAS EM 100% DAS
CORREIÇÕES ORDINÁRIAS
(14 correções no biênio)**

ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS COM ÓRGÃOS DE INTERESSE DA CORREGEDORIA DO MPT (CNMP, MPES, DEMAIS RAMOS DO MPU, TRTS, OAB, FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO)

A articulação para o estabelecimento de vinculações estratégicas pôde ser desenvolvida com a efetiva participação de membros da Corregedoria em diversas reuniões de trabalho, eventos e visitas técnicas com parceiros de interesse deste Órgão Superior, tendo sido registrada a participação do Corregedor Geral e Corregedores Auxiliares em 50 eventos em 2019; 113 eventos em 2020 e 32 eventos em 2021.

No infográfico, a seguir, destacam-se os principais acontecimentos que corroboraram para a ação em comento.

8 de outubro de 2019	REUNIÃO COM O DESEMBARGADORA PRESIDENTA DO TRT DA 9ª REGIÃO, DR.ª MARLENE FUVERKI SUGUIMATSU, NA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO	14 de outubro de 2019
REUNIÃO COM O PROCURADOR DE JUSTIÇA E CORREGEDOR-GERAL DO MPE/PR, DR. MOACIR GONÇALVES NOGUEIRA NETO	9 de outubro de 2019	REUNIÃO COM A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
22 de outubro de 2019	REUNIÃO COM O CORREGEDOR-GERAL DO MP CE, DR. JOSÉ WILSON SALES JÚNIOR, NA SEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	27 de outubro de 2019
REUNIÃO COM A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO, AUDITOR DE CARREIRA JOSÉ CRISÓSTOMO BASÍLIO NETO	23 de outubro de 2019	REUNIÃO COM O CORREGEDOR-GERAL DO MP PI, DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO, NA SEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
5 de novembro de 2019	REUNIÃO COM O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRT DA 3ª REGIÃO, DR. MARCUS MOURA FERREIRA, NA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE MINAS GERAIS	6 de novembro de 2019
REUNIÃO COM O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS, DR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET E SEU ADJUNTO ADMINISTRATIVO, NA SEDE DAQUELE ÓRGÃO	6 de novembro de 2019	REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA COMISSÃO DE DIREITOS SOCIAIS E TRABALHISTAS DA OAB/MG, A ADVOGADA TRABALHISTA DRA DAIANA FERREIRA CAMARGO SILVA E O ADVOGADO TRABALHISTA DR. DIMER AZALIM VALE (PRESIDENTE), NA SEDE DA PRT DA 3ª REGIÃO

11 de novembro de 2019

REUNIÃO DA UNIDADE ESTRATÉGICA CNMP

118ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE CORREGEDORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO – CNCGMPEU, EM FLORIANÓPOLIS-SC

11 de dezembro de 2019

REUNIÃO COM O PRESIDENTE DO TRT – 1ª REGIÃO, DR. JOSÉ DA FONSECA MARTINS JÚNIOR E A CORREGEDORA, DR.ª MERY CAMINHA, NA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. PARTICIPOU A CORREGEDORA AUXILIAR DRA. SIMONE BEATRIZ ASSIS DE REZENDE

25 a 27 de março de 2020

PARTICIPAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL ANDRÉ LUÍS SPIES NA 119ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE CORREGEDORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO - CNCGMPEU, EM SÃO PAULO/SP

PARTICIPAÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL ANDRÉ LUÍS SPIES NA 121ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE CORREGEDORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO, POR MEIO TELEPRESENCIAL

3 de dezembro de 2020

ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BOLETINS INFORMATIVOS DA CORREGEDORIA

O Boletim Informativo da Corregedoria, serve como canal de disseminação das melhores práticas funcionais, por meio da publicação de recomendações, orientações, enunciados e estudos que fornecem parâmetros objetivos da atuação funcional esperada dos membros.

Foram publicadas 7 edições do Boletins Informativo “Corregedoria em Pauta”.



DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA VOLTADO À GESTÃO DOS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS RELACIONADAS ÀS PRINCIPAIS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA

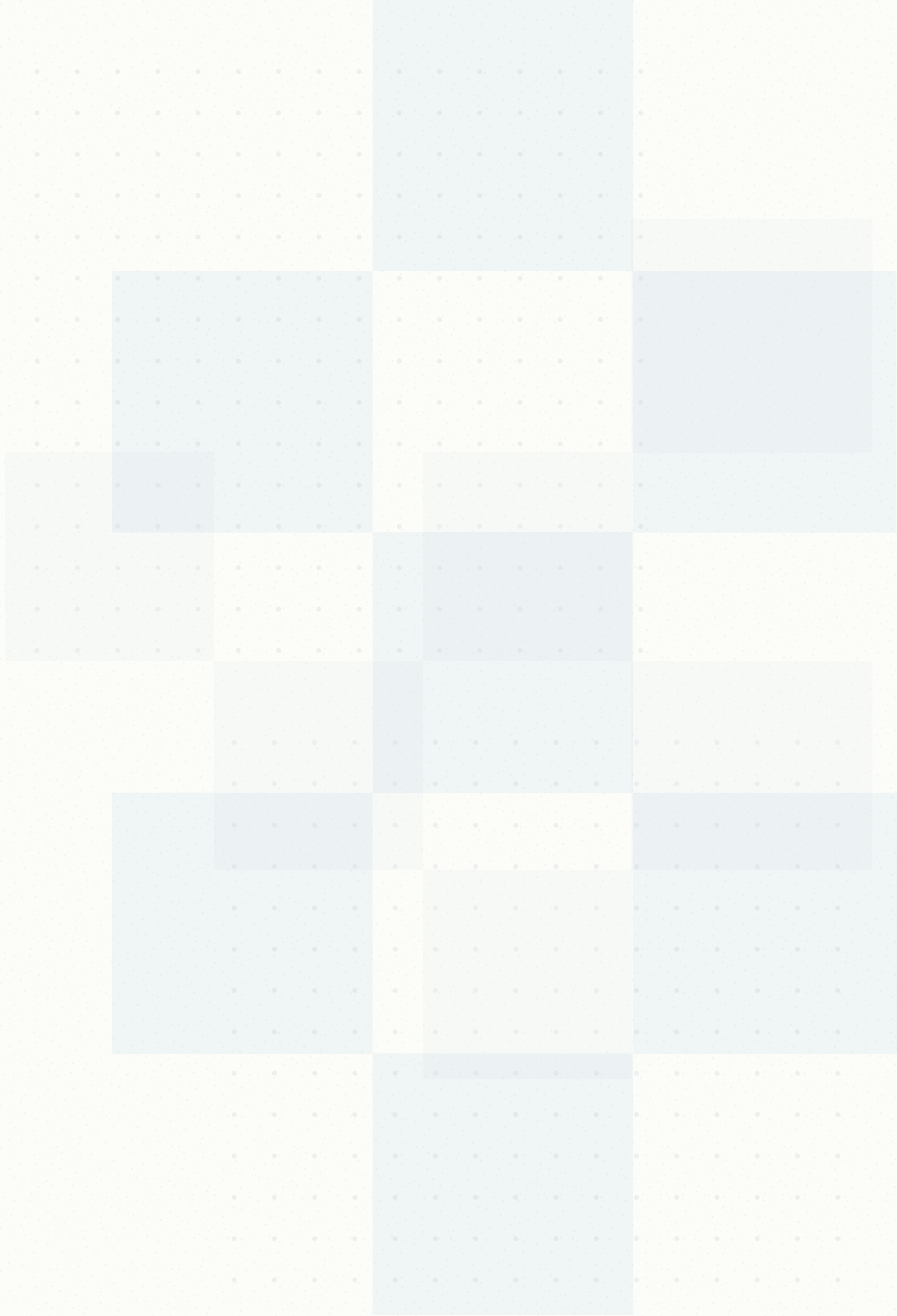
A iniciativa em comento tem por objetivo criar soluções inovadoras, padronizadas, integradas, sustentáveis e que tornem ainda mais eficientes as atividades da Corregedoria, garantindo-se, ademais, a segurança das informações.

Nessa seara, foram estabelecidos três ciclos de desenvolvimento com as seguintes entregas já realizadas:

- 1.** Desenvolvimento de Sistema de Gestão da Corregedoria, atualmente com dois módulos em execução, tratando das funcionalidades: a) “Dados Cadastrais” para a consulta dos dados pessoais e funcionais do(a) Membro(a); b) “Acompanhamento e controle das atividades de magistério por membros do MPT”;
- 2.** O outro ciclo de desenvolvimento já executado comporta a Emissão de 3 modalidades de certidões de regularidade. As emissões ocorrem via MPT Digital e correspondem a: Certidão de Regularidade do Serviço - Resolução CSMPT nº 135/16; Certidão de Regularidade do Serviço para fins de estudo e missões oficiais - Resolução CSMPT nº 165/19 e Certidão para residência e magistério fora da Comarca de Lotação - Resolução CSMPT nº 144/17.

REALIZAÇÃO DE AULAS NO CIV COM ASSUNTOS DE INTERESSE DA CORREGEDORIA COM CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 24 HORAS/AULA

Trata-se da apresentação de conteúdo programático ministrado no Curso de Ingresso e Vitaliciamento de Procurador do Trabalho (CIV), observando as linhas conceituais do eixo estruturante teórico, consoante as disposições da Resolução CSMPT nº 106/2012. A participação no CIV do XXI Concurso foi efetivada, com a apresentação de 16h/a de conteúdo, com temas afetos à Corregedoria.



Câmara de Coordenação e Revisão

A Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) promove a integração e coordenação dos órgãos do MPT. Realiza a revisão da atividade funcional, objetivando a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, princípios fundamentais da Instituição. Decide os conflitos de atribuições entre os órgãos e resolve sobre a distribuição especial de procedimentos, levando em conta a natureza e a relevância da matéria ou a necessidade de procedimento uniforme.

Nessa perspectiva, contribuindo com mais um eixo de sustentação à missão institucional do MPT, pactuada no objetivo estratégico número 4 – Atuar de forma proativa, resolutiva e uniforme –, a CCR coordenou duas importantes iniciativas.

ATUAÇÃO PROATIVA VISANDO O ENTENDIMENTO DO COLÉGIO DE PROCURADORES QUANTO À ATUAÇÃO DA CCR

A Câmara de Coordenação e Revisão, por meio da realização de oficinas, tem contribuído para discussão de questões atinentes à atuação finalística do Ministério Público do Trabalho, além de elucidar sobre a atuação revisional do Órgão. Destacam-se, nesta seara, a realização de três oficinas com membros e membras, que abriram espaço para discussões de questões sensíveis da atuação do MPT e geraram documentos importantes para a iniciativa em destaque, contendo sugestões sobre a atuação finalística do Órgão.

1ª Oficina DATAS: 14, 22, 23/10 e 5/11/2020	Envolvidos: 1ª SCCR, em parceria com a Coordenadoria Nacional de Promoção da Regularidade do Trabalho na Administração Pública (Conap) e com a Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (Codemat), contou com a participação de membros (as), servidores(as) e peritos(as). Temática: A atuação do MPT nas investigações de denúncias de adoecimento pela Covid-19 e de falta de prevenção em saúde do(a) trabalhador(a).	3ª Oficina DATAS: 18/06/21
Envolvidos: 2ª SCCR e Coordenadoria de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação – Coordigualdade Temática: Atuação em notícias de fato sobre assédio moral nas relações de trabalho	2ª Oficina DATAS: 10 e 11/12/2020	Envolvidos: CCR, Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente - Coordinfancia, contou com a participação de membros(as) e servidores(as) Temática: O Ministério Público do Trabalho e a concretização do direito à profissionalização.

BUSCAR A RESOLUTIVIDADE DA ATUAÇÃO DO MPT

A atuação da coordenação, integração e revisão da Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) busca atingir uma atuação eficaz de membros e membras e, nesse contexto, a resolutividade da atuação do MPT.

Nesse escopo, destacam-se, do período em análise neste documento, as reuniões realizadas com o Colégio de Procuradores das PRTs 10, 17 e 23, a pedido, em que foi exposta e debatida a atuação revisional em face da realidade local, resultando numa aproximação importante do órgão superior com os Membros e Membras atuantes em suas bases.

Ainda sobre este enfoque, a participação da CCR no Curso de Ingresso e Vitaliciamento (CIV) para os novos Membros (as) do MPT constituiu-se de grande importância para a disseminação dos trabalhos desenvolvidos pela Câmara e sua aproximação com os novos Procuradores(as) ingressos.

Outro marco de destaque, nesta seara, diante deste período pandêmico, foi a participação da CCR nas ações voltadas à definição das estratégias institucionais do MPT no enfrentamento da pandemia do coronavírus. A Câmara participou das reuniões do Grupo de Trabalho (GT) Covid, além das reuniões de acolhimento com cada uma das 24 Regionais. Esse trabalho resultou na expedição pela CCR de orientações para atuação finalística, bem como a assinatura de recomendação conjunta com o Procurador-Geral do Trabalho, a CCR e a Corregedoria-Geral do MP, visando auxiliar a atuação institucional nesse período.

Coordenadoria de Recursos Judiciais

A Coordenadoria de Recursos Judiciais ficou responsável por concretizar 8 iniciativas constantes do Plano de Gestão Nacional. Essas iniciativas buscam alcançar os objetivos estratégicos 4, atuar de forma proativa, resolutiva e uniforme; 5, garantir as informações necessárias para a atuação baseada em evidências; 6, estabelecer e fortalecer parcerias estratégicas; 10, garantir a inovação e a eficiência dos produtos e serviços de tecnologia da informação e 11, desenvolver a Política de Gestão de Pessoas.

INTERAÇÃO COM SEGMENTOS DA PGT E UNIDADES REGIONAIS, VISANDO DAR SUPORTE À ATUAÇÃO FINALÍSTICA

Esta iniciativa demanda constante execução. Dessa forma, a CRJ mantém permanente contato com os demais órgãos da PGT e com as Unidades Regionais, objetivando apoiar a atuação finalística.

São exemplos dessa interação:

- Respostas a consultas e realização de pesquisas jurisprudenciais para auxiliar os(as) Membros(as) na elaboração de recursos para o TST;
- Comunicação aos(às) Membros(as) que atuam perante os TRTs quando do recebimento, na CRJ, de Correições Parciais, Mandados de Segurança, Tutelas Cautelares, etc.;
- Contatos com os Membros que atuam na Operação Hipócritas para elaboração de memoriais;
- Reuniões com integrantes do Projeto Frigoríficos, com a Coordenadora Nacional da Coordinfância e com os(as) Membros(as) do GEAF que trata da responsabilidade socioambiental dos bancos para definir estratégias de atuação nos processos em curso perante o TST;
- Reuniões com o PGT para definir estratégias de atuação nos processos em curso perante o STJ (CC) e no STF.

DISPONIBILIZAÇÃO DE COMUNICAÇÃO INTERNA À CATEGORIA SOBRE DECISÕES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

A fim de fomentar a comunicação interna sobre decisões dos tribunais superiores, a CRJ divulga, semanalmente, para toda a categoria:

- As pautas dos processos de interesse do MPT que serão julgados

pelo TST e os respectivos julgamentos. As pautas também são enviadas, individualmente, aos Procuradores e às Procuradoras-Chefes de cada Regional e aos Coordenadores e às Coordenadoras Nacionais;

- o CRJ online, um informativo por meio do qual são noticiados, em linguagem informal, os resultados de julgamentos de interesse do MPT nos Tribunais Superiores (cerca de quatro por semana), além dos dados estatísticos da atuação da Coordenadoria, acordos judiciais celebrados perante o TST e outros eventos internos de interesse da categoria;

- O Clipping da CRJ, publicação online com recortes de notícias de interesse do MPT veiculadas pelos seguintes órgãos: Tribunal Superior do Trabalho, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça, Procuradoria Geral da República, Senado Federal e Câmara dos Deputados.

Todas as notícias do CRJ online são republicadas na internet do MPT e na página da intranet da CRJ. Também são republicadas no Instagram, no Facebook e no Twitter. A CRJ mantém ainda uma conta no YouTube (CRJMPT) para divulgação de vídeos referentes à atuação da Coordenadoria.

PROMOÇÃO DA INTERLOCUÇÃO COM OS TRIBUNAIS SUPERIORES

Essa Iniciativa, que demanda execução constante, é concretizada pela realização de audiências com os(as) Ministros(as) do Tribunal Superior do Trabalho para tratar dos processos em curso na Coordenadoria de Recursos Judiciais. Destacam-se audiências sobre a Operação Hipócritas e as Correções Parciais do Grupo JBS, bem como audiência com o Ministro Vice-Presidente do TST sobre agravo interposto para destrancar RE do MPT.

INSERÇÃO DE MÓDULO NO MPT DIGITAL PARA MAPEAMENTO PELA CRJ DOS MOTIVOS QUE OBSTACULIZARAM A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

O objetivo dessa iniciativa é criar campo no MPT Digital para que o(a) Membro(a) da CRJ, ao decidir não recorrer contra a decisão prolatada pelo TST e arquivar o PAJ, indique os motivos que obstaculizaram a interposição do recurso.

Nesse sentido, para viabilizar a discussão para a inserção de módulo no MPT Digital, foi realizado mapeamento das Notas Técnicas da CRJ (motivos que obstaculizaram a interposição de recursos), referentes aos meses de janeiro a setembro de 2020.

CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA PGT PARA ELABORAÇÃO DE MINUTAS DE RECURSOS PARA OS TRIBUNAIS SUPERIORES

Com o intuito de capacitar os servidores, o Coordenador da CRJ ministrou palestra na Oficina Introdutória de Repercussão Geral e atuação do MPT em Recurso Extraordinário.

No entanto, as aulas para aprimorar os(as) servidores(as) da PGT na elaboração de minutas de recursos para os Tribunais Superiores estão previstas para o segundo semestre de 2021, a depender da definição das atribuições da COL.

Ouvidoria

Sob a responsabilidade da Ouvidoria, no Plano de Gestão Nacional, constam duas iniciativas relativas aos objetivos estratégicos 4 – Atuar de forma proativa, resolutiva e uniforme – e 5 – Garantir as informações necessárias para atuação baseada em evidências.

ADESÃO ÀS REDES DE OUVIDORIAS

Tem o objetivo de promover a articulação e as parcerias com outros organismos públicos e privados, para melhor atendimento das demandas recebidas e aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo MPT.

Ações para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano da Ouvidoria/2020:

Adesão à Rede Nacional de Ouvidorias (coordenada pela Ouvidoria-Geral da União da Controladoria-Geral da União - Instrução Normativa OGU/CGU n.º 3, de 5 de abril de 2019);

Adesão à Rede de Ouvidorias do Ministério Público (Portaria CNMP-PRESI n.º 39, de 11 de março de 2020);

Fixação do Termo de Adesão do Acordo de Cooperação Técnica entre o CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público, através de sua Ouvidoria, e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

Os acordos de cooperação técnica entre Ouvidorias objetivam a celeridade e a eficácia nos encaminhamentos das manifestações recebidas, bem como o fomento do uso dos canais de ouvidoria como meio de defesa dos usuários dos serviços públicos prestados pelos órgãos, em rede.

APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO MPT POR MEIO DA ELABORAÇÃO E DA DISPONIBILIZAÇÃO DE RELATÓRIOS (2 POR ANO), COM DADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS, DAS DEMANDAS APRESENTADAS À OUVIDORIA

Em 2019, 2020 e 2021 foram publicados e encaminhados aos órgãos da alta administração do MPT os relatórios semestrais e anual, com o objetivo de subsidiar o trabalho com informações, tabuladas a partir das manifestações recebidas, que orientem a adoção de medidas administrativas visando o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo MPT à sociedade.

Além dos relatórios periódicos, desde março/2020 a Ouvidoria elabora relatórios sobre as demandas recebidas que tenham relação com pandemia do COVID-19. Os dados têm por objetivo auxiliar a administração superior do MPT na eventual tomada de decisões estratégicas ou no desenvolvimento de projetos específicos voltados ao enfrentamento de situações de desrespeito aos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos de relevante valor social, no campo das relações de trabalho, enquanto durar a pandemia.

A partir de janeiro/2021, a Ouvidoria do MPT edita informativo trimestral em que divulga as principais demandas recebidas, as atividades desenvolvidas na área e a agenda do setor. O Informativo é encaminhado a todos os Membros e Servidores da PGT, das PRTs e das PTMs, e publicado na área da Ouvidoria.

COORDENADORIAS TEMÁTICAS NACIONAIS

Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (COORDINFÂNCIA)

A Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (COORDINFÂNCIA) tem por finalidade promover, supervisionar e coordenar ações contra as variadas formas de exploração do trabalho de crianças e adolescentes, dando tratamento uniforme e coordenado ao referido tema no âmbito do MPT.

Sua atuação ocorre, principalmente, em torno de 3 (três) eixos temáticos:

- ◆ promoção de políticas públicas para a prevenção e a erradicação do trabalho infantil informal, buscando o compromisso dos municípios nesse sentido;
- ◆ efetivação da aprendizagem, nos termos legalmente estabelecidos, para que as cotas sejam efetivamente cumpridas pelas empresas;
- ◆ capacitação dos professores a respeito do tema trabalho infantil, para que estes trabalhem com os alunos, objetivando a conscientização e sensibilização a respeito do problema e seus mitos e verdades.

Alinhada ao objetivo estratégico OEI - Promover a inclusão e a igualdade no trabalho, bem como combater o trabalho escravo e o trabalho infantil, a Coordenadoria tem contribuído com a estratégia institucional por meio do Projeto Resgate à Infância.

PROJETO RESGATE A INFÂNCIA - PROMOVER A INCLUSÃO E A IGUALDADE NO TRABALHO, BEM COMO COMBATER O TRABALHO ESCRAVO E O TRABALHO INFANTIL

O Projeto tem por objetivo prevenir e combater o trabalho infantil, conscientizar a sociedade, fomentar políticas públicas, promover a formação profissional e proteger o trabalhador adolescente.

Em 2019 e 2020, o Projeto foi implantado nas seguintes localidades:





Dos projetos agendados para implementação no 1º semestre de 2020, três foram implementados e os demais restaram inviabilizados em razão da superveniência da pandemia da COVID-19. Diante desse contexto, foi possível colher resultados parciais quanto à implantação da ação no Município de Honório Serpa, a seguir representados.

No que tange ao eixo políticas públicas, foi firmado TAC Retificador de n. 03.2021, que busca substituir os Termos de Ajuste de Conduta n. 44/2008 e 45/2008, adequando-se as obrigações à realidade do Município de Honório Serpa/PR, considerando-se as diligências realizadas no âmbito do Projeto Resgate à Infância (Procedimento Preparatório n. 000346.2007.09.004/3).

No Eixo educação: No ano de 2020, a despeito das dificuldades ocasionadas pela pandemia, efetivou-se capacitação dos/das profissionais da educação, conforme ações concentradas no PA-PROMO 000033.2020.09.010, com participação do Município de Honório Serpa por meio de duas escolas municipais, atingindo seis turmas, com quatro educadores/as e 127 alunos/as. No ano de 2021, as ações estão concentradas no PA-PROMO 000040.2021.09.010, abrangendo duas escolas municipais (uma urbana e uma rural), com três educadores/as e 65 alunos/as participantes do projeto.

E no Eixo aprendizagem: Diante da ausência de empresas devedoras da cota no Município de Honório Serpa, decidiu-se implementar no Município de Palmas/PR, cujas ações estão concentradas no PA-PROMO 000049.2020.09.010, a partir de dados fornecidos pela Superintendência Regional do Trabalho. Foram remetidos ofícios ao Sistema de Justiça, às entidades formadoras e às empresas, com audiência coletiva designada para 19/03/2020. No entanto, houve o cancelamento com urgência do evento, em razão da pandemia. Desde então, o procedimento está suspenso, para oportuna retomada.

Frente à nova realidade imposta pela pandemia de Coronavírus, encontra-se em fase de elaboração um roteiro com novas rotinas referentes à virtualização total ou parcial do projeto, buscando-se assegurar, dessa forma, a amplitude e efetividade de sua atuação neste novo cenário social.

Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidade e Eliminação da Discriminação no Trabalho (COORDIGUALDADE)

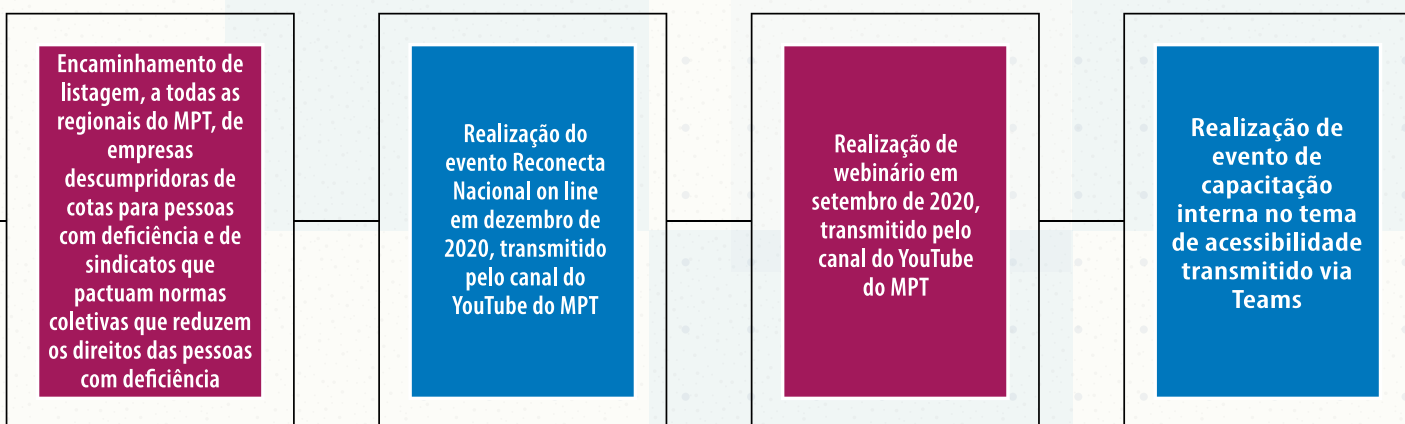
A Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades coordenou ações vinculadas aos objetivos estratégicos OE1- Promover a inclusão e a igualdade no trabalho, bem como combater o trabalho escravo e o trabalho infantil-, e o OE3- Promover o diálogo e a proteção social no trabalho, bem como a valorização dos direitos trabalhistas-, contribuindo com à missão institucional do MPT e sua atuação estratégica dentro dessas vertentes.

PROJETO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO TRABALHO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E BENEFICIÁRIOS REABILITADOS

O Projeto tem por objetivo incluir pessoas com deficiência no mercado de trabalho a partir da promoção do cumprimento da cota de contratação, da redução dos obstáculos atitudinais e arquitetônicos, e da extirpação de cláusulas discriminatórias inseridas em convenções e acordos coletivos de trabalho.

Nesta perspectiva, em respeito à diversidade humana e ao princípio da igualdade, busca-se garantir oportunidades iguais às pessoas com deficiência, salvaguardando a sua dignidade e repelindo condutas discriminatórias, que não são compatíveis com o atual Estado de Direito.

Algumas ações desenvolvidas com este intento nos últimos meses foram:



PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS NEGRAS E NEGROS NO MERCADO DE TRABALHO

O Projeto em comento tem por objetivo promover a inclusão no mercado de trabalho de jovens negras e negros egressos do sistema de cotas raciais, universitários negros e negras beneficiários de bolsas ou programas sociais de acesso ou permanência na universidade e estudantes negros e negras universitários da graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado, via estágio, aprendizagem e contrato de trabalho por prazo indeterminado, nas áreas da advocacia, da publicidade e empresarial, com a finalidade de ampliar a sua inclusão, permanência e ascensão no mercado de trabalho, intensificando a qualificação e a capacitação deste público alvo, capacitação de profissionais dos departamentos de recursos humanos e gestores sobre igualdade étnico-racial, bem como a conscientização da sociedade no tocante à importância da diversidade racial no mundo do trabalho.

Diferentes ações foram desenvolvidas com este desiderato, como a realização de reuniões em diversas regionais; realização de capacitações em Salvador, Campinas e São Paulo; realização da feira Afropresença, com oferta de vagas, cursos, palestras e debates.

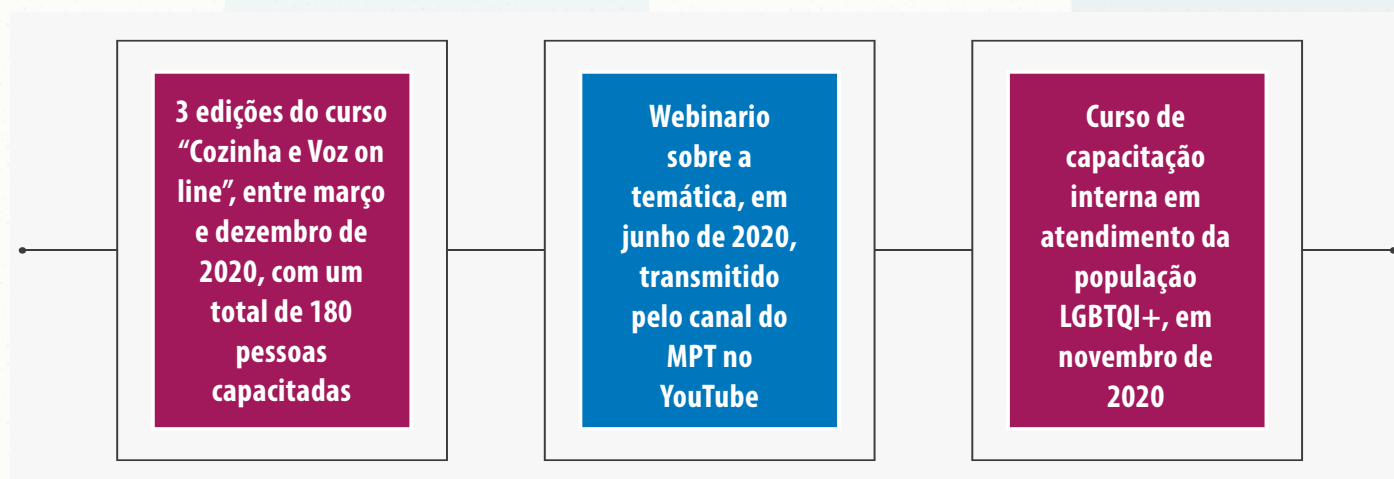
O Projeto foi premiado com a segunda colocação do 1º prêmio MPT de Diversidade, um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e à relevância da sua abordagem.



PROJETO DE EMPREGABILIDADE LGBT+

O Projeto de Empregabilidade LGBT+ busca promover a capacitação e sensibilização de membros, servidores e do público externo para a temática da igualdade de oportunidades à população LGBTIQ+, de modo a garantir que os valores da diversidade e respeito sejam efetivamente implementados e internalizados na cultura empresarial e na sociedade.

Dentro desta perspectiva, foram realizadas importantes ações ao longo dos últimos meses:



O projeto de empregabilidade LGBT+ também foi contemplado com a premiação do 1º prêmio MPT de Diversidade, ficando com a terceira colocação.



PROJETO SINDICALISMO E DIVERSIDADE

O objetivo desse projeto é promover a igualdade de gênero, raça, pessoas deficientes, entre outros, nas relações sindicais e de trabalho, seja na promoção da sua participação na organização sindical, seja no fomento da diversidade de pautas nos acordos e convenções coletivas de trabalho, com enfoque para as políticas de ação afirmativa e inclusão sociolaboral de grupos sociais ou laboralmente vulneráveis. São previstos, para tanto, a capacitação, o diálogo e a articulação com as entidades sindicais, em todos os graus, para que promovam a igualdade nas estruturas sindicais e nas relações de trabalho, por meio dos instrumentos jurídicos e materiais postos à sua disposição.

As principais ações realizadas nos últimos meses no âmbito desta iniciativa foram:

Evento de abertura do Projeto: Webinários na campanha Maio Lilás (O sindicalismo se fortalece na diversidade);

Lançamento dos primeiros CARDS trimestrais (próximo lançamento programado para agosto/setembro/2021);

Realização de 04 (quatro) lives na forma de Webinários na campanha Maio Lilás;

Participação em 02 (dois) eventos externos sobre a temática;

Participação do MPT na criação da Comissão da diversidade sindical do FPLS15 (Fórum Permanente de Liberdade Sindical da 15ª Região.

Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONAETE)

A Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Conaete tem sob sua responsabilidade quatro iniciativas no PGN, as quais referem-se a projetos estratégicos de âmbito nacional voltados à promoção do combate ao trabalho escravo (OE1).

PROJETO LIBERDADE NO AR

O Projeto Estratégico “Liberdade no Ar” foi instituído em fevereiro de 2020 com foco na prevenção e com o objetivo de contribuir para a disseminação de conhecimento sobre o tráfico de pessoas e o trabalho escravo, sensibilizando os passageiros e funcionários de aeroportos e de empresas aéreas.

Dentre as ações executadas em decorrência do projeto, destaca-se a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o MPT e a INFRAERO em julho de 2020. Além disso, todos os parceiros convidados para as ações de disseminação dos vídeos e cards das redes sociais aderiram e divulgaram em seus sites. Dentre eles estão a Organização Internacional para as Migrações – OIM, a Organização Internacional do Trabalho – OIT, a Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude – Asbrad, além de diversos aeroportos pelo país.

Ressalta-se também que o Projeto articulou capacitações a serem executadas para o público interno do MPT em 2021, apresentadas pela Coordenadoria ao Departamento de Desenvolvimento de Pessoas (DDP).

Durante o primeiro semestre do ano de 2021, foram realizadas incontáveis reuniões, telefonemas, contatos via aplicativo Teams, whatsapp e audiências, com o fim de realizar ações do projeto, com todos os representantes regionais da Conaete. Os representantes da Conaete de todo o Brasil foram contatados via telefone, Teams, e-mail e whatsapp, com a instauração de procedimentos regionais locais, com a expansão das ações para cada localidade e para o setor rodoviário. Ex. PRT 1 (PGEA 20.02.0001.0005753/2019-75), PRT 3 (Promo: 54.2021.03.009), PRT 7, (PRT 8 (PA-PROMO 000339.2021.08.000/0), PRT 24 (Promo 088.2021.24.0001/3).

Houve a apresentação do projeto em diversas regionais, como por exemplo, na PRT 3ª, PRT 8ª, PRT 5ª, PRT 1ª, além de contatos com todas as empresas concessionárias de aeroportos, como Infraero, Vanci Airports (Salvador), GRU Airports (Guarulhos),

Fraport (Fortaleza e Porto Alegre), Viracopos, Galeao e Confins.

Adicionalmente foram realizadas reuniões com GOL, Azul, Lata, Latam e a Asbrad. Em relação à LATAM, foi anunciada na live do dia 1º.07.2021 a parceria com a Latam que incluiu a Asbrad no programa Avião Solidário e apoiará na concessão de passagens aéreas para pessoas que foram identificadas em situação de tráfico humano e não possuem recursos econômicos para retornar às suas localidades de origem e ações de advocacy da Asbrad em prol da luta pelos direitos humanos no Brasil. A iniciativa é apoiada pelo Projeto Liberdade no Ar, do Ministério Público do Trabalho, onde serão veiculadas campanhas de conscientização e treinamentos para as equipes de bordo e terra da LATAM. Para saber mais, acesse o site: <http://www.asbrad.org.br/trafico-de-pessoas/asbrad-fecha-parceria-com-a-latam-para-o-retorno-seguro-de-vitimas-do-trafico-de-pessoas/>.



TRÁFICO DE PESSOAS

Você pode identificar pessoas passando por essa situação a partir de alguns indícios da vítima:

- Dá indícios de ansiedade e medo
- Recebe uma remuneração escassa ou nula
- Tem documentos em poder de outra pessoa
- É proibido de abandonar seu lugar de trabalho
- No exterior, muda de comportamento, faz pouco contato, ou desaparece.

DENUNCIE
DISQUE 100 ou LIGUE 180

SINART
Rodoviárias

Também foram realizadas reuniões virtuais com a coordenação nacional, a Asbrad o UNODC, a ANAC, Infraero, tendo em vista o avanço da segunda onda de Covid-19, que acarretou nova suspensão das atividades presenciais e não essenciais no Brasil e no mundo.

As rodoviárias de Campo Grande, Dourados, São Luís, Teresina, para citar algumas já estão divulgando os vídeos do projeto. A Sinart (Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico) passou a veicular os vídeos em suas rodoviárias, e divulgou os vídeos ainda em suas redessociais, além de desencadear uma campanha sobre o tema. O coordenador do Terminal Rodoviário de Teresina, Robson Silva, deixa seu recado sobre a importância de fortalecer a rede de combate ao tráfico de pessoas. Segue o Link do post da parceria com o Sinart: <https://www.instagram.com/p/COBUe8hDQZF/?igshid=1n560ghpruyap> Link do post da parceria com o Sinart: <https://www.instagram.com/p/COBUe8hDQZF/?igshid=1n560ghpruyap>, além da imagem veiculada em suas mídias:

As capacitações presenciais do projeto foram substituídas pelo EAD e pela segunda rodada da websérie 20 Questões para entender o tráfico de pessoas, como forma de disseminar o conhecimento sobre o tema. Lembrando que ano passado, durante 20 dias, a Websérie engajou atores da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas em todo o país, além de pesquisadores e a população, em geral, com mais de 17 mil visualizações, no formato ao vivo (site da Asbrad) e uma média de 200 pessoas acompanhando diariamente logadas no chat, sendo 80% do gênero feminino e 70% da faixa etária de 35 a 54 anos, com acessos inclusive fora do Brasil, desde México, Estados Unidos, Uruguai e Argentina.

Além disso, houve a assinatura de convênio de cooperação técnica com a Clínica do Trabalho Escravo, da UFMG, para a realização da websérie, com expedição de certificados e realização de demais atividades de conscientização.

Deste modo, com base na ficha de indicadores do projeto resta cumprido o indicador 1 sobre Responsabilidade Social das empresas que mede o alcance do projeto, com cem por cento de adesão dos convidadas neste primeiro momento.

Ficha do Indicador 1

Objeto de mensuração	Alcance do projeto
Foco de mensuração	Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A, SINART, LATAM, BH Airport e IATA.
Nome do Indicador	Responsabilidade social das empresas
Descrição do indicador	A quantidade de empresas que aderirem ao projeto, desmonstrando seu comprometimento com conteúdo de responsabilidade social.
Fórmula de cálculo	Informação do MPT sobre as parcerias firmadas
Unidade de medida	100%
Polaridade	Positiva
Periodicidade de apuração do indicador	Anual
Declaração da meta	Atingir dez por cento das empresas convidadas.
Fonte dos dados	Informação do MPT sobre acordos firmados na temática.
Forma de Coleta	Informação do MPT sobre acordos firmados na temática.
Responsável pela apuração do Indicador	Andrea Gondim e Cristiane Sbalqueiro

Houve a adaptação dos vídeos para 15 segundos, o que rendeu a inserção na Fraport diária, sem limitação desde janeiro de 2020. Voltando aos indicadores, pode se observar que o Indicador nº 2 foi atingido, com a veiculação dos vídeos do projeto pela Fraport e pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária- INFRAERO, nas telas de avisos de vôos em todo o Brasil, com aeroporto x capacidade estimada de passageiros/mês: São Luís-MA (491.666 passageiros/mês), Belém-PA (641.666 passageiros/mês), Manaus-AM (247.631 passageiros/mês), Boa Vista - RR (passageiros/mês), Porto Velho-RO (69.360 passageiros/mês), Congonhas -SP (1.803.138,5 passageiros/mês), Santos Dumont-RJ (825.000 passageiros/mês) e Rio Branco- AC (38.333 passageiros/mês). O acesso da movimentação de passageiros por mês da Fraport estão disponíveis em: <https://fortaleza-airport.com.br/pt/informacoes-operacionais/movimentacao-aeroportuaria>.

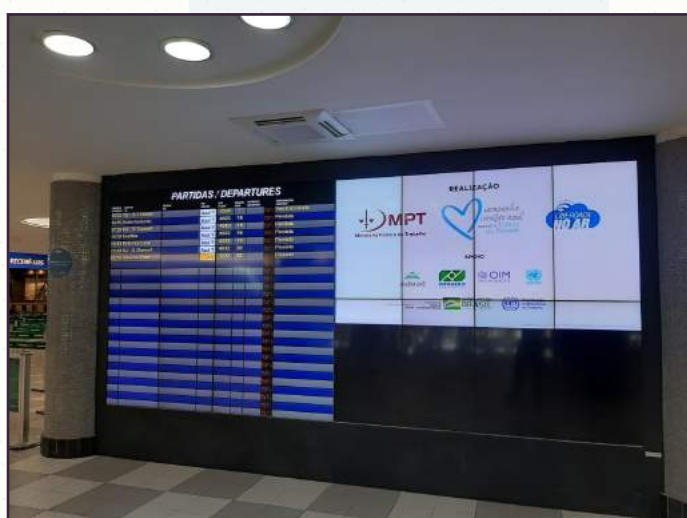


Imagem da veiculação dos vídeos do projeto no Aeroporto de Congonhas/SP e Fortaleza/Ce, respectivamente.

Objeto de mensuração	Alcance do projeto
Foco de mensuração	Quantidade de aeroportos e aeronaves (com a capacidade de passageiros) em vôos que veiculam o vídeo e as revistas de bordo com o projeto e de aeroportos que veiculam o material.
Nome do Indicador	Difusão de conhecimento para combater o tráfico de pessoas com o fim de trabalho escravo.
Descrição do indicador	A quantidade média de aeronaves/passageiros em vôos que veiculam o vídeo e as revistas de bordo com o projeto, multiplicada pela periodicidade das viagens durante o período em que o material é veiculado.
Fórmula de cálculo	Informação das administradoras de aeroportos e das empresas aéreas sobre o período de veiculação e média de passageiros e periodicidade de viagens.
Unidade de medida	10%
Polaridade	Positiva
Periodicidade de apuração do indicador	Anual
Declaração da meta	Atingir dez por cento dos passageiros das companhias aéreas que aderirem ao projeto até 2021.
Fonte dos dados	Informação das administradoras de aeroportos e das empresas aéreas sobre o período de veiculação e média de aeronaves/passageiros.
Forma de Coleta	Encaminhamento da informação ao MPT que remeterá aos gerentes do projeto.
Responsável pela apuração do Indicador	Andrea Gondim e Cristiane Sbalqueiro

Ficha do Indicador 2

Observações: Considerando a queda no número de vôos, informamos como cumprido o indicador a partir da estimativa da capacidade dos aeroportos em que a concessionária Fraport, BH Airport, Confins, RioGaleão, GRU Airport e Infraero que veiculou os vídeos: São Luís-MA, Belém- PA, Manaus-AM, Boa Vista - RR, Porto Velho-RO, Congonhas -SP, Santos Dumont-RJ e Rio Branco- AC.

Considerando a pandemia, a revisão do projeto, o acordo firmado com a Infraero, entendemos por bem ressignificar o indicador 3 para incluir a estimativa de pessoas que participaram da websérie 20 questões para entender o tráfico de pessoas, durante todo o mês de julho de 2020, conforme informado pela Asbrad.

Ficha do Indicador 3

Objeto de mensuração	Quantidade de pessoas que participaram das palestras;
Foco de mensuração	Capacitação sobre o combate ao tráfico de pessoas com o fim de trabalho escravo
Nome do Indicador	Capacitação
Descrição do indicador	A quantidade de pessoas que participaram da websérie sobre o tráfico de pessoas ou das palestras de capacitação sobre tráfico de pessoas com o fim de trabalho escravo;
Fórmula de cálculo	Mais de 17 mil acessos
Unidade de medida	100%
Polaridade	Positiva
Periodicidade de apuração do indicador	Anual
Declaração da meta	Inserção do conteúdo em dez por cento dos cursos para funcionários de aeroportos e comissários de bordo e funcionários de aeroportos, tanto para ingresso e reciclagem (em empresas aéreas), quanto preparatórios (empresas especializadas) ou na websérie 20 questões para entender o tráfico de pessoas;
Fonte dos dados	Foram mais de 17 mil acessos às lives ao vivo no canal da ASBRAD no Youtube e com retransmissão na TVMPT
Forma de Coleta	Encaminhamento ao MPT pelos parceiros, empresas especializadas em formação de comissários, administradoras de aeroportos e empresas aéreas do número de pessoas que participaram das palestras de capacitação sobre tráfico de pessoas com o fim de trabalho escravo ministrada em cursos para funcionários de aeroportos e comissários de bordo e funcionários de aeroportos, tanto para ingresso e reciclagem (em empresas aéreas), quanto preparatórios (empresas especializadas)
Responsável pela apuração do Indicador	Andrea Gondim e Cristiane Sbalqueiro

Em 28 de janeiro de 2021, no mês alusivo ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo, foi realizada a live Conscientização, Prevenção, e capacitação para atendimento de vítimas, com os parceiros Graziella Rocha representando a Asbrad, o Sr. Raymundo Junior, representando a ANAC, Delegado Federal Júlio Cesar Baida, representando a Polícia Federal, o Procurador- Geral do Trabalho e o coordenador da Conaete Italvar Medina com a participação especial do

Embaixador Norberto Moretti, Chefe da delegação brasileira frente a Organização Internacional para a Aviação Civil, AICO. Link disponível aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=22WnkdOdYuU>, com 780 visualizações até o momento.

No decorrer do semestre, foram realizadas, ainda, diversas entrevistas sobre o tema para a TV. Para citar algumas a Procuradora do Trabalho do MPT-MA e co-gestora do Projeto Estratégico Liberdade no Ar, Andrea Gondim, participou, ao vivo, do Bom Dia Mirante (TV Mirante / Rede Globo), em 02.07.2021, tendo como pauta a segunda temporada da Websérie sobre tráfico de pessoas e a atuação do MPT e instituições parceiras no combate, prevenção e sensibilização da sociedade para a temática.



Na entrevista, a Procuradora do Trabalho Andrea Gondim reforçou o convite para que todos possam participar da Websérie sobre tráfico de pessoas, que tem transmissão no canal da Asbrad no YouTube, às 19h, com retransmissão no canal TVMPT. Serão 18 episódios ao longo de todo mês de julho. A entrevista completa pode ser vista neste link: <https://globoplay.globo.com/v/9653565/>. A programação da Websérie está disponível no site do MPT-MA: prt16.mpt.mp.



Ficha do Indicador 4

Objeto de mensuração	Divulgação da temática na mídia
Foco de mensuração	Material de divulgação sobre o projeto e o combate ao tráfico de pessoas com o fim de trabalho escravo na mídia
Nome do Indicador	Disseminação de conteúdo na mídia
Descrição do indicador	A quantidade de notícias sobre o projeto liberdade no ar sobre tráfico de pessoas com o fim de trabalho escravo divulgada na mídia;
Fórmula de cálculo	
Unidade de medida	100%
Polaridade	Positiva
Periodicidade de apuração do indicador	Anual
Declaração da meta	Inserção do conteúdo em meios de comunicação;
Fonte dos dados	MPT e parceiros
Forma de Coleta	Encaminhamento pelo MPT e parceiros sobre notícias de combate ao tráfico de pessoas com o fim de trabalho
Responsável pela apuração do Indicador	Andrea Gondim e Cristiane Sbalqueiro

Obs: reportagens veiculadas:

1. TV GLOBO: <https://globoplay.globo.com/v/8740883/programa/>;
2. <https://globoplay.globo.com/v/9653565/>
3. Rádio Justiça, rádio nacional, agência Radioweb, Rádio MPT
4. http://cliente.linearclipping.com.br/mpt/site/m014/noticia.asp?cd_noticia=78814250
5. <https://airlineamb.org/brazil-launches-virtual-campaign-against-human-trafficking/>
6. Trabalho Legal: <https://www.youtube.com/watch?v=hc9neWXwQtM&feature=youtu.be>
<https://brazil.iom.int/news/campanha-liberdade-no-ar-contr-o-tr%C3%A1fico-de-pessoas-ter%C3%A1-refor%C3%A7o-do-mpt-em-quadrinhos>
https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_751399/lang--pt/index.htm
<https://www.unodc.org>
<https://mptemquadrinhos.com.br/campanha-liberdade-no-ar-contr-o-traffic-de-pessoas-tera-reforco-do-mpt-em-quadrinhos/>
retransmissão da webserie na Cultura 930: <https://www.cultura930.com.br/liberdadenoar/>.
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos é parceira do projeto 'Liberdade no Ar': <https://agenciapara.com.br/noticia/26302/>
Fraport: <https://fortaleza-airport.com.br/pt/noticias/fortaleza-airport-apoia-campanha->

contra-o-traffic-de-pessoas-100405

<https://www.aeroin.net/infraero-e-mpt-assinam-acordo-para-contra-o-traffic-de-pessoas-e-trabalho-escravo/>

<https://cnts.org.br/noticias/pandemia-pode-agravar-traffic-de-pessoas-e-trabalho-escravo/>

<https://amatra1.org.br/noticias/?mpt-promove-campanha-contra-o-traffic-de-pessoas-e-trabalho-escravo>

<https://ootimista.com.br/politica/cmfor-firma-parceria-com-mpt-para-combate-ao-traffic-de-pessoas/>

<https://www.imagemdailha.com.br/blog/traffic-humano-mpt-promove-campanha-virtual-.html>

<https://news.un.org/pt/story/2020/09/1725072>

Eis um breve resumo das atividades para fins de registro.

PROJETO REAÇÃO EM CADEIA: ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO EM CADEIAS PRODUTIVAS

O Projeto Estratégico “Reação em Cadeia: atuação do Ministério Público do Trabalho em cadeias produtivas” foi instituído em novembro de 2020, com objetivo de promover o debate com os diversos parceiros internos e externos, na busca de diagnósticos e implementação de soluções para infrações trabalhistas significativas em cadeias produtivas relevantes e elaborar um relatório analítico contendo as informações e os resultados observados durante todo o transcorrer do projeto. Além de elaborar um manual de atuação e provocar a normatização interna de orientações destinadas aos membros do MPT.

Conforme avaliação anual apresentada pela gerência do projeto, foram identificadas as cadeias produtivas a serem mapeadas e pesquisadas, chegando-se à seleção das cadeias da laranja, carnaúba, cacau, cana-de-açúcar e café.

Houve ainda a elaboração de 4 relatórios preliminares que servirão de subsídio à atuação ministerial, além de 18 entrevistas com os principais atores envolvidos. Também está sendo preparado um curso pela ESMPU visando para apresentação do projeto e dos resultados colhidos nas cadeias da laranja e da carnaúba. A gerência do projeto também tem participado das reuniões da PANAO – responsável por sustentabilidade na cadeia produtiva da Laranja na Europa, com secretariado da GIZ alemã.

PROJETO CAPACITAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA E ACOLHIMENTO DOS TRABALHADORES RESGATADOS

O Projeto “Capacitação da Rede de Assistência e Acolhimento dos Trabalhadores Resgatados de Trabalho Escravo”, com vigência até janeiro de 2022,

contou com a realização da primeira turma de capacitação no final de 2019, por meio da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, que resultou em 202 profissionais capacitados. A capacitação da segunda turma está prevista para ser realizada no segundo semestre de 2021, por meio da plataforma EAD do MPT.

Em 2021 também foi feito o levantamento das cidades com os maiores números de resgate de trabalhadores.

Ainda no ano de 2021, está sendo elaborado pela ONG Repórter Brasil projeto a ser apresentado no segundo semestre de 2021 de Capacitação da Rede de Atendimento. Este projeto será executado em duas cidades. Uma cidade do Rio de Janeiro e a outra do Estado de Goiás.

Foram escolhidas tais cidades em virtude de que o MPT tem por coordenadores do Projeto em referência Procurador e Procuradora lotado em tais Estados.

O Procurador do Trabalho que é o gerente do Projeto também instaurou Promo para acompanhar as ações, mormente o Promo PA-PROMO 000092.2021.18.001/2 – 26.

Ao longo dos meses de junho e julho de 2021, foram realizadas audiências com a ONG Repórter Brasil, sendo realizada audiência no dia 1º/07/2021 com a Caritas do Rio de Janeiro, bem ainda com o Ministério da Economia para tratar de assuntos que tenham relação com o objeto do projeto.

Destaca-se, outrossim, reunião na data de 14/07/2021 na Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social para também tratar do assunto do Projeto, todavia o recorte da reunião foi para incluir no Sistema Informatizado do Estado de Goiás de capacitação da Rede de Assistência em todos os CREAS e CRAS em Goiás. A reunião foi bastante profícua, de sorte que até a data de 10/08/2021 a SEDES deverá informar as necessidades para adequação do projeto em seu sistema informatizado.

ATUAÇÃO NA REPRESSÃO DO TRABALHO ESCRAVO E TRÁFICO DE PESSOAS

A atuação da CONAETE na repressão do trabalho escravo e do tráfico de pessoas tem sido concretizada no apoio operativo nas operação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) e nas Ações Fiscais Regionais em combate ao trabalho Escravo.

Destaca-se que em janeiro de 2021 a CONAETE integrou a Operação Resgate, anunciada no dia 28 de janeiro, em alusão o Dia Nacional do Combate ao Trabalho Escravo, que resgatou cerca de 140 trabalhadores em condições análogas à escravidão. Houve fiscalizações em 23 Unidades da Federação. A operação teve início no dia 13 de janeiro, e foi a maior força-tarefa de combate ao trabalho escravo já realizada no Brasil. Integram a operação o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Polícia Federal (PF), a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério da Economia, o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU).

Além das operações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), a CONAETE custeou mais de 40 (quarenta) ações fiscal regionais em combate ao trabalho escravo.

A CONAETE integrou cerca de 45 operações do GEFM, e custeou cerca de 44 Ações Fiscais Regionais, até julho de 2021, conforme descrito abaixo:

A atuação da Coordenadoria nesse aspecto tem sido feita por meio das ações do Projeto Estratégico Liberdade no ar e do Grupo de Trabalho Tráfico de Pessoas (Exploração Sexual), que está elaborando um manual de apoio aos Membros para enfrentamento ao tráfico de pessoas disponível na intranet nacional do MPT, na área de GTs da Conaete e a elaboração da Obra literária “Tráfico de Pessoas: Uma visão Plural do Tema”, que será lançado no dia 30 de julho de 2021, em alusão ao Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (CONAP)

A Conap tem sob sua responsabilidade duas iniciativas no PGN, as quais referem-se a projetos estratégicos de âmbito nacional com vistas a garantir a saúde e a segurança no ambiente de trabalho (OE2).

PROJETO ADEQUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO SISTEMA PRISIONAL

O Projeto Estratégico Sistema Prisional tem como objetivo estimular a adoção de Planos Estaduais da Política Nacional de Trabalho do Preso e Egresso, coordenar e subsidiar o planejamento das operações para inspeções no sistema prisional, além da atuação articulada com o Conselho Nacional de Justiça dentro do marco do Termo de Cooperação. No âmbito do projeto, foram realizadas diversas ações, conforme elencadas a seguir:

Setembro 2019

REUNIÃO COM O TJDF, DEPEN PARA TRATAR DOS FUNDOS ROTATIVOS QUE VISAM AMPLIAR A OFERTA DE ATIVIDADES LABORAIS NAS PENITENCIÁRIAS

REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA PGE, DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ PARA TRATAR DA IMPLEMENTAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FIRMADO PELO ESTADO, MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL E MPT PARA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TRABALHO NO SISTEMA PRISIONAL E INSTITUIÇÃO DO PLANO ESTADUAL DA POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DO PRESO E EGRESSO DO SISTEMA PRISIONAL

Outubro 2019

REUNIÃO COM O PGT E COM O COORDENADOR DE TRABALHO E RENDA DA DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS DO DEPN SOBRE O TRABALHO DOS PRESOS E EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

Novembro 2019

PALESTRA SOBRE A PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE NO SISTEMA PRISIONAL NO II SEMINÁRIO DE GESTÃO, FOMENTO E BOAS PRÁTICAS PARA OFERTA DE TRABALHO À PESSOA PRESA, EM PERNAMBUCO

FIRMADO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O RIO GRANDE DO NORTE E COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO, TENDO COMO OBJETO A ATUAÇÃO CONCENTRADA NA INSTITUIÇÃO DO PLANO ESTADUAL DA POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DO PRESO E EGRESSO DO SISTEMA PRISIONAL

Dezembro 2019

REUNIÃO COM A PGJ DO MPDFT PARA TRATAR DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DO PRESO E EGRESSO DO SISTEMA PRISIONAL NO DISTRITO FEDERAL

Fevereiro 2020

VISITA TÉCNICA NAS UNIDADES PRISIONAIS E NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO CEARÁ

AUDIÊNCIA COM O COORDENADOR DE TRABALHO E RENDA DO DEPEN, PARA TRATAR DO PROJETO NACIONAL DE ADEQUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO SISTEMA PRISIONAL E DO GT "SAÚDE E SEGURANÇA DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS"

Maio 2020

REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA POLÍCIA PENAL FEDERAL PARA TRATAR DA EMPREGABILIDADE DO PRESO E DO EGRESSO DO SISTEMA PRISIONAL. NA OCASIÃO, O MPT SUGERIU A EDIÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA PARA A CRIAÇÃO DE LINHAS DE CRÉDITO PRIORITÁRIO PARA EMPRESAS QUE DESEJAM SE INSTALAR NO SISTEMA PRISIONAL PARA PRODUÇÃO DE BENS DESTINADOS AO COMBATE À COVID-19 OU QUE CONTRATAREM PRESOS NAS COTAS PREVISTAS PELA PNAT

REUNIÃO COM MEMBROS AUXILIARES DA COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA DO CNMP PARA TRATAR DA POSSIBILIDADE DE SEREM INCLUÍDAS NOS BANCOS DE DADOS DO CNMP AS INSPEÇÕES REALIZADAS PELO MPT NO SISTEMA PRISIONAL, REVISANDO OS ATUAIS FORMULÁRIOS PARA INSERÇÃO DE CAMPOS CONCORRENTES PARA O MPE E MPT

Junho 2020

REUNIÃO COM REPRESENTANTES DO CNJ PARA TRATAR DO PROGRAMA JUSTIÇA PRESENTE DO CNJ E DA ATUAÇÃO DO MPT NO SISTEMA PRISIONAL

REUNIÃO COM COORDENADORES DA POLICIAL PENAL FEDERAL PARA TRATAR DA MINUTA DE MP ENCAMINHADA PELO MPT

REUNIÃO COM O CNJ, EM QUE FORAM EXPLICADAS AS ATUAÇÕES DA CONAP NO SISTEMA PRISIONAL. O CNJ EXPÔS O PROGRAMA JUSTIÇA PRESENTE E UM DE SEUS EIXOS (ESCRITÓRIOS SOCIAIS). SERÁ A NALISADA A CELEBRAÇÃO DE UM ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE CNJ E MPT

REUNIÃO COM A DIRETORA-GERAL DO DEPEN, O DIRETOR DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS, O ASSESSOR DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS E O COORDENADOR DE TRABALHO E RENDA. O MPT FEZ EXPOSIÇÃO DO TRABALHO NO SISTEMA PRISIONAL. TRATOU DA ELABORAÇÃO DE UMA NORMA REGULAMENTADORA DIRECIONADA ESPECIFICAMENTE PARA A SAÚDE E A SEGURANÇA DOS POLICIAIS PENAIIS. INFORMOU, AINDA, QUE O GT COVID-19 ELABOROU MINUTA DE RECOMENDAÇÃO PARA O SISTEMA PRISIONAL/SISTEMA SOCIOEDUCATIVO. POR FIM, FOI PROPOSTA A CELEBRAÇÃO DE UM TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O DEPEN.

ACORDO COM CNJ: 1 – O CNJ E O MPT TRABALHARÃO EM UMA NOTA TÉCNICA SOBRE A VALIDADE DA PNAT (DECRETO N. 9.450/2018) E, APÓS PUBLICADA A NT, REALIZARÃO AUDIÊNCIA EM CONJUNTO COM A AGU; 2 – O CNJ E O MPT DESENVOLVERÃO PARALELAMENTE INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA; 3 – O MPT ENVIARÁ PARA O CNJ O MATERIAL QUE ESTÁ TRAMITANDO NO DEPEN E 4 – O CNJ ENVIARÁ PARA O MPT OS PROJETOS DE RESOLUÇÃO E DE CARTILHA QUE TRATAM DO TRABALHO DO PRESO, BEM COMO O MATERIAL SOBRE AS INSPEÇÕES NAS UNIDADES PRISIONAIS

Agosto 2020

REUNIÃO COM REPRESENTANTES DO CNJ, EM QUE O MPT: RELEMBROU A IMPORTÂNCIA DA REALIZAÇÃO DE UMA REUNIÃO ENTRE O MPT, O CNJ E A AGU PARA TRATAR DA PNAT, POIS A AGU TEM PARECER ENTENDENDO PELA INAPLICABILIDADE DO DECRETO 9.450/2018; APRESENTOU E EXPLICOU SUAS SUGESTÕES EM RELAÇÃO À MINUTA DE RESOLUÇÃO ENCAMINHADA PELO CNJ SOBRE TRABALHO DE PRESOS E EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL; LEMBROU A NECESSIDADE DO ESTUDO DE ALTERNATIVAS PARA IMPEDIR QUE A CERTIDÃO EMITIDA PELO TSE INDIQUE A SITUAÇÃO DO PRESO E DO EGRESSO

Setembro 2020

REUNIÃO COM O DEPARTAMENTO DE DEFESA E SEGURANÇA DA FIESP, PARA OUVIR A APRESENTAÇÃO DE PROJETO ELABORADO POR ESSA ENTIDADE PARA O SISTEMA PRISIONAL

Outubro 2020

INSPEÇÃO EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL DO PARANÁ

Novembro 2020

CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O CNJ E O MPT PARA ATUAÇÃO DE VANGUARDA NA CONCRETIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DO PRESO E EGRESSO DO SISTEMA PRISIONAL. A CONAP ESTÁ ELABORANDO UM CRONOGRAMA DE TRABALHO CONJUNTO COM O CNJ QUE ENVOLVE: A) PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES E NOTAS TÉCNICAS PARA ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES NO SISTEMA PRISIONAL POR PARTE DO JUDICIÁRIO; B) EFETIVA PARTICIPAÇÃO NAS ATUAÇÕES E INSPEÇÕES EM UNIDADES PRISIONAIS QUE ESTÃO SENDO PLANEJADAS; C) AÇÕES ARTICULADAS PARA A PROMOÇÃO DO TRABALHO NO SISTEMA PRISIONAL E ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS POR PARTE DOS ESTADOS NO GERENCIAMENTO DAS UNIDADES E INSERÇÃO DE MODELOS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS E COM CAPACITAÇÃO PARA PRESOS E EGRESSOS; D) ATUAÇÃO CONCERTADA COM OS ESCRITÓRIOS SOCIAIS

Janeiro 2021

APRESENTAÇÃO DE MINUTA DE ATUALIZAÇÃO DO MANUAL DE INSPEÇÃO A UNIDADES PRISIONAIS DO CNMP COM VISTAS A INTEGRAR A ATUAÇÃO DO MPT JUNTO AOS DEMAIS RAMOS DO MP NO QUE SE REFERE À INSPEÇÃO EM UNIDADES PRISIONAIS

Fevereiro 2021

REUNIÃO COM REPRESENTANTES DO CNJ, CUJO OBJETO DE DISCUSSÃO FORAM O PLANO DE TRABALHO, A PAUTA DO WEBNÁRIO COM OS ESTADOS (TJS/GMFS E MPT) E OS GRUPOS DE TRABALHO

PARTICIPAÇÃO DO VICE-COORDENADOR EVENTUAL DA CONAP E VICE-GERENTE DO PROJETO NACIONAL DE ADEQUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO SISTEMA PRISIONAL NO PROGRAMA DE TV DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO JUSTIÇA DO TRABALHO PARA TRATAR DO TEMA TRABALHO DA PESSOA PRESA E EGRESSA DO SISTEMA PRISIONAL

Março 2021

O MPT E REPRESENTANTES DO CNJ, REALIZARAM O WEBNÁRIO "COOPERAÇÃO PARA APRIMORAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO NO ÂMBITO DO SISTEMA PRISIONAL - PNAT: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO"

LANÇAMENTO DO PROJETO CAPACITAR PARA LIBERTAR NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE LONDRINA II (PEL2), QUE TEM POR OBJETIVO PROFISSIONALIZAR CERCA DE 100 PRESOS QUE ESTÃO PRÓXIMOS A SAIR EM LIBERDADE PARA QUE POSSAM ABRIR E GERENCIAR SEU PRÓPRIO NEGÓCIO. OS CURSOS OFERTADOS SÃO DE CONSTRUÇÃO CIVIL E ELETRICISTA. A INICIATIVA É RESULTADO DE UMA PARCERIA ENTRE O DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ E O MPT DE LONDRINA, E CONTA COM APOIO DO SENAI, SEBRAE, FACULDADES PITÁGORAS E A COSTA RICA MALHAS. O PROJETO É FISCALIZADO PELO JUIZ DA CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS DE LONDRINA, E PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA DO PARANÁ. FORAM INVESTIDOS CERCA DE R\$ 600 MIL, DISPONIBILIZADOS PELO MPT

Junho 2021			
REUNIÃO O CNJ PARA DISCUTIR O PLANO DE TRABALHO E OS DOCUMENTOS DAS CÂMARAS TÉCNICAS	REUNIÃO COM O PRESIDENTE DO INSTITUTO HUMANITAS360 BRASIL E EUA, COM O OBJETIVO DE PROMOVER DIÁLOGOS SOBRE O TRABALHO DO PRESO	CONSTITUIÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO DESTINADO À ELABORAÇÃO DE PLANO NACIONAL DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NO SISTEMA PRISIONAL (PORTARIA CNJ Nº 160, DE 9 DE JUNHO DE 2021)	REUNIÃO COM REPRESENTANTES DO CNJ PARA TRATAR DOS SEGUINTE TEMAS: (I) PLANO DE TRABALHO E PROCESSOS FORMATIVOS (II) ORIENTAÇÃO TÉCNICA CONJUNTA SOBRE COTAS - MPT E CNJ (SUBSÍDIOS AFONSO) (III) INFORMES H360

PROJETO SAÚDE NA SAÚDE

O Projeto Saúde na Saúde tem como objetivo atuar em prol da saúde e segurança do trabalhador, nas maiores unidades de saúde pública do País, especialmente aquelas que tenham os maiores índices de notificação de acidentes de trabalho ou de doenças relacionadas ao trabalho, bem como aquelas com maior número de denúncias afetas a meio ambiente do trabalho dirigidas ao MPT. Nesse contexto, foram realizadas as seguintes ações:

Novembro 2019	Dezembro 2019
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA INSPEÇÃO NACIONAL DOS HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS: AVANÇOS E RETROCESSOS DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL NO EVENTO "MINISTÉRIO PÚBLICO, DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS E A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE", PROMOVIDO PELO CNMP	INSPEÇÕES NO HOSPITAL GERAL DE RORAIMA E NO HOSPITAL MATERNO INFANTIL NOSSA SENHORA DE NAZARETH, A FIM DE VERIFICAR SE AS IRREGULARIDADES ATINENTES AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO FORAM SANADAS
LANÇAMENTO DO RELATÓRIO NACIONAL DE INSPEÇÕES EM HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS DO BRASIL. ENTRE OS DIAS 3 E 7 DE DEZEMBRO DE 2019, FORAM INSPECIONADAS 40 UNIDADES DE INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICAS PÚBLICAS E PRIVADAS, COM LEITOS SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE) EM FUNCIONAMENTO, EM 17 ESTADOS, PARTICIPANDO DAS INSPEÇÕES 45 PROCURADORES DO TRABALHO, 40 PROMOTORES DE JUSTIÇA E 10 PROCURADORES DA REPÚBLICA, ALÉM DE INTEGRANTES DO MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA, DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA E DOS CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA	
Setembro 2020	
LANÇAMENTO, PELO MPT E OIT, DE VÍDEOS SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL NO SETOR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM O OBJETIVO DE ABORDAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS	

Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (CODEMAT)

A Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente de Trabalho ficou responsável por implementar 1 iniciativa constante do Plano de Gestão Nacional, que visa garantir a saúde e a segurança no ambiente de trabalho (OE2).

PROJETO: ADEQUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS FRIGORÍFICOS

O projeto destina-se à adequação do meio ambiente de trabalho em frigoríficos dando efetividade aos direitos fundamentais dos trabalhadores no tocante ao trabalho decente e à saúde.

Em execução, o projeto obteve os seguintes resultados:

- Edição, em março 2020, de recomendação para todas as empresas do setor com medidas e orientações sobre prevenção à COVID-19;
- Acompanhamento e verificação do cumprimento da Recomendação (abril de 2020 até junho de 2021);
- Firmados, de abril a dezembro de 2020, TACs visando à adoção de medidas de prevenção à Covid-19 – alcançando 100 estabelecimentos frigoríficos, e beneficiando mais de 200 mil empregados do setor;
- Acompanhamento do cumprimento dos TACs firmados e prorrogação dos TACs para assegurar medidas adequadas de prevenção dentre as quais: testagem em massa nos frigoríficos; fornecimento de máscaras PFF2; distanciamento mínimo na área de produção, vestiários e refeitórios; barreiras físicas em pontos críticos; vigilância ativa; afastamento de contactantes; restrição na ocupação (50%) em transportes fretados; afastamento de trabalhadores de grupos de risco; dentre outros (abril de 2020 a setembro de 2021);
- Ajuizadas cerca de 30 ACPs visando à adoção de medidas de prevenção à COVID-19 (abril de 2020 a dezembro de 2020);
- Realizados mais de 150 mil testes para detecção de Covid-19 em

empregados nos frigoríficos, em razão da atuação do Projeto (abril a dezembro de 2020);

- Editadas 2 Notas Técnicas sobre os prejuízos da alteração do art. 253 da CLT (julho de 2020 e março de 2021);
- Reuniões com a Casa Civil do Executivo Federal para debater alterações na Portaria Conjunta 19 que estabeleceu medidas inadequadas de prevenção à Covid-19 (primeiro semestre de 2020);
- Audiências públicas nas Assembleias Legislativas dos Estados do RS, SC, PR e SP para debater os prejuízos advindos da proposta de alteração do art. 253 da CLT e da NR 36 (1º semestre de 2021);
- Reuniões com o Deputado Federal Relator do PL 2.363/11, com o movimento sindical e com a Assessoria Parlamentar para debater os prejuízos da proposta de alteração do art. 253 da CLT (1º semestre de 2021);
- Participação do Coordenador do Projeto, Dr. Leomar Daroncho, na qualidade de palestrante, do “Ciclo de Palestras sobre Trabalho Seguro”, evento em Homenagem ao Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho”, expondo a situação do Meio Ambiente de Trabalho Rural e dos Frigoríficos. Evento da Escola Judicial do TRT da 24ª Região.

O objetivo geral e os objetivos específicos do Plano de Trabalho do Projeto de Frigoríficos foram atingidos satisfatoriamente, em que pese o quadro atípico e as restrições determinadas no contexto da Pandemia, que atingiu de forma particularmente grave o setor. Ressalta-se que não houve gastos do Projeto no período de setembro de 2019 a junho de 2021.

Impedimentos na execução do projeto:

- Por absoluta impossibilidade material, decorrentes da pandemia, restaram prejudicadas as metas de realização de inspeções ordinárias pelos Membros do MPT em estabelecimentos frigoríficos;
- Além de determinação a reorientação momentânea do foco do Projeto Frigoríficos, a Pandemia prejudicou o cumprimento dos seguintes objetivos específicos do Plano de Projeto: I) Realizar

inspeções nas empresas do setor de frigoríficos a fim de verificar as condições do meio ambiente de trabalho e fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista; II) Ajuizar ações civis públicas e/ou proceder à interdição de máquinas e equipamentos de acordo com as irregularidades constatadas nas inspeções.

■ Em se tratando da notória alteração do quadro de normalidade, da sociedade e do setor frigorífico, inclusive com o carreamento da energia e dos recursos institucionais, redirecionando a articulação com as empresas e com os sindicatos para a situação de calamidade, os Coordenadores do Projeto Frigorífico avaliam que a excepcional reorientação de rumos foi tecnicamente necessária e socialmente justificável, razão pela qual o eventual e momentâneo comprometimento ou adiamento de metas pontuais, ordinárias, não desmerece o êxito do Planejamento e reforça a convicção quanto à relevância dessa atuação coordenada do MPT em setor econômico de envergadura considerável, econômica e social, e que também é responsável por número significativo de acidentes e doenças do trabalho, devendo, portanto, continuar a merecer a atuação especializada e coordenada da Instituição.

Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (CONAFRET)

Coube à Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (CONAFRET), no âmbito do objetivo estratégico número 3, cuja definição é promover o diálogo e a proteção social no trabalho, bem como a valorização dos direitos trabalhistas, coordenar dois importantes projetos institucionais estruturados com o propósito de corroborar, por meio dos seus resultados, com o atingimento do mencionado pilar estratégico e, por conseguinte, com a missão institucional do *parquet* laboral.

PROJETO PLATAFORMAS DIGITAIS

O objetivo geral do Projeto Estratégico Plataformas Digitais é oferecer à sociedade, pela atuação promocional e finalística do MPT, uma resposta satisfatória para elevação do patamar mínimo de direitos assegurados à categoria dos trabalhadores contratados por plataformas digitais, com observância do ordenamento jurídico e principiologia do direito social às relações de trabalho reconhecidas no âmbito dessa nova dinâmica de contratação.

O alcance geral do projeto, vislumbrado pelo Ministério Público do Trabalho para o futuro, em linhas gerais, pode ser sintetizado:

- No reconhecimento, no âmbito do ordenamento jurídico, da natureza jurídica trabalhista da relação estabelecida entre o trabalhador e a plataforma digital, com a consequente garantia de direitos sociais trabalhistas, securitários e previdenciários ao trabalho por plataformas digitais;
- Na melhoria das condições de saúde e segurança do trabalho nas atividades desenvolvidas por trabalhadores contratados por plataformas digitais, sob o prisma da jornada de trabalho praticada e o meio ambiente laboral no qual está inserido, com vistas à redução da precarização.

Algumas das medidas intentadas para o alcance desses objetivos podem ser sintetizadas a seguir.

- **Qualificação dos Membros do MPT para atuação na temática**
 - ▶ Elaboração de publicações;
 - ▶ Realização de seminário;
 - ▶ Parceria do MPT com entidades acadêmicas.

■ **Investigações para apuração de irregularidades relacionadas ao vínculo de contratação desses trabalhadores**

- ▶ Instauração de Inquéritos Cíveis;
- ▶ Ajuizamento de Ações Cíveis Públicas;
- ▶ Propositura de ações para obtenção de dados e de documentos instrutórios, para fins de posterior ajuizamento de ação;
- ▶ Atuação como *custos legis* no âmbito de ações ajuizadas por outros entes legitimados.

■ **Abordagem sob o viés da jurimetria.**

- ▶ O número de decisões favoráveis às empresas de plataformas digitais tende a ser maior do que o número de decisões desfavoráveis, porque elas vêm adotando evidente estratégia de jurimetria, formalizando acordos judiciais que impedem o revolvimento da matéria pelas instâncias judiciais trabalhistas, obstando a formação de posicionamentos jurisprudenciais que lhes sejam contrários. Com base em levantamentos realizados pelo MPT no âmbito dos Tribunais Trabalhistas pátrios, tem-se evidenciado essa atuação processual patronal com base na estatística voltada ao Direito, com vistas a consolidar posicionamento jurisprudencial que lhes seja favorável. O MPT tem buscado revelar essa situação ao Poder Judiciário, nas oportunidades em que se manifesta.

■ **Ações a partir do contexto trazido pela pandemia de COVID-19.**

- ▶ Ajuizamento de novas ações cíveis públicas;
- ▶ Firmação de Acordo Judicial e TAC;
- ▶ Articulação com governos estaduais e municipais, para que exijam das empresas de aplicativos patamar mínimo de proteção dos trabalhadores. Normativas locais foram editadas a partir da atuação provocativa do MPT, para regular o tema nos estados de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Ceará e Minas Gerais, assim como nos municípios de São Paulo (SP) e Palmas (TO);
- ▶ Campanha #PorTrásDoAplicativo, em conjunto com a UNICAMP e a UNFPA-ONU. Trata-se de uma série de cinco vídeos elaborados com o objetivo de chamar a atenção e promover a conscientização social sobre o grave problema das condições de trabalho a que esses profissionais estão submetidos. A campanha traz relatos pessoais dos entregadores, expondo a realidade das condições de trabalho em que se encontram na pandemia, e está divulgada nas redes sociais do MPT e dos parceiros, bem como na URL www.somosmaioria.com.br.

- Repercussão sobre o processo legislativo de leis que buscam a regulamentação de melhores condições de trabalho para trabalhadores via

plataformas digitais.

- São, atualmente, mais de 60 (sessenta) projetos de lei que tramitam nas casas legislativas, tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal, que buscam regulamentar a temática.

PROJETO INDIVIDUALIZAÇÃO DO FGTS

O projeto em destaque visa promover o diálogo social e a proteção social no trabalho, bem como a valorização dos direitos trabalhistas, atuando com o objetivo de intermediar a interlocução entre Caixa Econômica Federal e empresas empregadoras, a fim de promover a individualização do FGTS em depósitos realizados sem discriminação.

Encontra-se em fase de execução e já tem apresentado resultados parciais importantes. Segundo levantamento realizado pela Caixa Econômica Federal, de um saldo total de R\$ 313.047.207,66, que seria o escopo do projeto, já foi possível individualizar cerca de R\$39.858.004,30 no Brasil todo, beneficiando cerca de 492.663 trabalhadores/competência.

A próxima etapa do projeto tem início previsto para o final de julho de 2021 e abrangerá as seguintes regionais: PRT4, PRT11, PRT12, PRT16, PRT21 e PRT22.

Convênio CAIXA x MPT

Evolução da Carteira - Consolidado por Regional

Posição: Abril/2021

BASE	Individual Total	Percentual
PRT 01	3.005.145,44	6,9%
PRT 02	2.976.070,91	6,8%
PRT 03	483.489,25	2,4%
PRT 04	2.431.013,88	14,5%
PRT 05	3.424.600,77	48,2%
PRT 06	1.138.092,29	13,2%
PRT 07	540.439,96	9,7%
PRT 08	392.806,78	5,4%
PRT 09	14.087.066,17	31,4%
PRT 10	807.423,43	20,4%
PRT 11	68.385,10	3,5%
PRT 12	5.329.666,74	36,9%
PRT 13	677.889,40	12,5%
PRT 14	123.534,32	6,1%
PRT 16	42.818,20	1,3%
PRT 17	171.223,58	5,1%
PRT 18	299.936,13	1,4%
PRT 19	235.197,83	0,9%
PRT 20	68.832,58	4,2%
PRT 21	2.541.334,66	12,1%
PRT 22	315.882,22	6,9%
PRT 23	429.338,05	12,7%
PRT 24	267.816,61	8,7%
TOTAL GERAL	39.858.004,30	12,7%

Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (CONALIS)

A Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social ficou responsável por implementar 3 iniciativas constantes do Plano de Gestão Nacional. Todas visam promover o diálogo e a proteção social no trabalho, bem como a valorização dos direitos trabalhistas (OE3).

PROJETO MPT MEDIADOR

O projeto, que se encontra em fase de formulação do plano de trabalho, tem por objetivo fomentar a cultura da mediação em conflitos coletivos do trabalho, no âmbito do MPT, com vistas a incrementar as atividades de mediação e o seu protagonismo na solução autocompositiva de conflitos coletivos perante a sociedade e demais atores sociais. Nessa esteira, o projeto contribui ao capacitar e profissionalizar a atuação dos membros do MPT, possibilitando-lhes a aquisição de técnicas e ferramentas que os habilitem a atuar com propriedade como mediadores, em cumprimento ao disposto no art. 83, IX Lei Complementar nº 75/1993.

PROJETO O MPT NO COMBATE AOS ATOS ANTSSINDICAIS

O projeto tem o objetivo de estimular uma mudança de cultura institucional sobre o trato das práticas antissindicais e o consequente aprimoramento da atuação do MPT contra referidas práticas.

O projeto encontra-se em execução, destacando-se algumas ações:

- Constituição de um Grupo de Estudos com o objetivo de levantar as bases teóricas que nortearão a atuação e confecção dos produtos previstos como por exemplo: cartilha, banco de dados sobre atos antissindicais, revista em quadrinhos sobre atos antissindicais;
- Elaboração do Manual de Atuação, documento destinado principalmente aos procuradores e às procuradoras do trabalho, que têm por finalidade atuar como ferramenta na promoção da liberdade sindical e no enfrentamento dos atos antissindicais.

PROJETO SINDICALISMO E DIVERSIDADE

O objetivo geral do projeto é colaborar com a construção de uma cultura organizacional sindical, que incentiva trocas mútuas e aprendizagem, aliando a defesa dos interesses da categoria com um ideal ou missão social voltada para a diversidade.

Na atual fase do projeto, foi realizada a Campanha Maio Lilás. A campanha foi integrada com o Projeto estratégico da Coordigualdade - “Acessibilidade e Inclusão no Mercado de Trabalho de Pessoas com Deficiência e Reabilitadas”. Em 2021 o tema da campanha é “SINDICALISMO E DIVERSIDADE”, com o lema o “SINDICALISMO SE FORTALECE NA DIVERSIDADE”. Como atividades promocionais da campanha, foram realizadas 05 (cinco) lives sobre a temática com os seguintes temas:



Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário (CONATPA)

A Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário ficou responsável por implementar 3 iniciativas constantes do Plano de Gestão Nacional. Todas visam garantir a saúde e a segurança no ambiente de trabalho (OE2).

PROJETO OURO NEGRO

O projeto destina-se à fiscalização das condições de trabalho dos trabalhadores de plataformas de petróleo, relacionadas ao meio ambiente do trabalho, à regularidade do tempo de embarque, à jornada de trabalho a bordo, à capacitação e treinamento dos trabalhadores, à proteção à saúde dos trabalhadores, à segurança da operação, empregabilidade de brasileiros, dentre outros.

A iniciativa se encontra em execução. Foi realizada Força-Tarefa para verificação das condições a bordo de plataformas; expedição de Recomendações com indicação de protocolos COVID para o setor de óleo e gás; reuniões semanais com os demais parceiros do Projeto para alinhamento de atuação sobre COVID-19 e verificação das condições de saúde e segurança dos trabalhadores.

PROJETO PORTOS SEGUROS

O projeto tem o objetivo de estabelecer estratégias de atuação do MPT, em âmbito nacional, no combate à falta de segurança nas operações portuárias, seja nos terminais privativos ou nos terminais públicos, buscando-se, dessa forma, proteger a saúde e a própria vida dos trabalhadores avulsos ou vinculados que se ativam nas operações portuárias.

Em execução, o projeto obteve os seguintes resultados:

- ◆ No período de 20 a 29 de outubro de 2020, o Ministério Público do Trabalho participou de Força-Tarefa denominada “Porto e Pesca no Pará - outubro de 2020”, cujo objeto foi a inspeção portuária e de embarcações atracadas em Santarém/PA, a fim de verificar a formalização de contratos de trabalho, bem como as condições ambientais e de segurança. Incidiu ainda, sobre o funcionamento do OGMO e a convocação de trabalhadores fora do sistema pelos Operadores Portuários, temas objeto de denúncias junto à SRT/PA, e tratadas pelo MPT.
- ◆ Realizada Força-Tarefa no Terminal Salineiro de Areias Branca/RN, no período de 10 a 14 de fevereiro de 2020.

Durante o período de realização, foram inspecionados 15 (quinze) embarcações de navegação de interior, tendo sido apurado informalidade (ausência de registro), fraude trabalhista (empregado trabalhando, recebendo seguro-desemprego), bem como irregularidades quanto às questões ambientais e de segurança do trabalho. Foram 98 (noventa e oito) aquaviários abrangidos pela fiscalização, nesta etapa da operação. Diante das irregularidades encontradas, foram firmados 10 (dez) Termos de Ajuste de conduta.



O objetivo foi verificar as condições de trabalho no Terminal Salineiro de Areia Branca/RN (especialmente relacionadas às questões de saúde e segurança do trabalhador) e no Porto de Natal/RN (controle de acesso).

Também foi objeto dessa Força-Tarefa fiscalizar o cumprimento do TAC nº 296/2012, tendo em vista que diversas obrigações continuavam sendo descumpridas pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte, conforme laudo pericial constante dos autos, datado de 20 de janeiro de 2019. Após a apresentação do laudo, a empresa vem apresentando cronograma para cumprimento das obrigações.

MAR A MAR

O objetivo geral do projeto é estabelecer estratégias de atuação para realização de ações em âmbito nacional que visem a promoção e melhoria de condições de trabalho a bordo dos navios, seja nos navios de cruzeiro, nas embarcações de apoio marítimo, apoio portuário, longo curso, cabotagem e navegação em rios e hidrovias, combatendo o meio ambiente de trabalho precário, a regularidade dos contratos de trabalho, a prevenção da discriminação, o direito à repatriação, a garantia de empregabilidade de brasileiros a bordo de embarcações que prestem serviços em águas jurisdicionais brasileiras, entre outros.

Dentre as ações executadas, destacam-se as recomendações encaminhadas às empresas de navegação e protocolos mais rígidos de combate ao escarpelamento em embarcações; campanhas realizadas e reuniões com a Marinha do Brasil e a Antaq, para celebração de Acordo de Cooperação Técnica visando compartilhamento de informações e ações conjuntas de interesse comum.

Além disso, foi feita operação a bordo de navio para verificação das condições ambientais do trabalho; planejamento de operações de acordo com indicadores de risco; requisição de documentos e análise de informações de embarcações prestando serviço no país.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Diretoria Geral

Coube à Diretoria Geral a coordenação de iniciativas alinhadas ao objetivo estratégico OE9 – Otimizar a gestão orçamentária e financeira, assegurando a execução da estratégia –, contribuindo, dessa forma, com a atuação estratégica do MPT.

REALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES CENTRALIZADAS

Nos exercícios de 2020 e 2021, foram realizadas diversas aquisições centralizadas na Procuradoria Geral do Trabalho, visando o atendimento das necessidades de todas as unidades do Ministério Público do Trabalho, dentre as quais podem ser citadas: veículos institucionais, material de proteção contra a COVID-19, equipamentos de ar-condicionado, estações de trabalho e monitores, material bibliográfico, uniformes sociais, mobiliários, copos e xícaras do MPT Socioambiental etc.

Os processos administrativos de licitação e contratação podem ser consultados livremente no MPT Digital Administrativo.

ELABORAÇÃO DE PAINEL COM DADOS ORÇAMENTÁRIOS

O painel objetiva conferir maior transparência ao orçamento, permitindo uma avaliação horizontal do desempenho orçamentário, possibilitando evidenciar a real aderência do planejado em confronto com o executado.



Diretoria de Administração

Sob a responsabilidade da Diretoria de Administração do MPT, constam, no Plano de Gestão Nacional, quatro iniciativas voltadas à otimização da gestão orçamentária e financeira (OE9) e ao fortalecimento da comunicação, da transparência institucional e do diálogo com a sociedade (OE7).

CRIAÇÃO DE DIRETRIZES E COORDENAÇÃO PARA ADEQUAÇÃO DOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO POR FORÇA DAS NOVAS ORIENTAÇÕES DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DECORRENTES DA PANDEMIA DE COVID-19

Como resultados diretos, foi feita a adequação nas rotinas dos contratos de terceirização, em especial com a elaboração de plano de ação específico. Foi feita, também, a aplicação de medidas de prevenção ao contágio por Covid-19: demarcação do distanciamento; rotinas de desinfecção nas instalações na Torre da PGT; aferição de temperatura; reiteração de informações relacionadas às medidas de prevenção; disponibilização de álcool; tapetes de higienização e de itens de proteção individual para uso nas rotinas de trabalho; escala de trabalho diferenciada e com sistema de rodízio para os terceirizados, com vistas à redução do fluxo nos horários de maior pico; alteração do cronograma de limpeza; adequação dos insumos disponíveis nos contratos etc. Nesse sentido, as medidas adotadas mostraram-se favoráveis à redução do risco de contaminação e de propagação da doença na PGT.

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ANUAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES – PAAC

A implementação do PAAC englobou a capacitação das Unidades Gestoras, o levantamento de necessidades nos anos de 2020 e 2021, mediante a alimentação do Módulo de Planejamento pelas Unidades do MPT, a elaboração da minuta do PAAC do ano 2020, o desenvolvimento de painéis gerenciais e a criação do Portal do PAAC na intranet da PGT.

Todas as Unidades Gestoras, assim entendidas as Unidades Regionais do MPT, participaram da capacitação que tratou das diretrizes do PAAC. Dentre Diretores Regionais e servidores das PRTs e da PGT, chegou-se ao quantitativo de aproximadamente 410 servidores capacitados para operarem no Planejamento das Aquisições no Sistema Cosmos.

EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DESTINADA ÀS RESPECTIVAS UNIDADES GESTORAS, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES E ÀS DEMANDAS INSTITUCIONAIS

A Diretoria de Administração, responsável pela UG 200200, fez o devido acompanhamento da programação e da execução orçamentária-financeira, no âmbito dessa Unidade. No entanto, por envolver outros segmentos administrativos e outras unidades gestoras com abrangência nacional, a iniciativa deverá ser alocada para a Diretoria de Orçamento e Finanças e/ou Diretoria-Geral.

Unidades gestoras são as unidades cadastradas no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira) com autorização para gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização. A unidade gestora UG 200200 é a unidade responsável por gerir os Recursos da Procuradoria Geral do Trabalho e esta responsabilidade está prevista no Regimento Interno do MPT em relação à Diretoria de Administração/PGT.

Diretoria de Gestão de Pessoas

Sob a responsabilidade da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), no Plano de Gestão Nacional, constam 5 iniciativas voltadas ao desenvolvimento da Política de Gestão de Pessoas (OE11).

DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇA POR MEIO DE CAPACITAÇÕES PREVISTAS NO PLANO ANUAL



O objetivo do PDG é promover ações de capacitação inter-relacionadas voltadas ao desenvolvimento sistemático de conhecimentos, habilidades e atitudes requeridas dos gestores e alinhadas à estratégia organizacional.

A tabela abaixo apresenta a totalidade de gestores (servidores e membros) e seus substitutos que participaram de capacitações voltadas ao desenvolvimento de liderança. Destaca-se que o monitoramento ocorreu a partir da publicação da Portaria nº 473.2019 em maio/2019, sendo a primeira capacitação do biênio de 2019 realizada em agosto. Assim, os dados da tabela abaixo se referem ao período de agosto/2019 a julho de 2021:

Categoria	Total	Abaixo de 10h	10h ou mais	% 10h ou mais
Membros	710	626	84	11,83%
Servidores Titulares	662	304	358	54,08%
Substitutos	555	383	172	30,99%

PROMOÇÃO DE AÇÕES DE AMBIENTAÇÃO E ACOLHIMENTO DE NOVOS INTEGRANTES DO MPT

A Diretoria de Gestão de Pessoas estuda a possibilidade de elaborar manuais e guias que promovam o suporte necessário à ambientação, ao acolhimento ao novo local de trabalho e à adaptação ao novo espaço ocupacional para os (as) novos (as) servidores (as) e membros (as).

IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DE DESEMPENHO

Alinhada à Política Nacional de Gestão de Pessoas, está em elaboração a implantação da Gestão do Desempenho, baseada em competências, que reforçará a promoção contínua do feedback e compartilhamento das competências já desenvolvidas.

IMPLEMENTAÇÃO DE TRILHAS DE APRENDIZAGEM

A Diretoria de Gestão de Pessoas irá implementar as Trilhas de Aprendizagem, que terá como base as principais competências a serem desenvolvidas para determinadas áreas de conhecimento a serem definidas no início do projeto pela Administração. Para tanto, serão utilizadas ferramentas, instrumentos e metodologias diversas para a construção das respectivas trilhas.

IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA E LONGEVIDADE ATIVA

Conforme diretrizes nacionais do Programa de Planejamento de Vida e de Preparação para o Envelhecimento Ativo e para a Conquista da Aposentadoria - PLANEJE-SE, Portaria PGT ° 1426/2020, serão realizadas no 2º semestre de 2021, a partir de agosto, capacitações que contribuam para que os(as) servidores(as) e membros(as) do MPT possam vivenciar de forma positiva a sua relação com o trabalho e com a longevidade.

2020

Portaria PGT n° 1426/2020

PROGRAMA DE PLANEJAMENTO DE VIDA E DE
PREPARAÇÃO PARA O ENVELHECIMENTO ATIVO
E PARA A CONQUISTA DA APOSENTADORIA
PLANEJE-SE

CAPACITAÇÕES QUE CONTRIBUAM PARA QUE
OS(AS) SERVIDORES(AS) E MEMBROS(AS)
DO MPT POSSAM VIVENCIAR DE FORMA
POSITIVA A SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO
E COM A LONGEVIDADE

2021

2º semestre

Diretoria de Tecnologia da Informação

Para a garantia da inovação e da eficiência dos produtos e serviços de tecnologia da informação (OE10), coube à Diretoria de Tecnologia da Informação coordenar duas importantes iniciativas, apresentadas na sequência.

PROMOÇÃO DE SOLUÇÕES PARA AUXILIAR A ALTA ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO ÁREAS ESTRATÉGICAS FINALÍSTICAS E ADMINISTRATIVAS, NA TOMADA ÁGIL E SEGURA DE DECISÕES

No período contemplado por este relatório, destaca-se a solução para publicação de painéis gerenciais (PowerBI), que teve seu licenciamento expandido por meio do Pregão Eletrônico PGT/MPT nº 12/2021, resultando na assinatura do Contrato PGT/MPT nº 21/2021. O novo licenciamento permite que até 200 membros ou servidores possam desenvolver painéis gerenciais, consentindo, ainda, que todos os usuários do MPT possam consultar painéis existentes. Tal solução também torna possível a publicação de painéis ao público externo, via Internet, podendo ser disponibilizados diretamente no Portal do MPT.

Em outra frente, foi aprovada, na 32ª Reunião do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI), a criação de um grupo gestor para um repositório único de dados institucionais. Esse repositório será utilizado como ponto de partida para a elaboração de painéis gerenciais a partir de informações certificadas. A infraestrutura deste sítio já está configurada, restando a formação do citado grupo gestor, que será responsável por dirimir quais informações passarão a compor o repositório, observando a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.



APRIMORAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE TI

Algumas medidas têm sido intentadas para a promoção de ações que visam melhorar o desempenho dos processos licitatórios de soluções de Tecnologia da Informação em relação ao tempo padrão de tramitação e, desse modo, para o aprimoramento da execução orçamentária da TI, e, por conseguinte, do MPT.

A execução orçamentária para o exercício de 2021 está sendo pautada de acordo com o Plano Nacional de Aquisições e Contratações de TI (PNAC-TI 2021), cuja última versão foi aprovada na 32ª Reunião Ordinária do CETI. O PNAC-TI 2021 tem como meta a execução de aquisições relevantes para a modernização e evolução tecnológica do MPT, já contando com a eventual execução de recursos além dos inicialmente destinados à TI no presente exercício.

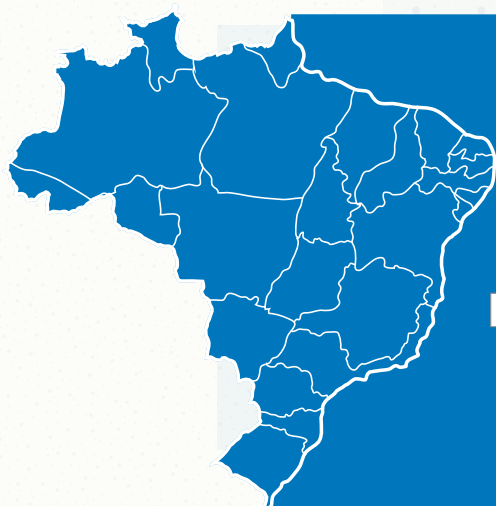
Diretoria de Arquitetura e Engenharia

Sob a responsabilidade da Diretoria de Arquitetura e Engenharia do MPT, constam no Plano de Gestão Nacional 9 iniciativas voltadas à otimização da gestão orçamentária e financeira (OE9).

ELABORAÇÃO DE ESTUDO DA DEMANDA CONTRATADA NAS UNIDADES REGIONAIS, REPACTUAÇÃO DOS CONTRATOS PARA ADEQUAR A DEMANDA CONTRATADA AO CONSUMO REAL DAS UNIDADES E IMPLANTAÇÃO DE PAINÉIS SOLARES NAS UNIDADES DO MPT

Com vistas a melhorar a eficiência dos gastos com energia elétrica, a Diretoria de Arquitetura e Engenharia coordenou estudo acerca da demanda das unidades regionais, que resultou na repactuação de contratos de energia elétrica, de forma que o consumo das Unidades se adeque à demanda contratada. A iniciativa, quando totalmente implementada, pode gerar uma economia da ordem de R\$ 200.000,00.

Nesse mesmo intuito, mais de cinquenta localidades em todo Brasil estão sendo alvo de estudos de viabilidade de instalação de painéis solares, que visam aumentar a eficiência energética e a eficiência de custo, a médio e longo prazos. Tal iniciativa, quando totalmente implementada, pode gerar uma economia da ordem 40% do consumo de energia do MPT.



Total de localidades em estudo

50

Previsão de economia para o MPT

40%

**COMPARTILHAMENTO DE ESTRUTURA COM OUTROS RAMOS DO MPU,
ELABORAÇÃO DE ESTUDO PARA DEFINIÇÃO DE
CRITÉRIOS PARA AQUISIÇÃO DE SEDES E SUBSTITUIÇÃO
DE ALUGUÉIS, PARA SEDES PRÓPRIAS, DE UNIDADES QUE
COMPROMETAM O ORÇAMENTO DO MPT
REPACTUAÇÃO DOS CONTRATOS DE ALUGUEL**

Com o objetivo de reduzir despesas com o aluguel de imóveis, foi criado, no 2º semestre de 2019, o Programa Locação Zero.

Inicialmente foi realizado estudo, coordenado pela Diretoria de Arquitetura e Engenharia como o apoio local de todas as unidades interessadas, para levantar os gastos com aluguéis no MPT e definir critérios prioritários para substituição.

Como resultado do programa, foram adquiridos 22 imóveis, sendo 17 em 2020 e 5 em 2021. Ainda com o propósito de reduzir despesas com aluguel de imóveis, foram desocupados andares ou salas requisitadas no passado, que perderam a necessidade em função do maior número de servidores em regime de teletrabalho.

Programa Locação Zero

Imóveis Adquiridos

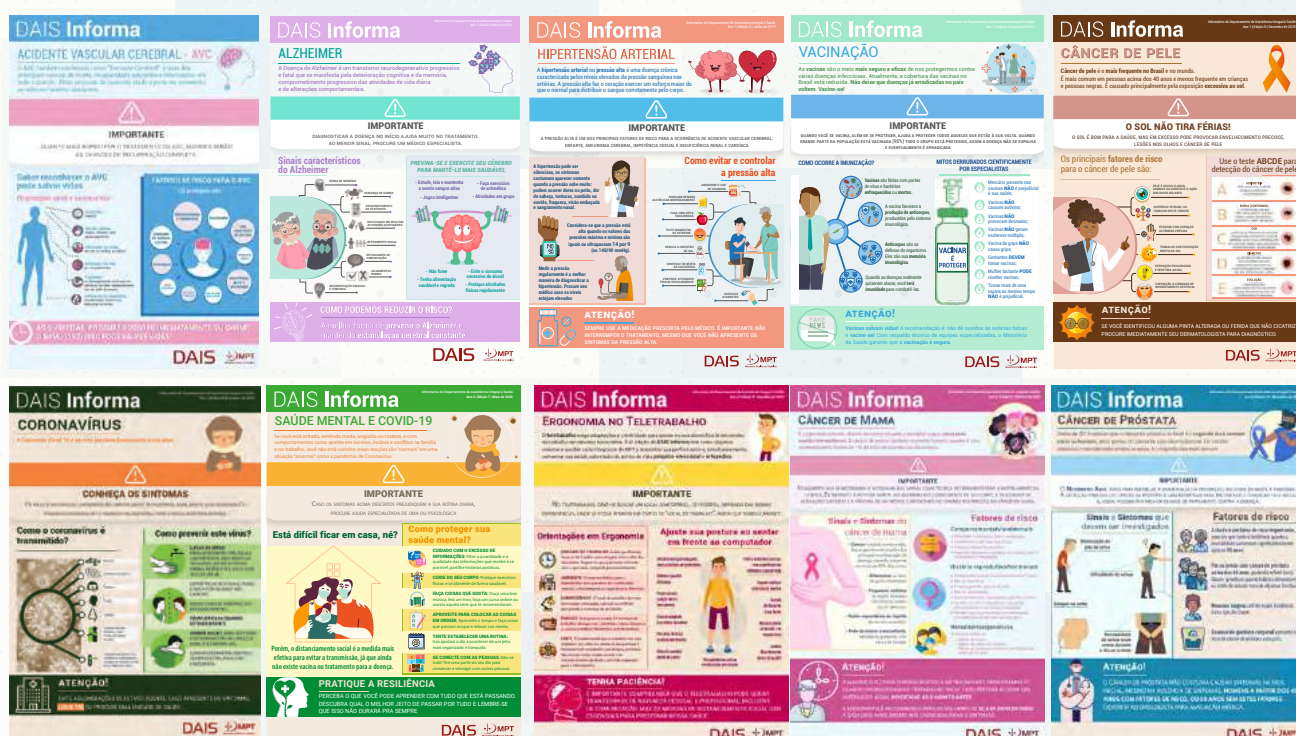
2020	17
2021	5

Diretoria de Assistência Integral à Saúde

A Diretoria de Assistência Integral à Saúde definiu como desdobramento do planejamento estratégico institucional 1 iniciativa ligada ao fortalecimento da comunicação, da transparência institucional e do diálogo com a sociedade (OE7); e 3 iniciativas voltadas ao desenvolvimento da política de gestão de pessoas (OE11); cujos resultados estão registrados a seguir.

ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO BOLETIM DAIS INFORMA

Há dois anos a Diretoria divulga boletins informativos de saúde com orientação aos membros(as) e aos servidores(as).



REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL E DE PREVENÇÃO AO ADOECIMENTO PSÍQUICO, TAIS COMO CAMPANHAS, CURSOS, EVENTOS

Está em fase final de implementação do Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde Mental, cujo objetivo é desenvolver e orientar em âmbito nacional a implantação de ações em saúde mental que contemplem as modalidades de promoção à saúde, prevenção de doenças, acolhimento, avaliação e acompanhamento de demandas espontâneas ou identificadas.

O programa foi elaborado pela Diretoria de Assistência Integral à Saúde da Procuradoria-Geral do Trabalho (DAIS/PGT) em conjunto com os demais profissionais de saúde da instituição, e validado pelo Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas – CEGEP. Tem como público-alvo os integrantes do MPT (membros(as) e servidores(as)) e, no que couber, estagiários(as), aprendizes e terceirizados(as).

IMPLANTAÇÃO DO PPRA NAS UNIDADES REGIONAIS QUE AINDA NÃO O REALIZARAM E ESTABELECE O PCMSO

Ao longo de 2019-2021, o PPRA foi desenvolvido em algumas unidades que admitiram trabalhadores com empregados. O programa tem como objetivo a identificação, monitoramento e controle dos riscos à saúde ambientais (físicos – ex. ruídos, temperaturas extremas; químicos – ex. poeiras, gases; biológicos – ex. vírus, bactérias), com a implementação de ações, iniciativas, projetos, técnicas e práticas que visem tornar o ambiente de trabalho mais seguro, possibilitando manutenção da saúde dos trabalhadores, e, em última instância, produtividade, eficiência e qualidade de vida no trabalho.

REALIZAÇÃO DE EXAMES PERIÓDICOS DE MEMBROS E SERVIDORES

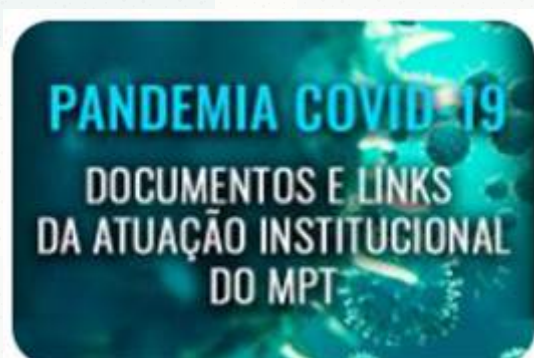
O Exame Periódico de Saúde é um exame médico realizado com membros e servidores do MPT com objetivo de aferir a saúde e verificar as necessidades de ações do órgão relacionadas à saúde do trabalhador. Em razão da Pandemia de COVID-19, os exames foram suspensos temporariamente.

COMBATE À COVID

1.1. PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA ATUAÇÃO

Diversos setores da PGT e Procuradoras e Procuradores do Trabalho de todo o país atuaram incessantemente nas atividades de combate à Covid-19 em busca de soluções mediadoras, articuladoras e judiciais que minimizassem os efeitos da crise para trabalhadores e trabalhadoras do país.

Em âmbito nacional, foi instituído pelo PGT o Grupo de Trabalho Covid-19, integrado por todos(as) os(as) coordenadores(as) e vice coordenadores(as) das Coordenadorias Temáticas Nacionais, com o objetivo de promover e proteger a saúde do trabalhador, bem como reduzir os impactos negativos trabalhistas decorrentes da pandemia.



ASGE assessorou no planejamento e na organização do trabalho, que culminou com a construção do plano nacional de combate aos efeitos negativos da Covid-19 e na definição da forma de replicação do trabalho nas unidades regionais. Que se pautou no estabelecimento de focalizadores e dos eixos de atuação, com abertura para inserção de ações locais próprias. Assim, os Planos Nacional e Regionais foram estruturados nos 4 eixos de atuação apresentados a seguir:

EIXO 1: ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL/POLÍTICAS PÚBLICAS;

EIXO 2: ATUAÇÃO ESTRATÉGICA/PROMOÇÃO;

EIXO 3: DIVULGAÇÃO DE NOTAS TÉCNICAS, RECOMENDAÇÕES E DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO PARA AMPLA CONSCIENTIZAÇÃO;

EIXO 4: MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE APOIO À ATUAÇÃO DO MPT.

A SGE também acompanhou a execução dos planos e ficou responsável pelo monitoramento e pela atualização das ações no sistema Fridays – Módulo Gestão de Crise. O monitoramento das atividades pela SGE envolveu uma atuação direta com os Assessores de Planejamento e Gestão Estratégica das regionais. O

que incluiu orientações, busca ativa de informações nas unidades e atualização do plano de cada regional.

1.2. MONITORAMENTO E TRANSPARÊNCIA DA EXECUÇÃO

Para garantir o acompanhamento e a transparência da atuação no combate à Covid-19 a SGE, em conjunto com a Secom, produziu uma seção de monitoramento da atuação na intranet, onde foram divulgados, além de dados da atuação nacional, 15 volumes do Relatório Periódico com iniciativas executadas pelas PRTs. Nesse relatório também é informado o total de destinações feitas por cada unidade, de acordo com os registros do Destinatômetro. O Relatório Periódico de Ações de Combate à Covid-19, que em 2020 era mensal, passou, em 2021, a ter volumes trimestrais.

Todas as informações obtidas ou produzidas até o momento podem ser consultadas na página do Coronavírus, na [intranet](#).

Conforme apresentado adiante, o MPT destinou, até junho 2021, R\$ 369.068.130,63 (Trezentos e sessenta e nove milhões de reais) para o enfrentamento da pandemia de Covid-19. Além disso, estabeleceu um total de 692 iniciativas, para as quais foram adotadas 4067 providências, necessárias ao cumprimento das iniciativas, resultando em uma média de 162,68 providências por unidade. A maioria das providências adotadas, cerca de 41,16%, refere-se ao Eixo 2 (Atuação Estratégica/Promoção).



Os dados a seguir representam quantitativamente as ações realizadas pelo MPT a nível nacional e de PRTs no enfrentamento da pandemia de Covid-19 (informações extraídas do Sistema Fridays – GC em 09/07/2021). As categorias que tipificam temas, atividades econômicas e estabelecimentos estão apresentadas com algumas adaptações.

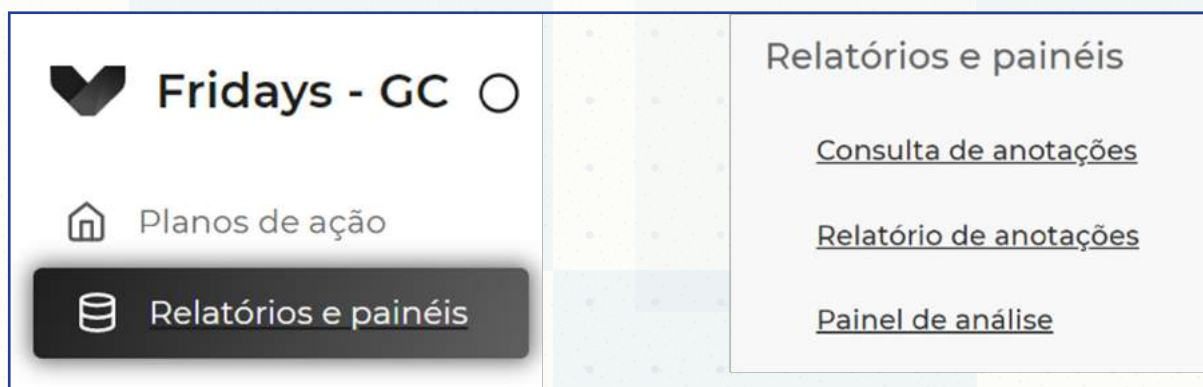
A SGE também participou do Gabinete Integrado de Acompanhamento à Epidemia do Coronavírus-19 do MPF (GIAC-COVID19), por meio da indicação, pelo PGT, de servidor da área para acompanhamento dos trabalhos do GT e obtenção de informações necessárias ao MPT.

1.3. SISTEMA FRIDAYS – GESTÃO DE CRISE

Diante do cenário de pandemia e da necessidade de planejamento e monitoramento da atuação do MPT para o enfrentamento à Covid-19, foi criado o módulo de Gestão de Crise do sistema Fridays, software de planejamento e gestão estratégica em desenvolvimento pela Diretoria de Tecnologia da Informação.

O Fridays – GC permite acompanhar os planos de ação nacional e regionais por meio da visualização de todas as iniciativas e anotações das unidades (PGT ou Regional). O sistema pode ser acessado por membros e servidores do MPT de qualquer localidade por meio do link: <http://acesso.mpt.mp.br/>.

Para fazer esse acompanhamento, o sistema permite a geração de relatórios automatizados, a aplicação de filtros avançados de consulta e a geração de gráficos e tabelas sobre a atuação de cada unidade por meio da funcionalidade “Painel de Análise”.



PREMIAÇÕES

Prêmio CNMP

O Prêmio CNMP é uma ação coordenada pelo CNMP com o objetivo de dar visibilidade aos programas e projetos do Ministério Público brasileiro que mais se destacaram na concretização e no alinhamento do Planejamento Estratégico Nacional. A SGE prestou assessoria no cadastramento e inscrição de projetos do MPT que concorreram ao Prêmio CNMP em 2020 e 2021.

No ano de 2020, o MPT foi premiado com os projetos “Gente não se vende: a atuação do MPT no enfrentamento do tráfico de pessoas”, “MPT Cosmos” e “Projeto Ubuntu”, os quais ficaram, respectivamente, em 1º, 2º e 3º lugares, em suas categorias.



Em 2021 o Projeto Liberdade no Ar, que tem por objetivo contribuir na disseminação de conhecimento sobre o tráfico de pessoas e o trabalho escravo, sensibilizando os passageiros, funcionários de aeroportos e de empresas aéreas, figura entre os finalistas do Prêmio, na categoria 6: Diálogo com a sociedade. A cerimônia de premiação está prevista para ocorrer em outubro.

